

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**HISTÓRICO FAMILIAR DE MULHERES  
ENCARCERADAS: FATORES DE RISCO E PROTEÇÃO  
PARA OS FILHOS**

Gabriela Isabel Reyes Ormeño

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

# **HISTÓRICO FAMILIAR DE MULHERES ENCARCERADAS: FATORES DE RISCO E PROTEÇÃO PARA OS FILHOS**

Aluna: Gabriela Isabel Reyes Ormeño<sup>1</sup>

Orientadora: Professora Dra. Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams

Tese<sup>2</sup> submetida ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de São Carlos como requisito necessário para a obtenção do título de Doutor em Psicologia.

São Carlos, Março de 2013

---

<sup>1</sup> Bolsista CAPES de março de 2010 a Julho de 2013. Estágio no exterior financiado pela Fundação Carolina/ CAPES processo BEX 0778/11-7

<sup>2</sup> Esta tese faz parte de um projeto maior o qual teve apoio financeiro do Conselho Nacional de Pesquisa CNPq (processo 402958/2008-0).

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da  
Biblioteca Comunitária/UFSCar**

O73hf

Ormeño, Gabriela Isabel Reyes.

Histórico familiar de mulheres encarceradas : fatores de risco e proteção para os filhos / Gabriela Isabel Reyes Ormeño. -- São Carlos : UFSCar, 2013.  
214 f.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2013.

1. Psicologia. 2. Encarceramento. 3. Fatores de risco e proteção. 4. Mulheres prisioneiras. 5. Filhos de prisioneiros.  
I. Título.

CDD: 150 (20<sup>a</sup>)



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

COMISSÃO JULGADORA DA TESE DE DOUTORADO

Gabriela Isabel Reyes Ormeno

São Carlos, 28/03/2013

Prof.ª Dr.ª Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams (Orientadora e Presidente)  
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

Prof.ª Dr.ª Leonor Maria Cantera Espinosa  
Universitat Autònoma de Barcelona/ UAB - Barcelona

Prof.ª Dr.ª Raquel Souza Lobo Guzzo  
Pontifícia Universidade Católica/PUC - Campinas

Prof.ª Dr.ª Rachel de Faria Brino  
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

Prof.ª Dr.ª Maria de Jesus Dutra dos Reis  
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

Submetida à defesa em sessão pública  
realizada às 14h no dia 28/03/2013.

Comissão Julgadora:

Prof.ª Dr.ª Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams

Prof.ª Dr.ª Leonor Maria Cantera Espinosa

Prof.ª Dr.ª Raquel Souza Lobo Guzzo

Prof.ª Dr.ª Rachel de Faria Brino

Prof.ª Dr.ª Maria de Jesus Dutra dos Reis

Homologada pela CPG-PPGpsi na

\_\_\_\_\_ Reunião no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Prof.ª Dr.ª Deisy das Graças de Souza  
Coordenadora do PPGpsi

A felicidade depende do que você  
pode dar, não do quanto consegue  
obter.

Mahatma Gandhi

Para meu príncipe Bruno e minha princesa Gabriela, por serem simplesmente maravilhosos!!

## Sumário

Apresentação	6
Agradecimentos	21
Resumo	24
Abstract	25
O que sabemos sobre as mulheres encarceradas: uma revisão da literatura.	26
Artigo I	
Crianças com pais ou mães encarcerados: Uma revisão da literatura. Artigo II	58
Indicadores de risco e Proteção vivenciados por mulheres encarceradas do decorrer de suas vidas. Artigo III	90
<i>Children of incarcerated Women in Brazil: Vulnerability and Traumatic Experiences in their lives.</i> Artigo IV	115
Mujeres Madres Encarceladas: Concepción de Maternidad en Cárceles Paulistas. Artigo V	133
Natalidad en reclusas Brasileñas. Artigo VI	152
Avaliação de práticas maternas em mulheres encarceradas. Artigo VII	164
Apêndice	189

## Agradecimentos

Primeiramente á Deus por estar sempre ao meu lado e me abençoar com amigos verdadeiros uma família e filhos maravilhosos.

Aos meus dois amores, Bruno e Gabriela. Sinto pelas noites não dedicadas, pelas historias não contadas, agradeço por me dar tanta e tanta força e pelo orgulho que tem da mamãe. Esta conquista é nossa! Os amo muito!!!

Maria da Conceição, minha Ceição, obrigada por ser meu *porto seguro* em todos os momentos, mesmo estando longe. Muito obrigada!!

A minha **amiga** Sabrina Mazo D’Affonseca por ser simplesmente fantástica modelo exemplar de mãe, pesquisadora e esposa em tempos modernos. Obrigada por me deixar fazer parte de tua família.

A Nahara, minha Naharinha, por ser simples, linda, companheira, querida e estar sempre por perto. Te adoro muito querida. OBRIGADA.

Para o OFF, Claudia Oshiro e Tatiana Gaia, vocês são meu alicerce mesmo a distância. As irmãs que ganhei no início da graduação até.....sempre! Amo muito vocês.

A minha orientadora, Lúcia Williams, por mais de uma década de convívio, por estar sempre presente nos inúmeros momentos de minha vida pessoal e profissional. OBRIGADA, sempre será muito pouco. Você é muito especial.

Aos meus tão queridos AMIGOS do LAPREV: Paloma, Paolla, Ana Carina, Karyne, Joviane, Patrícia, Sidnei, Ricardo, Graça, Thais, Rachel. Vocês são parte de minha família, tanto no âmbito profissional como pessoal, muito obrigado pelo carinho apoio, companheirismo, valeu LAPREVIANOS!

Para as mais novas laprevianas: Sheila, Jéssica, Chayene e Luciana, continuem sendo assim, lindas!

Amigos são sem dúvida dádivas de Deus, tenho a sorte de poder contar com eles, como: Douglas D’Assunção, Rose Matos e família, Jaqueline Costa, Vó Amélia e Vô Dimas, Alice Lucchetta, Rogerio Johansen, Rosangela Machado, Patricia Venturini, Erik

de Luca Mello, Patricia Brancalhoni, Jordi Marcos, Danitiele Calazans entre outros. Para vocês minha eterna gratidão.

Um agradecimento especial para aqueles que protegeram a mim e aos meus filhos nas inúmeras ocasiões que viajei à trabalho e de grande agrado se dispuseram para cuidar de meus melhores presentes, *meus filhos*: para a mãe postiça do meu Brunão, Wilma De Rossi Gonçalves e família. Assim como as tias queridas da minha pirulita Isabela de Oliveira Lussi, Patricia Villar Martins, Adriana Frias Renner, Izis Cavalcanti, Sabrina Mazo D’Affonseca, Meire Alonso, Maria Jose Vieira, Silvana Maragno, todas vocês foram grandes fatores de proteção para mim e sobre tudo para meus filhos. Meu muitíssimo obrigada!

Para minha equipe de coleta de dados: Nahara Lopes, Tatiana Vidotti, Natalia Zopellari, Simone Sanches, Priscila Fer e Juliana Saito muitíssimo obrigada pela competência e profissionalismo.

Para minhas professoras da Graduação em Psicologia em especial: Deisy das Graças de Souza, Ana Lúcia Cortegoso, Cristina Di Lollo, Georgina Maniarkas, que mesmo de longe, sempre as senti perto. Obrigada pelos ensinamentos e carinho.

Para o Professor Jose Carlos Fogo, pela paciência e trabalhar por inúmeras horas nas análises estatísticas.

A Amanda Gallo mais que uma secretária, uma mão amiga disposta a me socorrer sempre, meu muito obrigado.

A Marinéia, secretaria, amiga e companheira na resolução de problemas para resolver no Programa de Pós Graduação de Psicologia, Obrigada pelos eternos favores.

À minha mãe, por me ensinar a amar de uma maneira diferente. Saiba que te amo muito, mesmo a distância.

Martha, Pepe e César Augusto: Irmãos amados, obrigada pelo orgulho, carinho e pelo amor á distância. Amo muito vocês.

Este agradecimento é para meu maior fator de proteção, meu alicerce como pessoa, quem me ensinou a ir sempre *pá lante*, com quem aprendi a respeitar, ser humilde, carinhosa, atenciosa e sobre tudo ser humana. Todas estas características não poderiam

deixar de ser da melhor irmã do mundo. Muito obrigada **Martha Reyes** pelas inúmeras ligações, as conversas, por me fazer acreditar na Juanita, por falar com todos teus contatos celestiais, por acreditar em mim. Eu agradeço por ter a benção de ser tua irmã. TE AMO MUITO NEGRITA!

Ao careca mais lindo do mundo!!!! Meu camote!! Obrigada pela ajuda nas traduções, nas conversar diárias, pelo carinho, por tudo o que aprendemos juntos em Barcelona /Madrid. Por ser um dos melhores homens na minha vida. Te admiro, por ser o homem que é! Te amo muito, muito. **Jose Reyes!** Com maior orgulho, meu irmão!!!!

Para Leonor, Cantera Espinosa, uma mulher incrível, que me ensinou além de questões acadêmicas, o sentido de ser uma pesquisadora e mãe em terras distantes. Gracias Leonor.

A minha banca pelas grandes contribuições neste trabalho, Dra. Raquel Guzzo, Dra. Rachel Brino, Dra. Maria de Jesus Dutra, Dra. Leonor Cantera,

## Resumo

Ormeno G.I.R. (2013) Histórico familiar de mulheres encarceradas: Fatores de risco e proteção para os filhos. Tese de Doutorado. Programa de PósGraduação em Psicologia. Universidade Federal de São Carlos.

A presente tese foi elaborada no formato de um conjunto de artigos científicos os quais estão interligados, com o intuito de descrever os principais fatores de risco e proteção experienciados por mães encarceradas e seus filhos. Num primeiro momento realizou-se uma revisão sistemática da literatura nacional de dissertações, teses e artigos científicos com a temática da mulher encarcerada, a qual apontou falta de continuidade dos estudos e a necessidade de se realizar programas de intervenção com maior rigor metodológico envolvendo essas mulheres e suas famílias. Em seguida foi realizada uma revisão nacional e internacional sobre as principais características de filhos de encarcerados, assinalando a necessidade de pesquisas sistemáticas no âmbito de prevenção primária para as crianças que se encontram na primeira infância. O histórico de violência vivenciado por essas mulheres na respectiva infância envolve a ocorrência de maus-tratos e vida adulta com alto índice de tentativa de suicídio, violência íntima entre parceiros e uma concordância com os dados descritos pela literatura internacional. As principais situações traumáticas descritas pelas encarceradas com relação a seus filhos assinalam que a faixa etária mais atingida em termos de frequência de sintomas foi dos sete aos nove anos, informando que essas crianças estiveram expostas a violência íntima dos pais/cuidadores e que sofreram maus-tratos como forma de disciplina. A manutenção de vínculos entre mães e seus filhos mostrou que as encarceradas mantinham comunicação com os mesmos por meio de cartas ou visitas, sendo que as mães tinham o objetivo de cuidar de suas crianças ao cumprirem as penas. A natalidade dessas mulheres apontou um histórico frequente de gravidez e filhos, assim como, falta de planejamento familiar, desmascarando o descaso dos sistemas de educação, saúde e penitenciário ao não perceber as necessidades vividas por essa população. As práticas parentais recebidas na infância por parte das cuidadoras das encarceradas foram também analisados a partir da percepção das mesmas, assim como, o estilo parental utilizado pelas próprias com seus filhos antes do encarceramento. Constatou-se que houve intergeracionalidade das práticas maternas sendo as mesmas de risco. Ao analisar variáveis interligadas na vida das mulheres encarceradas, a saber: o histórico de maus-tratos na infância das mulheres, seu histórico de violência intrafamiliar e o encarceramento feminino, conclui-se a necessidade de se trabalhar programas preventivos a mulheres em situação de encarceramento e com seus filhos, visando prevenir a intergeracionalidade da violência. Espera-se, que a presente tese sirva de subsídios para a criação de políticas públicas que abordem as inúmeras situação de risco vivenciadas por mulheres em situação de encarceramento e seus filhos.

**Palavras chave:** Fatores de risco e proteção ao encarceramento; Mulheres encarceradas; Filhos de encarcerados

## Abstract

Ormeno G.I.R. (2013) Family history of incarcerated women: Risk factors and protection for children. Doctoral Thesis. Graduate Program in Psychology. Federal University of São Carlos.

This dissertation was developed in the form a group of scientific papers which are interconnected in order to describe the main risk and protective factors experienced by incarcerated mothers and their children. Initially there was a systematic review of the Brazilian literature of dissertations, thesis and papers, with the theme of incarcerated women, indicating lack of continuity of studies and the need for intervention programs with greater methodological rigor involving the women and families. Secondly e reviewed the Brazilian and international literature on main characteristics of children of incarcerated womem, signaling the need for systematic research in the context of primary prevention for these children. The history of violence experienced by these women in childhood and adulthood, found the occurrence of child maltreatment, high rate of attempted suicide, intimate partner and violence victimization, a high similarity of Brazilian with the data described in the international literature. Major traumatic situations described by incarcerated women with respect to their children, indicate thus these children were exposed to intimate partner violence, and child abuse suffered as a form of discipline. Incarcerated mothers maintained ties with their children through letters or visits from their offspring to care for their children after serving their sentences. The birthrate in the mother lives of these women included a large number of pregnancies, and children, as well as lack of family planning, pointing to the neglect from the Health systems and the prison in understanding the needs experienced by this population. The parenting style received in childhood by their caregivers was also analyzed from the perception of the female prisoners, as well as the parenting style used by themselves with their own children before incarceration, showing the intergenerationality of parenting practices. By analyzing interlinked variables in the lives of incarcerated women such the history of child maltreatment of the women and family violence history we conclude the need for prevention programs to work with women in situation of incarceration, as well as with the children of these women in order to prevent intergenerational violence. It is hoped that this dissertation will subsidy the creation of public policies addressing the many risks by incarceration women and their children.

**Keywords:** Risk factors and protection to incarceration; Incarcerated women; Children of incarcerated women

## Apresentação

Desde a época da graduação venho trabalhando com a temática da prevenção da violência seguindo a linha teórica cognitiva comportamental, especificamente como as pessoas aprendem, se comportam e modificam seu comportamento por meio da aprendizagem, e quais são as suas principais consequências e repercussões para o desenvolvimento humano, especificamente o desenvolvimento infanto-juvenil. (Ormeño & Williams, 1999; Ormeño & Williams, 2006).

Trabalhar com prevenção de violência me fez perceber situações de violências indiretas ou seriam diretas em uma população invisível, até então, para mim: os filhos dos encarcerados. No final do ano de 2006 passei por uma experiência pessoal que me fez perceber essas crianças. Foi uma surpresa ver o grande número de crianças (de bebês até adolescentes) aguardando a visita dos pais nas filas dos centros prisionais. Dessa experiência, surgiram algumas inquietações: Que tipo de violência estas crianças vem sofrendo, se por um lado estão privadas do convívio parental e, por outro, estão expostas a situações estressantes como viagens cansativas, revistas policíacas antes de entrar em prisões em situações vergonhosas e longas filas para poder ingressar nos complexos policíacos. Que indagações tem essas crianças se os seus colegas vão aos domingos para a praia e elas vão para a cadeia visitar seus pais?

Como trabalhar com prevenção sempre fez parte do minha vida profissional, optei, tornar estas inquietações o meu objeto de pesquisa, questionando: Quem são essas crianças? Quem cuida delas? Como é o dia a dia sem a presença do pai ou da mãe? Como elas enfrentam esta situação? Como elas enfrentam esta situação na escola? Será que a escola está preparada para lidar com filhos de encarcerados? Foi então, que percebi essas crianças percebi que elas não eram uma população invisível apenas para mim, como

também para os pesquisadores da área, uma vez que ao realizar revisão bibliográfica do tema, encontrei poucos trabalhos científicos publicados sobre esta temática.

Os estudos apontaram que na maioria dos casos, essas crianças ficavam sob o cuidado materno. Neste momento me deparei com outra variável importantíssima: os filhos de pais encarcerados têm o suporte e proteção da mãe, mas e os filhos das mães encarceradas? Quem cuida deles? A partir da aí, várias questões surgiram: quem é essa mulher? Quem são seus filhos? Como eram as famílias de origem da mãe encarcerada? Como foi sua infância e adolescência? Intrigada sobre como poderia responder a todas estas questões, realizei um levantamento bibliográfico. Na literatura nacional pouco se sabia sobre elas, decido então procurar na literatura internacional, especificamente na literatura Canadense (Cunningham e Baker, 2003). Deparando-me com um estudo que respondia a grande parte dos meus questionamentos. Tal estudo teve como objetivo descrever quem era a mulher encarcerada e seus filhos, sendo que para isto, as pesquisadoras aplicaram um questionário nos centros prisionais. Após analisar o questionário, decidi então, traduzi-lo e adaptá-lo para realidade brasileira.

Considerando que estava interessada na obtenção de respostas pessoais individuais em determinadas situações, não bastava ser um questionário, nem tampouco uma entrevista simples. Precisava ser uma instrumento de busca de informação de tal modo que deixaria as mulheres à vontade para expor os acontecimentos íntimos e dolorosos que haviam experienciado. Desta forma, o instrumento acabou se tornando uma “conversa” com um roteiro sistemático para obtenção dos dados (Ormeño, et al. 2010). Para abordar assuntos como abuso sexual na infância, castigo corporal por parte dos pais, violência conjugal e principalmente falar sobre seus filhos, foi preciso de grande sensibilidade por parte da equipe de coleta.

O projeto foi inicialmente aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de São Carlos (CAAE 0016.0135.000-09) bem como por todos os centros nos quais se encontravam as encarceradas. (CEP-SAP 023/2009). O Anexo 1 apresenta uma cópia do Termo de Esclarecimento Livre e esclarecido (TCLE) que as participantes precisavam assinar. Quando a participante não sabia ler, a entrevistadora lia o termo e solicitava que ela colocasse sua impressão digital como assinatura. Depois de assinado, a cópia do TCLE da participante era arquivada em seu prontuário da instituição prisional.

#### Procedimento de coleta de dados nas cadeias

As entrevistas foram aplicadas inicialmente pela doutoranda em parceria com uma estudante do quinto ano do curso de psicologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Para poder aplicar as entrevistas, cinco estudantes participaram de uma capacitação ministrada pela autora com duração de 20 horas, tendo esta no Serviço Escola Em Psicologia da UFSCar. A capacitação consistiu em leitura e discussão de artigos sobre a temática do encarceramento e encarceramento materno (Greene, Haney e Hurtado, 2000; Dalley, 2002; Ferraro & Moe, 2003; Loper & Tuerk, 2003), assim como, aulas de relaxamento, técnicas de aplicação de instrumentos de medidas, sessões de role-play (como aplicar o questionário), discussões sobre precauções e cuidados necessários para o ingresso nas unidades prisionais, dentre outro. Cabe mencionar que no decorrer do estudo as estudantes foram sentindo-se mais preparadas, chegando a aplicar as entrevista individualmente. O Anexo 2 mostra uma síntese dos temas abordados na capacitação com as estudantes.

Concomitantemente, o projeto foi apresentado para o coordenador da Vara Criminal da Defensoria Pública da Regional São Carlos, que aprovo-o e aceitou participar em parceria. Posteriormente, foi solicitado ao Delegado Seccional da cidade de São Carlos

a sua colaboração para o ingresso nas outras cadeias pertencentes ao Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior (DEINTER 3). Desta forma, participaram do estudo quatro cadeias de quatro municípios diferentes do interior do Estado. Para manter o sigilo dos locais, as participantes passaram a ser identificados por letras. Ressalta-se que cada unidade prisional tem um funcionamento distinto; desta forma, foram necessários procedimentos e condições diferentes que serão apresentados as seguir.

Para dar início à coleta de dados na Cadeia A, o promotor apresentou a pesquisadora à direção da instituição, em seguida, por solicitação do diretor, foi enviada uma carta para o Juíz responsável pelas detentas para comunicação e aprovação do trabalho a ser realizado. Após a autorização, foi agendado uma conversa informal com o setor responsável pela carceragem, na qual foram obtidas informações sobre o número de detentas, rotinas da unidade, quantas destas eram mães, e o melhor horário para a realização da entrevista. Depois de obtidas todas as informações, eram marcados os horários para a realização das entrevistas. Essas aconteceram no horário de banho de sol (14-17 horas), com exceção das quintas feiras dia destinado à visita e dos finais de semana por não haver plantão policial. A pesquisadora se dirigia ao local de banho de sol para apresentar o projeto para as detentas. Aquelas que tinham interesse eram levadas ao parlatório, sala em que as mesmas recebem seus advogados ou defensores, sendo esse o local destinado pela direção da unidade para a aplicação da entrevista.

No caso de ter detentas nas celas, a pesquisadora se dirigia até as celas e apresentava o projeto. Para as detentas que apresentavam interesse em participar era marcado seu nome em uma lista e, na próxima visita à unidade, essas eram chamadas para realização da entrevista. O espaço destinado para a entrevista contava com uma mesa e duas cadeiras. A entrevista foi realizada através de uma janela de aproximadamente 20 cm de comprimento por 30 cm largura, com grades e uma tela de proteção de ferro. No

parlatório era inicialmente, descrito de forma mais detalhada o objetivo da pesquisa, apresentado-se o TCLE e, após leitura e entendimento deste, era solicitada a assinatura da participante e iniciada a entrevista, com duração aproximada de uma hora no caso de mulheres com único filho. Na entrevista, a participante precisava responder a perguntas direcionadas para cada filho. No final de entrevista foi realizada uma sessão de relaxamento individual com as participantes que apresentaram desconfortos advindos dos relatos durante a entrevista. Em varias situações as participantes se emocionavam as falar sobre seus filhos, chorando e/ou ficando aflitas por estarem presas. Além disto, foram oferecidas orientações para elas quanto à utilização de uma técnica eficaz no combate ao estresse (sessões de relaxamento)

Para dar inicio à coleta na cadeia B, foi realizado um contato com o delegado responsável pela seccional de cidade de Araraquara, que encaminhou a solicitação para o delegado responsável da unidade. Este por sua vez, mostrou-se aberto para a realização da pesquisa. No entanto, foi preciso confirmar a autorização com seu superior. Posteriormente, foi marcada uma reunião para esclarecer os objetivos e procedimentos da pesquisa. Após esses esclarecimentos, a equipe de coleta de dados foi encaminhada para o carceragem para descrição e explicações do funcionamento da unidade. Nesta unidade, a aplicação também aconteceu durante o banho de sol das mulheres (14 às 17 horas), com exceção das quintas feiras e do final de semana. As detentas ficavam em um espaço de aproximadamente 10 m x 10 m, separadas por uma grade, e um corredor. As entrevistas aconteceram na divisa entre a grade e o corredor: de um lado ficava a entrevistadora sentada em uma cadeira e do outro a detenta sentada no chão.

Tal como na cadeia A, no final da entrevista era realizada uma sessão de relaxamento com as participantes que apresentaram desconfortos advindos dos relatos durante a entrevista, bem como orientações quanto à utilização de sessões de relaxamento com o intuito de combater ao estresse.

Na cadeia C, os tramites burocráticos foram menores, pois tanto a cadeias B quanto C e D pertenciam a mesma Seccional de Policia, sendo assim, o delegado seccional comunicava ao delegado responsável da unidade, e este por sua vez encaminhava a equipe diretamente á carceragem. Nesta unidade, a coleta foi realizada no corredor de cada cela. As aplicadoras ficavam trancadas neste corredor, com a porta para entrada das celas também trancada, enquanto as detentas ficavam sentadas no chão da cela.

Finalmente na cadeia D, as entrevista foram realizadas inicialmente na sala da diretora da cadeia e depois em um corredor, espaço que dava para o pátio, local destinado ao banho de sol. As aplicadoras ficavam sentadas em cadeiras dispostas perto das grades e as detentas se sentavam no chão ou ficavam em pé, escoradas na cela para a entrevista que era realizada através das grades, de forma que todas as outras presas poderiam ouvir.

#### *Procedimento de coleta de dados na penitenciária.*

Para dar inicio à aplicação das entrevistas, primeiramente foi necessário entrar em contato com a instituição para apresentação da pesquisa. Neste contato nos foi indicado que deveríamos solicitar a autorização junto a Secretaria de Assistência penitenciária (SAP). Todo os procedimentos éticos foram realizados (envio do projeto, Termo de Consetimento Livre Esclarecido e instrumentos de coleta de dados). Este tramite teve uma duração de seis meses, desde o envio da solicitação de aplicação das entrevistas à SAP até a primeira visita ao centro penitenciário para efetivamente realizar as entrevistas.

No segundo ano do doutorado, foi possível visitar e aprender mais no centro onde foi desenvolvido o roteiro de entrevista, que foi o instrumento de dados para a coleta de dados, Cunnigan e Baker (2003). A primeira visita foi realizada no *Centre for Children & Families in the Justice System*. Nesse centro foi possível acompanhar alguns programas para crianças e adolescente em conflito com a lei, assim como, rever a literatura sobre a temática de filhos e mulheres encarceradas, Ainda em London, foi possível visitar casas abrigos para mulheres em situação de vulnerabilidade social.

Na cidade de Toronto, foi possível visitar o Centro Elizabeth Fry, e fazer parte das reuniões de equipe, conhecer os programas que são desenvolvidos com a população feminina carcerária e participar das reuniões de equipes do centro para elaboração. Foi visitar o Centro para mulheres *Vanier*; um centro de detenção feminina para mulheres que cometeram crimes com sentença inferior a dois anos. Na cadeia as mulheres realizam cursos, programas de combate a drogas e formas de lidar com os problemas de vulnerabilidade delas e de seus filhos.

O centro Elizabeth Fry também localizado na cidade de Toronto, fornece atendimento jurídico para as mulheres que desejam recuperar seus filhos assim que culmina a sua sentença seja cumprida, Além disso, é oferecida ajuda com moradia, emprego e tratamento para lidar com o consumo de drogas.

Também foi realizada uma visita à casa de transição para mulheres encarceradas. Nesta casa, as mulheres que não tem família e precisam de um local para morar, podem ficar alojadas em média 6 meses, até se estabilizar financeiramente. A casa conta com o apoio de assistentes sociais, psicólogos e é subvencionada pela prefeitura de Toronto.

Na cidade de Brampton – Ontário, por convite das autoridades de Elizabeth Fry-Toronto, foi possível visitar o centro de detenção para adolescentes femininas, assim como, a casa temporária das adolescentes onde o centro Elizabeth Fry Society of Peel-Halton

fornece ajuda. Em ambas as instituições às meninas contam com assessoria, psicológica de social. Além disso, as adolescentes frequentam a escola no mesmo estabelecimento. Pois a educação é um fator primordial de proteção e considerado prioridade absoluta destas instituições

Cabe mencionar que o questionário aplicado era extenso e abordou uma grande quantidade de variáveis o apêndice 1 apresenta um exemplar da mesma. Desta forma, a presente tese será apresentada em duas etapas: sendo a primeira teórica, constituída de dois artigos de revisão da literatura e a segunda composta por cinco artigos empíricos apoiados pelo mesmo procedimento de coleta de dados.

### **Artigo I**

No primeiro artigo (Ormeño, D'affonseca e Williams), é apresentada uma revisão do estado da arte sobre as pesquisas com mulheres encarceradas no Brasil, incluindo a produção de teses e dissertações em mais de uma década de estudo sobre esta temática, assim como, revisão realizada nas bases de dados Scielo, Lilacs, com as seguintes palavras-chave: *mulheres presas, mulheres encarceradas e encarceramento feminino*. Foram encontrados 25 trabalhos, em sua maioria dissertações de mestrado, de varias áreas de conhecimento: Psicologia, Saúde Coletiva, Ciências médicas, Enfermagem, Sociologia, Educação, Sociologia e Letras. A busca nos fornece um panorama geral da problemática das mulheres encarceradas, sob diferentes perspectivas. De modo geral, as pesquisas ainda são de caráter descritivo da população, tendo alguns trabalhos de intervenção com tal população, mas nenhum avaliando intervenções sistemáticas a essas mulheres.

Destaca-se a carência de trabalhos que descrevam fatores de risco que levaram a mulher a cometer um delito ou a situação da família dessa mulher. Pesquisas futuras deveriam descrever variáveis pessoais, contextuais e de relacionamento que levaram as

mulheres a serem encarceradas, assim como a realização de programas preventivos, tanto para as mulheres quanto para seus filhos, visando o combate à intergeracionalidade carcerária.

## **Artigo II**

O segundo artigo (Ormeño, Maia & Williams, no prelo) visou revisar a literatura brasileira e norte-americana de 1998 a 2011 sobre os filhos de pais encarcerados. Foi pesquisada a base SAGE com as seguintes palavras chaves: *incarcerated children*, *children of parents in prison*, e no Brasil a base Scielo e Lilacs, com as palavras chaves: *filhos de presidiários*, *filhos de encarcerados*, e *filhos de mulheres presas*. No Brasil foram encontrados cinco artigos; em contraste na literatura americana há inúmeros trabalhos. Sendo assim, optou-se por destacar duas obras: O estudo pioneiro de Gabel e Johnston e a meta-análise de Poehlmann, Dallaire, Loper e Shear. Os estudos encontrados foram subdividido em quatro categorias: (1) Os filhos de mães/pais encarcerados na America do Norte; (2) Pesquisas com filhos de mães/pais encarcerados no Brasil; (3) Pesquisas e programas de intervenção com filhos de mães/pais encarcerados na America do Norte; e (4) Políticas Públicas para filhos de encarceradas no Brasil. Conclui-se que há existência de diversos fatores de risco aos quais essas crianças estão expostas, antes e durante o encarceramento de seus progenitores. No entanto, há benefícios positivos quando são realizadas intervenções com esta população, podendo diminuir os possíveis problemas já instalados na vida destas crianças.

## **Artigo III**

O terceiro artigo (Ormeño & Williams, em elaboração) teve terceiro artigo que compõe a tese tem como objetivo principal identificar os principais fatores de risco e proteção vivenciados por mães encarceradas com filhos de até 12 anos, para o isto, foram

coletados dados sobre as histórias de vida de essas mães tanto na sua infância quanto na vida adulta. Com relação aos fatores de risco vivenciados na infância, dos casos as mulheres apontaram em 46,05 % dos casos que foram expostas à violência conjugal do pai contra a mãe 2/3 descreveram sofrer punição corporal; e 15,78% informaram ter sido abusadas sexualmente, 9,8% teve algum familiar encarcerado. Apenas um fator de proteção observado na época da infância foi descrito: 86,84% das participantes descreveu que alguém a fazia sentir especial. Ao abordar os fatores de risco na vida adulta, 63,82% descreveu que sofreu violência íntima do parceiro; 68,42% das mães teve familiares presos; 36,18% tentou suicídio e 30,26% era usuária de drogas. Considerando os inúmeros fatores de risco aos quais as mulheres estiveram expostas durante a infância e a vida adulta, e as distintas situações de vulnerabilidades aos quais suas crianças estão expostas, aponta-se a necessidade de um maior investimento do poder público nos setores de educação, projetos de planificação familiar, inserção de jovens no mercado de trabalho e prevenção da violência visando uma quebra da intergeracionalidade de vulnerabilidade social vivenciados pelas participantes e conseqüentemente por seus filhos.

#### **Artigo IV**

O quarto (Ormeño, Fogo & Williams, submetido) artigo apresenta uma análise das principais situações traumáticas vivenciadas pelos filhos antes e durante o encarceramento da mulher. O objetivo foi identificar as experiências traumáticas, enfrentados por filhos de mulheres encarceradas menores de 12 anos, sendo aplicada uma entrevista semiestruturada com 150 mulheres encarceradas, no interior do Estado de São Paulo. Os resultados mostraram que estas mulheres tinham um total de 441 filhos; destes 297 eram menores, com média de idades 7,5 anos; 67,43% das crianças moravam com suas mães no momento da prisão, e 15,15% testemunharam a prisão de suas mães. Sobre o sentimento das crianças ao saber do encarceramento materno, em 24,02% dos casos, essas ficaram tristes,

e 12,79, % chorou muito; no entanto, em quase 40% dos casos as mães eram incapazes de fornecer informações sobre este tópico. É importante mencionar que 57,3% das crianças estavam sob os cuidados de parentes maternos enquanto suas mães foram encarcerados, e em 20% dos casos, o pai da criança também encontrava-se preso. As mães informaram que 38,1% das crianças assistiram violência doméstica por parte de seus genitores antes do encarceramento. Estes resultados indicam várias situações potenciais de vulnerabilidade e trauma vivido por essas crianças antes, durante e após a prisão de sua mãe e servem como subsídios de implementação de programas preventivos de intervenção sistemática com estas crianças.

### **Artigo V**

Com relação ao quinto artigo, (Ormeno, Alvarado, Cantera & Fogo) constitui um dos produtos obtidos durante o estágio de Doutorado Sanduiche realizado na *Universidad Autónoma de Barcelona- Espanha* sob a orientação da Professora Dra. Leonor Cantera Espinosa, o qual teve o financiamento da Fundação Carolina e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES).

O objetivo deste trabalho foi o de identificar as concepções de mães encarceradas e quais mecanismos elas utilizam para manter o relacionamento mãe e filho. Participaram 69 mães com crianças até 12 anos, em situação de encarceramento nas prisões do interior do Estado de São Paulo. Para a realização da coleta de dados foram aplicadas entrevistas nas unidades prisionais. Os resultados caracterizam as mães com idade média de 28 anos, média de dois filhos e 60% delas eram menores; as mães se descrevem como afrodescendentes possuindo baixo nível educacional e o crime mais frequente pelo qual estavam sendo julgadas era o uso de drogas. As participantes descreveram que em 80% dos casos que sua principal envolvia a criação dos filhos no que se refere à criação de seus

filhos no que se refere a cuidados e dar amor e carinho. As mães mantinham comunicação com eles por meio de cartas ou visitas em 45,3% dos casos; 44% das mães relataram que seu principal plano quando sair da cadeia era cuidar de seus filhos. Elas apontaram que havia dificuldade para as elas poder exercerem a sua maternidade durante o encarceramento. O estudo sugere a necessidade de serem revista as políticas públicas atuais visualizando a necessidade de se desenvolver trabalhos dentro e fora de presídios, com mães filhos e familiares a fim de facilitar e incrementar os vínculos mãe-filho na situação de encarceramento.

### **Artigo VI**

O artigo sexto (Ormeño, Brancalhone, Fogo & Willams, Submetido) teve como objetivo descrever e discutir a idade do início da vida sexual e reprodutiva, número de gestações e o planejamento familiar destas mulheres. Considerando que grande parte da população carcerária feminina apresenta uma faixa etária que corresponde à idade reprodutiva da mulher, portanto, muitas situações de gravidez ocorrem durante o período de encarceramento. Os dados obtidos por entrevistas em cadeia e penitenciárias com 152 mulheres participantes desse estudo indicaram que a idade média da primeira gravidez foi aos 16.62 anos. A gravidez ocorreu simultaneamente ao encarceramento para 25.49% das mulheres, sendo que dessas, no momento da coleta de dados, quatro mulheres (2.61%) estavam grávidas. Em relação ao planejamento da primeira gravidez, 73.2% das mulheres disseram que a gestação não fora planejada e 26.8% afirmaram ter planejado o momento da maternidade. A falta de planejamento da gravidez e ocorrência da mesma concomitante ao encarceramento, encontradas com frequência, podem afetar a relação mãe-filho, sendo portanto questões que precisam ser analisadas pelos órgãos responsáveis com a finalidade de preservar o desenvolvimento saudável dessas crianças.

## Artigo VII

O sétimo artigo (Ormeño, Saito, Fogo & Williams em elaboração) surgiu a partir dos apontamentos de algumas participantes sobre a percepção de educação recebida pelos seus pais na infância, tendo como objetivo investigar qual o estilo parental utilizado por elas em seus filhos antes do encarceramento, assim como qual é a percepção dessa mulher sobre o estilo parental recebido. Pouco se estuda sobre a população carcerária brasileira e muito menos sobre seus familiares. Esta população, crescente a cada dia, torna-se invisível aos olhos da sociedade, pois são estigmatizados e rotulados como “más pessoas”. No entanto, a influência da mesma é mais marcante do que se aparenta. Afinal, não só a população carcerária tem peso para a economia do país, como também seus familiares, principalmente filhos, correm sérios riscos de tornarem-se a próxima geração de encarcerados, construindo assim um ciclo da violência que dificilmente se rompe. O presente estudo teve por objetivo avaliar práticas maternas utilizadas por mulheres que se encontram encarceradas. Para tal, foi aplicado o Inventário de Estilos Parentais (IEP), em mulheres encarceradas, com o intuito de se obter informações sobre a transmissão intergeracional dos estilos parentais. Foram analisadas duas gerações, primeiramente entendendo qual a percepção das práticas parentais foram utilizadas com a mulher encarcerada quando criança, e depois, quais práticas educativas essa mulher utilizou com seu filho antes do encarceramento, contribuindo assim para entendermos a intergeracionalidade da violência. Os resultados mostraram que a prática educativa mais utilizada pela mulher encarcerada e por sua mãe foi a *monitoria negativa*, podendo-se sugerir uma transmissão intergeracional de tal prática, sendo necessária intervenções sistemáticas com as mães encarcerados seus filhos e familiares (Ormeño, Saito, Fogo & Williams em elaboração).

Analisando-se os dados apontados nos artigos apresentados e percebe-se que as situações de violência vivenciadas pelas mães durante no decorrer de suas vidas, assim como, as experiências traumáticas vivenciados pelos seus filhos. Fica evidente que a variável violência não pode ser analisada como mais uma simples variável tal como apontados na grande maioria dos trabalhos na literatura nacional.

Sendo assim, a presente tese postula que as situações de violências e vulnerabilidade sociais vivenciados pela mulher encarcerada, não são *mais* uma variável em suas vidas e sim, a principal variável que deve ser estudada como uma forma de romper a intergeracionalidade da violência presente em vidas e na vida de seus filhos.

Portanto urge a necessidade de criação de políticas públicas para essas mulheres e sobretudo para seus filhos, pois esses além de sofrerem com a falta de um dos seus pais devido ao encarceramento, sofrem no âmbito escolar, com profissionais despreparados para lidar com suas necessidades específicas, sem considerar o estigma e preconceito vivido por parte dos colegas de sala. (Stella, 2006). Desta forma, são necessários trabalhos, tanto no esfera escolar, nos serviços de saúde e no judiciário, com o intuito de diminuir as dificuldades que as crianças filhos de encarcerados enfrentam.

Espera-se que, as discussões levantadas pelos artigos que compõem esta tese, possam servir de embasamento para a elaboração e implementação de programas de prevenção de violência, e prevenção da intergeracionalidade carcerária. Espera-se, ainda que a tese seja útil para a criação de políticas públicas que abordem as inúmeras situação de risco vivenciadas por mulheres em situação de encarceramento e seus filhos.

## Referências

- Bandura (1969). *Principles of behavior modification*. New York: Holt, Rinehart & Winston.
- Cunningham, A. & Baker, L. (2003). *Waiting for Mommy: Giving a voice to the hidden victims of imprisonment*. London, Canada: Center for Children and Families in The Justice System.
- Ormeño, G.I.R; Alvarado, P.; & Espinosa, L.: (Submetido) Mujeres madres encarceladas: Concepción de maternidad en cárceles paulistas.
- Ormeño, G. I. R. & Williams (Submetido). Children of incarcerated women in Brazil: Vulnerability and traumatic experiences in their lives.
- Ormeño, G. I. R.; Maia, J. & Williams, L. C. A. (No prelo). Crianças com pais ou mães encarcerados: Uma revisão da literatura. *Revista Psicologia da Criança e do Adolescente*.
- Ormeño, G. R. & Williams, L. C. A. (2000). Subsídios para um programa de prevenção de violência doméstica com adolescentes de risco. Pôster apresentado 30º Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia, Brasília, Distrito Federal.
- Ormeño, G. R. & Williams, L. C. A. (2006) Intervenção precoce com crianças agressivas: Suporte à família e à escola. Em: Hélio José Guilhardi, Noreen Campbell. (Org). *Sobre Comportamento e Cognição: Expondo a Variabilidade*. (pp 168-182) Santo André, São Paulo: ESETec Editores Associados.
- Ormeño, G. I. R.; Laterza, N.; Vidotti, T. C.; Zoppellari, N. D. A.; Sanches, S. & Williams, L.C.A. (2010). Coleta de dados em unidades prisionais: uma oportunidade para a formação do psicólogo. Pôster apresentado na 19º Reunião Anual da Associação Brasileira de Psicoterapia e Medicina Comportamental, ABPMC. Campos de Jordão, São Paulo.
- Ormeño, G.I.R.; D'affonseca S. M.& Williams, (submetido). O que sabemos sobre as mulheres encarceradas: Uma revisão da literatura.
- Ormeño, G. I R. & Williams, L. C. A. (Em elaboração). Indicadores de risco e Proteção vivenciados por mulheres encarceradas no decorrer de suas vidas.
- Ormeño, G. I. R; Saito, J; Fogo, J. C. & Williams, L. C. A. (Em elaboração) Avaliação de práticas parentais em mulheres encarceradas.
- Stella, C. (2006). Educação de filhos de mulheres presas: O impacto materno na historia escolar dos filhos. Acessado em maio de 2008. In [http://sapiencia.pucsp.br//tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=169](http://sapiencia.pucsp.br//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=169)

Ormeño, D'afonseca e Williams, (submetido). O que sabemos sobre as mulheres encarceradas: uma revisão da literatura.

# O QUE SABEMOS SOBRE MULHERES ENCARCERADAS: UMA REVISÃO DA LITERATURA

Gabriela Reyes Ormeño

Sabrina Mazo D'affonseca e

Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams

## RESUMO

Na tentativa de compreender quem é a mulher encarcerada brasileira, o presente estudo tem como objetivo revisar a literatura nacional sobre mulheres encarceradas no período de 1998 a 2012. Foram pesquisadas as bases de dados Scielo, Lilacs e o banco de dados dos resumos das teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) com as seguintes palavras-chave: mulheres presas, mulheres encarceradas e encarceramento feminino. Foram encontrados 25 trabalhos, em sua maioria dissertações de mestrado, de varias áreas de conhecimento: Psicologia, Saúde Coletiva, Ciências médicas, Enfermagem, Sociologia, Educação, Sociologia e Letras; o que nos fornece um panorama geral da problemática das mulheres encarceradas, sob diferentes perspectivas. De modo geral, as pesquisas ainda são de caráter descritivo da população, tendo alguns trabalhos de intervenção com tal população, mas nenhum avaliando intervenções sistemáticas a essas mulheres. Destaca-se a carência de trabalhos que descrevam fatores de risco que levaram a mulher a cometer um delito ou a situação da família dessa mulher. Pesquisas futuras deveriam descrever variáveis pessoais, contextuais e de relacionamento que levaram as mulheres a serem encarceradas, assim como a realização de programas preventivos, tanto para as mulheres quanto para seus filhos, visando o combate à intergeracionalidade carcerária.

**Palavras chave:** *Mulher encarcerada, Fatores de risco ao encarceramento, Situação da mulher presa.*

## ABSTRACT

This study aims to review the literature on female incarcerated in the country from 1998 to 2012 as an attempt to understand who is the woman in prison at Brazil. Scielo and Lilacs databases, as well as theses and dissertation abstracts from Brazil's Ministry of Education (CAPES) were searched with the following keywords: women in prison, women prisoners and female incarceration. 25 studies were found, mostly at the Master's level in diverse areas of knowledge: Psychology, Medical Science, Nursing, Public Health, Sociology, Education, and Literature, which provides us with an overview of the problems of incarcerated women from different perspectives. In general, most studies were surveys describing some characteristics of the population, with some intervention work, but no systematic interventions evaluations. There is a shortage of studies that describe risk factors that led women to commit crimes or describing the family of such women. Future studies should describe individual, interpersonal and contextual variables that led women to incarceration, as well as the provision of preventive programs to women, as well as to their children, in order to curb the prison's intergenerationality.

**Keywords:** *incarcerated women, risk factors to incarceration, status of incarcerated women.*

## RESUMÉN

A pesar del aumento de la población carcelaria femenina en Brasil, se ha prestado poca atención a estas mujeres. Al tratar de entender quien es la mujer que esta encarcelada en el Brasil, este estudio tiene como objetivo revisar la literatura sobre las mujeres encarceladas en el periodo 1998 a 2012. Para esto se realizaron búsquedas en bases de datos: Scielo y Lilacs, como en resúmenes de tesis y disertaciones del Ministerio de Educación de Brasil (CAPES), con las siguientes palabras clave: mujeres en el carcel, mujeres encarceladas y el encarcelamiento femenino. Hubo 25 estudios, la mayoría de disertaciones en diversas áreas de conocimiento: Psicología, Salud Pública, Sociología, Educación, y Literatura, la cual nos proporcionan una visión general de las mujeres encarceladas, desde diferentes perspectivas. En general, los trabajos son de carácter descriptivo de la población, con algún tipo de intervención, pero no la evaluación de las intervenciones sistemáticas a para estas mujeres. Por otra parte, hay una falta de estudios que describan los factores de riesgo que llevaron a las mujeres acometer un delito o la situación familiar de esta mujer. Las investigaciones futuras deben describir las características personales, y la relación contextual que llevó a las mujeres de haber sido encarceladas, así como la implementación de programas preventivos, tanto para las mujeres y sus hijos para frenar la posibilidad de la intergeneracionalidad carcelaria.

**Palabras clave:** Las mujeres encarceladas, Factores de riesgo para la encarcelación, Condición de la Mujer encarcelada.

A população carcerária brasileira tem tido um aumento expressivo. Dados do Ministério da Justiça demonstram, que em 2005, o total da população carcerária era de 361.402 presos; em 2007, ela aumentou para 422.590 presos e até dezembro de 2011, houve um novo aumento para 514.582 encarcerados. Houve, portanto, um aumento de 153.180 presos nos últimos seis anos (Ministério da Justiça, 2011).

Com relação à população carcerária feminina, a Secretária de Assistência Penitenciária (SAP) indica que essa vem aumentando consideravelmente no Brasil. O Ministério de Justiça apontou que, em março de 2008, o número de mulheres encarceradas em todo o país ultrapassou a taxa de 27.000 detentas, sendo tal número até dezembro de 2011 igual a 29.347, um aumento de mais de 2.000 mulheres nos últimos três anos.

Cabe mencionar que a região Sudeste apresenta o maior número de mulheres presas, tanto no sistema prisional quanto no policial (Fonseca & Ramos, 2008). Em 2000, o número de mulheres sobre custódia da SAP era de 9.762; em dezembro de 2011 o número

de mulheres sob custódia da Secretária de Segurança Pública (SSP) era de 2.091, totalizando 11.853 presas só no Estado de São Paulo.

A SAP caracteriza a mulher presa do Estado de São Paulo com sendo jovem, com idades entre 18 a 30 anos, em mais de 54% dos casos, chefe de família monoparental, sendo tráfico de entorpecentes e roubo os principais crimes cometidos por elas. Em relação a familiares e relações afetivas próximas da mulher durante o encarceramento, o principal visitante da mulher presa é a irmã, sendo o cônjuge aquele que menos a visita, dado muito diferente da realidade masculina, pois, no caso do homem encarcerado, a mulher e os filhos são em 90% dos casos o parente que mais o visita (Folha de São Paulo, 2008).

A literatura norte-americana (Greene, Haney & Hurtado, 2000; Dalley, 2002; Craig, 2009; Bloom, 1995) descreve a mulher presa como sendo jovem; em 80% dos casos essa mulher tem filhos e dois terços dos mesmos com idades inferiores a 18 anos, morando com a mesma no momento do encarceramento; possui baixa escolaridade; é afro-descendente, sofreu maus tratos na infância, (sendo o abuso sexual o tipo mais elevado de maus tratos, ocorrendo em 55% dos casos); tem no seu histórico de vida o encarceramento de um ou ambos os pais; relatam ter mantido relações sexuais na pré-adolescência (em decorrência um grande número de mulheres ficou grávida antes dos 16 anos); relatam ter sofrido violência doméstica por parte do parceiro e ser usuária de drogas e/ou álcool. Todas estas características evidenciam os inúmeros fatores de risco aos quais essa população esteve exposta durante a infância e no transcorrer de sua vida adulta.

Ainda há escassez de estudos na literatura nacional sobre o histórico familiar de violência de mulheres encarceradas, sendo necessário realizar pesquisas sistemáticas como uma forma de caracterizar qual tem histórico de violência familiar, visando assinalar

possíveis riscos que estas mulheres enfrentaram na infância e prevenir futuros problemas apresentados por seus filhos. Na tentativa de compreender quem é a mulher encarcerada brasileira, o presente estudo tem como objetivo rever a literatura nacional sobre estudos empíricos realizados com mulheres encarceradas.

## Método

Foram pesquisadas as bases de dados Scielo, Lilacs e o banco de dados dos resumos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) com as seguintes palavras-chave: *mulheres presas, mulheres encarceradas encarceramento feminino, mulheres, presídios, presidiárias*. O Período de tempo envolvido foi de 1998-2012.

Foram encontrados 13 resumos de artigos em periódicos e 31 trabalhos acadêmicos, totalizando 44 trabalhos. Desse total, foram excluídos 20 trabalhos, segundo os seguintes critérios: quando eram repetidos por aparecer em mais de uma base de dados; quando não apresentavam informações específicas sobre as mulheres encarceradas; quando as informações apresentadas nos resumos eram insuficientes para se realizar análise; ou quando eram de natureza teórica.

Os trabalhos restantes (n=25) foram analisados e divididos em nove categorias definidas pelas autoras de acordo com o tema central e os principais achados dos estudos. As subdivisões foram as seguintes: (1) caracterização da população carcerária; (2) intervenções realizadas nas unidades prisionais; (3) saúde mental; (4) doenças sexualmente transmissíveis; (5) maternidade; (6) relacionamento amoroso; (7) representação social e (8) violência.

## **Características das mulheres encarceradas**

Com relação à caracterização da população carcerária feminina, a maioria dos estudos descreveu características sócio-demográficas brasileiras e a situação prisional, em que quatro áreas do conhecimento: Economia Doméstica (Costa 2003 e Psicologia Carvalho, 2007; Canazaro & Argimon, 2010) e Enfermagem (Scherer; Scherer; 2009).

Costa (2003), realizou uma entrevista e análise de documentos de 20 mães em uma penitenciária de Recife: 46,6% das participantes eram chefes de família; a idade média das mesmas era de 32 anos, sendo que quase metade da amostra tinha baixa escolaridade (em 40% dos casos as mulheres eram analfabetas). Aproximadamente um terço dessas mulheres nunca trabalhara e suas ocupações eram decorrentes do envolvimento com tráfico de drogas (60%), seguido por roubos e furtos (40%). Em 86,7% dos casos, as participantes alegavam que, após o encarceramento, a sua família se desfez. Com relação às crianças, apenas três crianças ficaram com seus pais, sendo que a maioria (60% dos casos) ficaram com os avós; 13,3% com terceiros (tios, parentes etc.) e 6,7% em instituições assistenciais que nem sempre assumiram a guarda formalmente.

Carvalho (2007), realizou entrevistas em uma cadeia pública na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, com 23 detentas. Os dados indicaram que elas eram, em sua maioria, não branca, tinham baixo poder aquisitivo e baixa escolaridade e atrelavam sua vida criminal às conseqüências imprevisíveis presentes em suas vidas, o que as colocavam em situação de vulnerabilidade social e emocional.

Canzaro e Argimon, (2010) traçaram o perfil de 287 mulheres encarceradas na única penitenciária feminina em regime fechado do Estado do Rio Grande do Sul. Foi utilizado um delineamento transversal, sendo que para a realização da coleta de dados foram realizados a aplicação de cinco instrumentos: questionários sociodemográficos, questionário CAGE, entrevista clínica para o DSM-IV, Inventário de Depressão Beck (BDI) e a Escala de Desesperança de Beck (BHS). Os dados resultantes do questionário

demográficos descreveram as detentas como tendo uma idade média de 33,39 anos; sendo 67,6% solteiras ou sem companheiros; possuíam filhos em 86,4% dos casos, sendo a média de 2,75 filhos por mulher. No que diz respeito à escolaridade, 63,1% tinha ensino fundamental incompleto e, ao descrever qual tipo de atividade exerciam antes de ingressar ao sistema prisional, em 15,9% dos casos, as mulheres afirmavam exercer atividade em emprego formal e uma alta porcentagem realizava trabalho associado a baixo status econômico e social (empregada doméstica, dona de casa, profissional do sexo).

Ao descreverem os dados criminais e prisionais, Canzaro e Argimon (2010), constataram que 51,2% das prisões eram provisórias; 48% estavam condenadas; 34,8% já havia sido presa anteriormente e mais da metade estava presa há mais de seis meses. Com relação ao tipo de delito; 62,4% dos casos estavam vinculados ao tráfico de drogas; 12,5% referia-se a roubo; 11,1% a homicídio e 8,7% a furto. Com relação às atividades desenvolvidas na penitenciária, 51,2% da amostra trabalhava na penitenciária e 15,3% estudava. No que diz respeito à visita por parte dos familiares 77,4% recebia visita e apenas 8,5% das presas recebia visitas íntimas de parceiros.

De acordo com os dados apresentados acima, o perfil da mulher encarcerada em diferentes Estados brasileiros (Carvalho, 2007 em Minas Gerais, Canzaro & Argimon, 2010 no Rio Grande do Sul, e Costa, 2003 em Pernambuco), pode ser descrito como sendo composto por mulheres jovens, solteiras, com pouca ou baixa escolaridade, afrodescendente e com filhos. Com relação ao crime pelo qual estavam encarceradas há uma predominância no envolvimento com drogas seja como usuária ou com tráfico. Tais dados são análogos aos apresentados pela literatura internacional (Bloom, 1995; Dalley, 2002; Craig, 2009; Greene, Haney & Hurtado, 2000).

Sendo assim, a mulher encarcerada não apresenta características próprias de um país ou região, mas características de uma população que está inserida em situações de risco e vulnerabilidade social. Considerando que essas mulheres são jovens, têm filhos (na maioria, menores) e pouca escolaridade, descortina-se a necessidade de um maior investimento do poder público nos setores de educação, projetos de planificação familiar, inserção de jovem no mercado de trabalho de forma a criar situações proteção, para essa população vulnerável.

### **Intervenções realizadas em unidades prisionais**

A maioria das intervenções realizadas com a população carcerária feminina descrita nos estudos tinha característica narrativa, buscando incentivar a participante a refletir e narrar sua história como forma de enfrentamento da situação e de elaboração e planejamento de projetos de vida destas mulheres. Tais intervenções são baseadas na constatação de que a população carcerária, muitas vezes, por ser vítima de diferentes formas de violência, tem dificuldades em estabelecer metas a longo prazo, ou em realizar um projeto de vida, o que pode contribuir para a escolha do caminho da criminalidade e a reincidência no delito quando liberado.

O trabalho de Anselmo (2006) desenvolveu a escrita criativa como uma maneira de ressocialização em 16 mulheres encarceradas. O autor utilizou a redação criativa com um procedimento de leitura e avaliação do texto desenvolvido das participantes, no qual é incentivado e conscientizado atividades prazerosas para o grupo. Adicionalmente foram desenvolvidos trabalhos de escrita livre de prosa e poesia, sendo a poesia mais utilizada “*La loba*” de Alfonsina Storni. Tal poesia descreve a vida de uma mulher que sofreu preconceito por ser mãe monoparental. Entretanto, ela luta e não se envergonha da situação, colocando seu filho como prioridade em tudo na vida. Os resultados mostraram

que a literatura pode exercer várias funções, como: resgate de auto-estima pela inserção da leitura e escrita e atividade educativa e terapêutica. Além disto, o estudo apontou que a partir da oportunidade oferecida a estas mulheres é possível instalar novas condutas de aprendizagem o que foi evidenciados pelos relatos da participantes.

O estudo de Lucena (2009) analisou como se dava a aprendizagem em mulheres encarceradas em uma Unidade Prisional em João Pessoa, Paraíba, com o objetivo de compreender as relações entre as histórias de vidas dessas mulheres e as motivações/circunstâncias de vida que as conduziram ao mundo da criminalidade. Foram utilizados métodos quantitativos e qualitativos no estudo. O autor organizou os dados entre biografia e família; biografia e trabalho; biografia e escola/educação, considerando os percursos da vida da encarcerada da infância à vida adulta. Os resultados evidenciaram historias traumáticas ligadas à ausência de uma referência familiar; ao trabalho infantil; poucas possibilidade de inserção no mercado de trabalho no decorrer de suas vidas; e experiências não positivas em sua trajetória escolar. Por outro lado, essas mulheres apresentam capacidade de uma nova reorganização de vida fora da prisão, a partir das vivencias anteriores ao encarceramento, mostrando, segundo o autor, capacidade de se auto-afirmar, na vida futura. No entanto, o autor argumenta que se não forem oferecidas condições para tais mulheres, capacidades podem ser novamente direcionadas para a vida criminal.

Os dois estudos apresentados anteriormente (Anselmo, 2006 e Lucema, 2009) apontam um importante caminho de intervenções a ser realizado: estimular a prática narrativa, favorecendo a reflexão sobre a história de vida e, possibilitando com isso, caminhos alternativos após o período prisional. Esta técnica é muito utilizada na abordagem da Terapia Comportamental Cognitiva ajudando a expressar as emoções e a recordar os eventos traumáticos, podendo ter um efeito paliativo nos distúrbios de

ansiedade e depressão (Leahy, 2006). Vale destacar que as histórias narradas demonstram polivitimização infantil (Finkelhorn, 2009), reforçando a importância de profissionais capacitados em identificar os primeiros sinais de vitimização e realizar os encaminhamentos necessários.

### **Saúde Mental**

Almeida (1998) procurou estimar a prevalência de transtornos psiquiátricos menores (insônia, ansiedade, sintomas somáticos, depressão e irritabilidade) e sintomas psicopatológicos, na Penitenciária Feminina do Butantã, Estado de São Paulo. O trabalho visava descrever a vivência e representação social desta população sobre a experiência prisional, observando indicadores psicopatológicos. Para isto, foi utilizada uma metodologia variada, envolvendo consulta de prontuários, aplicação de entrevistas e entrevista com instrumento padronizado para diagnóstico de distúrbios psiquiátricos menores (*Clinical Interview Schedule Revised/CIS*). A partir dos resultados com 35 participantes foram encontradas as seguintes prevalências: insônia (60%); ansiedade (57%); preocupações (54%); sintomas somáticos (46%); depressão (37%) e irritabilidade (34%). Quase 80% das encarceradas relataram sensação de mal-estar emocional. Ligadas à essa queixa, encontram-se as experiências prisionais enfrentadas pelas encarceradas, tais como, situação jurídica, (40,7%), a distância da família (37%) e o ambiente prisional (11,1%). Foram apontados como implicações negativas, ambientes superlotados, agressivos e desocupados, hipervigilância, uso e abuso de poder e as expectativas em obtenção de benefício requerido. Como situações protetoras, o estudo apontou como suporte: religião, escola e trabalho, possibilidade de manter laços afetivos, e assistência médica e psicológica. Os resultados assinalaram a necessidade de se observar a consequência prejudicial do encarceramento para a saúde mental nessa população e a

necessidade de se realizar pesquisas que possam aprofundar esta temática, assim como, obter a prevalência dos transtornos psiquiátricos antes do encarceramento.

O trabalho desenvolvido por Silva (2008) avaliou a influência dos estressores traumáticos ocorridos na vida de com 134 mulheres encarceradas no Sistema Penitenciário Feminino do Rio de Janeiro na prevalência do Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT). Para tanto, a pesquisadora aplicou os seguintes instrumentos: *Inventários de Drogas*, *Avaliação de Eventos Traumáticos*, *O Inventário de Ansiedade Traço*, Critérios de Diagnóstico para TEPT baseados no DSM-IV e a *Escala de Depressão de Beck*. Os dados analisados indicaram que a prevalência de TEPT na população carcerária é elevada, sendo comparável às populações de maior risco encontradas na literatura, como veteranos da guerra. Além disso, a pesquisadora encontrou uma relação estatisticamente significativa ( $p=0,016$ ) entre TEPT e o consumo de drogas ilícitas.

O estudo realizado por Moraes e Galgarrondo (2006) verificou o perfil de saúde mental e a relação entre religião, religiosidade e saúde mental em 358 mulheres da Penitenciária Feminina da Capital Paulista (PFC). Para isto foi utilizado um questionário geral que teve como objetivo obter informações sobre: dados sociodemográficos; religiosidade; saúde mental; perfil criminal e questões legais. Os resultados mostraram que a maior parte dessa população é formada por pessoas provenientes dos segmentos sociais marcados pela exclusão social, política e econômica. A idade média da amostra foi de 30,7 anos. A prevalência de possível caso psiquiátrico foi igual a 26,6%. Uma maior religiosidade pessoal associou-se a menor frequência de possível transtorno mental. Não foram encontradas associações entre tipo de crime e saúde mental.

Todos os estudos acima assinalam a necessidade de se observar as conseqüências prejudiciais do encarceramento para o funcionamento psíquico afetivo na população

carcerária, examinando inclusive a prevalência dos transtornos psiquiátricos antes do encarceramento, o que poderia contribuir para a realização de alguns delitos. Os dados apresentados apontam que a saúde mental em mulheres encarceradas precisa receber atenção especial, tanto pelas autoridades do sistema prisional, quanto por profissionais de saúde pública, pois estes estudos corroboram a existência de sintomas de traumas. Desta forma, é preciso que sejam realizadas intervenções, no sentido de minimizar as situações que podem agravar tais problemas de saúde mental quando tais mulheres voltarem ao convívio em sociedade.

### **Doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e AIDS**

O estudo de Lopes e cols (2001) realizado com 262 mulheres com idade média de 32,4 anos e baixo nível de escolaridade, teve como objetivo estimar a prevalência de infecção por HIV, HPV e sífilis em mulheres da penitenciária feminina da Capital de São Paulo/Brasil. Os resultados mostraram prevalências de 1,4,5% para infecção por HIV, 16,3% para sondas de HPV alto potencial oncogênico 4,8% e 5,7% de taxa para sífilis, concluindo que DSTs/HIV, são um grave problema de saúde no sistema penitenciário precisando de urgentes medidas preventivas.

Miranda, Merçon-de-Vargas & Vianab (2004), buscaram identificar o perfil sociodemográfico e as condições de saúde das mulheres encarceradas em uma penitenciária feminina de Vitória, Espírito Santo. Participaram do estudo 121 mulheres, que foram avaliadas por entrevistas, abordando informações clínicas, sócio demográficas e criminais seguidas de exames ginecológicos. Os resultados apontaram que a idade média das mulheres foi de 30,2 anos, com escolaridade média de 4,8 anos. Todas já haviam tido atividade sexual e a idade média da primeira relação sexual foi de 15,2 anos. Em 28% dos casos, as mulheres tinham história pregressa de DSTs, 9,9% das participantes estavam

grávidas no momento da entrevista, sendo que o histórico de gravidez na adolescência foi comum para a maioria. Os autores apontam a necessidade de o sistema carcerário contribuir para que problemas de saúde existentes sejam sanados, fazendo um chamado para a cooperação dos órgãos de saúde para obter resultados satisfatórios.

O trabalho de Tourinho (2003) objetivava investigar fatores associados ao uso do preservativo em uma penitenciária de Salvador, Bahia, no qual foram realizadas entrevistas com 145 mulheres encarceradas. Os resultados mostraram que as encarceradas tinham conhecimento sobre HIV e suas formas de transmissão, embora, continuassem apresentando comportamento de risco, visto que apenas 18,6% das mulheres afirmavam que utilizaram preservativo em todas as relações sexuais, nos últimos seis meses. Com relação à não utilização do preservativo, as mulheres afirmavam que não se sentiam empoderadas para decidir ou pedir para seus parceiros(as) o uso do mesmo, assim como, a falta de habilidade do manuseio do preservativo masculino. A autora apontou que as intervenções sobre HIV no sistema carcerário são complexas, precisando de outras formas de trabalho com essa população, preferencialmente de intervenções sistemáticas e não meramente informativas, possibilitando que essas mulheres possam perceber a necessidade de cuidar de sua saúde e assim, apresentar uma melhor auto-estima e perspectiva positiva no futuro.

A pesquisa de Lesa e col. (2012) tiveram como objetivo, descrever o perfil da mulher encarcerada, assim como, analisar os resultados dos exames citopatológicos nos prontuários em uma penitenciária na cidade de Ceará. Para isto foram analisados 672 prontuários, concluindo que a principal queixa ginecológica das participantes foi o corrimento vaginal com 24,9% (197), seguido da realização do exame preventivo (papanicolau) com 23,7% (187) e, finalmente, por dor pélvica 14,2% (112). No que diz respeito ao perfil das encarceradas, estas podem ser consideradas jovens com mediana de

29 anos, baixa escolaridade em 78% com até 9 anos de estudo, e em 78% dos casos solteira. A partir destes resultados as pesquisadoras apontam há necessidade de rastrear o câncer cervical nas instituições prisionais femininas, por ser uma possível forma de contágio de DSTs. Além disto, sugerem a inclusão do enfermeiro nesse ambiente.

No trabalho de Nicolau e Pinheiro (2012), as autoras avaliaram o conhecimento, atitude e práticas do uso de preservativo masculino e feminino em e suas relações afetivos em 155 presidiárias numa penitenciária do Ceará. Destas 35 tinham conhecimento adequado do uso do preservativo masculino e 11 do preservativo feminino. Com relação ao uso prático dos mesmos, as atitudes foram menos favoráveis com relação ao uso do preservativo no sexo oral e no que diz respeito a atitude relaciona-se a idade da participante e a idade da primeira coitarca, no entanto, percebe-se que aquelas que tiveram atitude estavam relacionadas ao histórico de prostituição nas suas vidas. Desta forma, segundo as autoras a promoção de saúde sexual no ambiente prisional deve englobar a utilização de preservativos com o intuito de prevenção de DSTs e AIDS.

Os estudos apresentados acima fornecem sugestões para intervenções necessárias de serem realizadas durante o encarceramento feminino: discussão sobre relacionamento afetivo, planejamento familiar e treino de habilidades sociais e principalmente a prevenção de DSTs/ AID. O estudo de Lessa e cols. (2012) embora, seja de cunho documental, ele apresenta um caminho a ser seguido para abordar esta temática. É necessário uma reflexão e atuação com esta população considerando que o número de portadores de DSTs e o combate da AIDS a nível nacional vem tendo resultados importantes. Desta forma, é preciso contemplar a população prisional tal como descrito no Plano Nacional de Saúde do Sistema Penitenciário (PNSSP).

## **Maternidade**

Considerando os indicadores internacionais informando que a mulher encarcerada usualmente tem filhos se faz imprescindível abordar a condição da maternidade com tais mulheres. Para examinar essa variável os trabalhos de Giordani e Bueno (2001), na área de enfermagem e o de Lopes (2004) e Pinto (2006), em psicologia, nos fornecem um panorama sobre como as encarceradas vislumbram a maternidade.

Giordani e Bueno (2001) objetivaram verificar a percepção que as mulheres encarceradas tem sobre maternidade, filhos e as necessidades apresentada por elas com relação a esses. O estudo foi desenvolvido com 14 mulheres, todas mães, em uma cadeia no interior do Estado de São Paulo. A coleta de dados envolveu a gravação de uma entrevista-ação. Os resultados mostraram que as encarceradas apontam a maternidade como um sentido de proteção e afeto para seus filhos, como continuidade da espécie e realização pessoal. Para elas a separação dos filhos tráz magoa, tristeza, solidão, angustia, saudades, perda e arrependimento. No entanto, pensar nos filhos favorece o enfrentamento das situações adversas vivenciadas na cadeia. Apesar das limitações do estudo, do reduzido número de participantes e carência de outras fontes de dados, os resultados sugerem que, ao ser encarcerada, a mulher que é mãe também sofre por não poder exercer a sua maternidade, sendo penalizada duplamente.

Nesse mesmo sentido, o trabalho de Lopes (2004), realizado com 30 mulheres encarceradas, analisou como o “amor materno” era percebido pelas participantes, demonstrando a necessidade de as Unidades Penais reverem a maneira pela qual o contato das mães com seus filhos tem sido realizado, além de repensar o encarceramento de mães, visando garantir seus direito de exercerem a maternidade, considerando que a proximidade entre mãe e filho é fator de saúde mental e um estímulo de reinserção social.

Pinto (2003) investigou o exercício da maternidade em mulheres encarceradas na Colônia Penal Feminina do Recife “Bom Pastor”. O pesquisador realizou uma entrevista semi dirigida partindo de uma pergunta disparadora: “*Como você se sente sendo mãe e estando presa (reclusa)?*”. Participaram do estudo apenas 10 mulheres encarceradas, escolhidas pelo serviço de psicologia da unidade. Os resultados indicaram que o histórico de vida dessas mulheres não foi favorável para um desenvolvimento emocional positivo. Ao indagar sobre a relação existentes com suas crianças, as participantes descreveram que, após o período de amamentação, as crianças eram entregues a familiares e, no caso da mulher não ter familiares, os filhos eram encaminhados a abrigos que não estavam preparados para lidar com as necessidades apresentadas por eles. O autor aponta a falta de suporte que famílias de mulheres encarceradas enfrentam, assim como, a necessidade de programas sociais para a mulher encarcerada, bem como para seus filhos e familiares.

Os estudos relacionando maternidade e encarceramento trazem uma contribuição para esta temática. No entanto, os trabalhos apresentados não deixam claro o que poderia ser realizado para que as mulheres consigam exercer a sua maternidade, mesmo estando encarceradas. Vale destacar que não se trata de deixar de penalizar a mulher pela sua conduta delituosa e, sim, procurar alternativas de como realizar esta integração entre mãe e filhos visando um bom desenvolvimento da criança e uma boa re-integração da mulher presa na sociedade.

Um estudo norte-americano de Block e Potthast (1998), desenvolvido na cidade de Baltimore, sugere caminhos que podem ser seguidos. O programa, intitulado “*Girls Scouts Beyond Bars*” (Garotas atrás das grades), oferece oportunidade de as filhas visitarem suas mães semanal ou mensalmente, além de participarem de sessões em que são abordados temas necessários para se ter uma vida familiar bem sucedida e que colaboram para o retorno ao mercado de trabalho após a liberação das mulheres: habilidades para exercer a

liderança, resolução de problemas e educação dos filhos. Outro ponto abordado nas sessões entre mães e filhas é a discussão de assuntos como: vida familiar, prevenção de violência e o abuso de drogas. O programa tem se mostrado efetivo, ajudando as mães a exercerem a maternidade, mesmo estando encarceradas (Block e Potthast, 1998).

Entende-se intergeracionalidade como a transmissão de comportamentos, ou padrões de comportamentos, entre membros de uma família ao longo das gerações. Essa transmissão não se manifesta instantaneamente, mas ao longo do tempo. Desta forma, as crianças tendem, em sua vida adulta, a reproduzir com seus próprios filhos o padrão comportamental a expostos (Weber, Selig, Bernardi, e Salvador, 2006). Sendo assim, realizar programas preventivos com os filhos (as) de mulheres encarceradas mostra-se uma maneira efetiva de quebrar a intergeracionalidade carcerária com tais crianças.

### **Relacionamento amoroso**

As relações afetivas são de primordial importância para os indivíduos. Para a mulher encarcerada este é mais um laço que fica afetado com o encarceramento. Quatro trabalhos visaram abordar como é visto o relacionamento amoroso nesta população em áreas de conhecimento diversas: Lima, 2006 o aborda a partir da saúde pública; Biella, 2007 sobre o ponto de vista da Sociologia Política; Sousa, 2007 da Psicologia e Paz, 2009 a partir das Ciências Sociais.

Lima (2006) objetivou compreender os significados da visita íntima na perspectiva da mulher presa, como também caracterizar o perfil das mulheres da Penitenciária Feminina da Capital de São Paulo (PFC), do ponto de vista sócio-demográfico, prisional e familiar/conjugal. Com relação ao significado da visita íntima, a autora abordou a evolução da possibilidade da visita íntima em presídios femininos, que se deu em 2001, ao contraponto de que nos presídios masculinos essa prática sempre existiu. A obtenção dos

dados referentes à visita íntima foram decorrentes da realização de grupos focais com as presas que desejavam a mesma, bem como com as que não desejavam. Os resultados mostraram que apenas 2,6% das presas referiram, nos prontuários, que desejavam a realização de visita íntima. Não obstante relatos de constrangimento e humilhação durante a visita íntima, os significados da mesma para a mulher, da PFC, eram modelados pelo interesse de continuar casadas, pela necessidade de satisfazer o parceiro, ou como modo de afirmar a liberdade pela através da recusa à visita íntima.

O estudo de Souza (2007) investigou o significado de relacionamentos amorosos e ingresso na criminalidade de mulheres encarceradas. Foram realizadas entrevistas com 15 mulheres na penitenciária estadual feminina, em Vitória, Espírito Santo. As participantes descreveram que a iniciação da vida amorosa foi precoce e que a infidelidade masculina é um problema freqüente nos relacionamentos amorosos. A prisão era encarada como um momento de provação para a relação, no qual só via duas alternativas: a finalização ou seu fortalecimento. Para a mulher encarcerada apresentam-se três configurações de relacionamento amoroso: com homens que também estão presos; com homens que estão em liberdade; e com mulheres que geralmente também estão presas. Todas estas configurações têm suas vantagens e desvantagens segundo o cotidiano na prisão. Embora o número de participantes do estudo seja reduzido, os resultados apontam que não existe uma relação direta entre relacionamento amoroso e criminalidade. Do ponto de vista das encarceradas, essas apontaram o relacionamento amoroso como uma forma de enfrentamento das dificuldades do encarceramento.

Paz (2009) realizou um estudo etnográfico com 37 mulheres encarceradas no Presídio misto Estadual de Rio Grande, Rio Grande do Sul, visando avaliar o significado do namoro, casamento e da sexualidade em um presídio misto, partindo da visão feminina. Foram realizadas observações participantes e entrevistas. Os resultados mostraram que, no

caso da mulher encarcerada, a família e principalmente os parceiros que tinham antes do encarceramento as abandonam. Desta forma, ao relacionar-se com um novo homem no presídio, elas expõem que a base destas relações é a reciprocidade. Os homens encarcerados, por meio de seus familiares levam e trazem recados de seus entes queridos, trazendo produtos de higiene, comida e objetos em geral. Desta forma, ao serem abandonadas por suas famílias, as mulheres encarceradas encontram nos homens presos um suporte material e afetivo. Em contrapartida esses homens veem proveito nessa colaboração, amparando-as.

Os estudos apresentados acima buscam demonstrar que os relacionamentos amorosos exercem um importante fator de proteção na vida destas mulheres. No entanto dados oficiais do DEPEN<sup>3</sup> (2008), afirmam que em 62,06% das mulheres não recebem qualquer tipo de visita durante o seu encarceramento, ficando mais afastadas de seus familiares e de seus companheiros. Esta situação deixa a mulher mais vulnerável no cotidiano do cárcere que pode levá-la a situações de carência e solidão aumentando o risco de problemas de saúde mental, como apontado por Almeida, 1998; Moraes & Galgalarrondo, 2006 & Silva, 2008.

### **Representação Social**

O estudo de representações sociais vem sendo estudado amplamente pela psicologia social, sendo que Oliveira (2008), Frinhani (2004), e Colares e Chies. (2010), analisaram as representações da mulher encarcerada sob uma ótica feminista. Frinhani (2004) procurou identificar as representações sociais de 10 mulheres encarceradas que cumpriam pena a menos de um ano em uma penitenciária Estadual do Espírito Santo, sendo realizada uma entrevista semi-estruturada. Os dados foram fundamentados por

---

<sup>3</sup>Departamento penitenciário nacional

análise de conteúdo, mostrando que as representações sociais na prisão tem um papel fundamental para a reconstrução da vida dessas mulheres. Além disto, a existência de violações por parte dos operadores de direito se faz presente em seus discursos, fator que precisa ser analisado com maior cuidado para que a atuação dos operadores, cuja função é de proteger e velar pelos direitos destas mulheres, não acabe se tornando em mais uma forma de exclusão social para com esta população.

A pesquisa de Oliveira (2008) investigou as representações sociais de gênero apresentadas por 10 mulheres encarceradas, tentando pesquisar as diferentes formas de trabalho e utilizando a escrita como meio de ressocialização destas mulheres. O estudo baseou-se na teoria das representações sociais, identidade social e gênero social. Os resultados mostraram que as participantes apresentam representações sociais hegemônicas acerca do gênero feminino. Por outro lado, segundo Oliveira, elas estavam re-significando sua atual situação de presa e da prisão, bem como sua noção temporal, assim como possíveis conflitos de identidade provocados pela relação de suas realidades e culturas marcadas, por serem de classe “baixa”, oriundas de famílias “desestruturadas”, com pouca escolaridade e marcadas pelo estigma de presidiárias. Desta forma, a autora aponta que o ambiente prisional deve ser repensado como um espaço inclusivo, no qual a escrita possa ser incluída, além de se criar programas profissionalizantes para a inserção no mercado do trabalho.

Colares e Chies (2010) abordaram as construções sociais de gênero e a percepção do universo feminino dentro e fora das prisões, bem como as múltiplas dificuldades e segregações enfrentadas pelas mulheres encarceradas em prisões majoritariamente masculinas. Estes dados são representativos de 11 reclusas dos presídios dos municípios de Pelotas, Camaquã e Santa Vitória do Palma, Rio Grande do Sul. A metodologia aplicada incluiu entrevistas e grupos focais, além de obtenção de dados jurídicos e

sociodemográficos nos prontuários. Os resultados apontaram que as mulheres sofreram preconceitos de gênero fora das prisões, e isso aumentou quando encontravam-se encarceradas em presídios masculinos, fato que ocorre quando há pouca disponibilidade de prisões femininas. Dentro da cadeia, as segregações vão além dos impedimentos físicos de verem seus familiares e chegam até o interior das próprias cadeias, nas quais as mulheres ficam reclusas em suas celas, com corredores específicos e se encontram sempre no “seguro” (local destinado para as presas mais perigosas ou que precisam de isolamento social), não podendo ter contato direto com quem as visitar. Elas sofrem o estigma de um lugar essencialmente masculino, no qual não podem usar as roupas que querem, passar batom ou mesmo usar bijuterias, caracterizando-se como um processo de invisibilidade feminina no cárcere masculino.

## **Violência**

Os estudos internacionais sobre mulheres encarceradas indicam que muitas delas apresentam um histórico de vitimização (Craig, 2009; Dalley, 2002; Greene, Haney e Hurtado, 2000); entretanto, apenas uma pesquisa brasileira (Scherer & Scherer, 2009) descreve as concepções e vivências de mulheres encarceradas sobre violência. A metodologia utilizada em tal estudo foi de cunho exploratório e descritivo com abordagem qualitativa. Participaram do mesmo, 15 mulheres encarceradas, selecionadas aleatoriamente, com idades entre 21 e 74 anos, da penitenciária feminina de Ribeirão Preto, SP. As encarceradas consideraram como violência as agressões físicas, abusos sexuais, homicídios e maus-tratos psicológicos nas relações interpessoais (rejeição, depreciação, discriminação, desrespeito, intimidação, opressão, cobrança ou punição exageradas) praticadas dentro do ambiente doméstico ou fora deste. Estas mulheres parecem identificar o agressor como o eixo dominador das relações e, em geral, este papel é atribuído à figura masculina (marido ou pai).

Além da violência interpessoal citada pelas encarceradas, observou-se, nos seus relatos, a menção da violência como sendo um problema de origem social, fruto das desigualdades, do acesso inadequado à educação e oportunidades de emprego formal. Embora a proposta do estudo seja importante, o mesmo não apresenta dados quantitativos que possibilitassem a visualização do universo de mulheres encarceradas que tem histórico de violência, sendo necessário mais estudos para a compreensão de tal fenômeno na realidade brasileira.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O levantamento aqui realizado possibilitou a análise da produção acadêmica em várias áreas distintas do conhecimento, desde 1998 a 2012. Pode-se perceber que dos 25 estudos analisados há uma maior produção sobre a temática na área da Psicologia e da Saúde Coletiva ambas representada com 6 estudos ou 24%; seguida, pela Saúde Pública, Ciências Médicas, Letras e Enfermagem com 2 trabalhos por área, representado 8,% individualmente, e finalmente, Sociologia, Economia Solidaria, Educação, e Estudos Feministas com um trabalho cada, totalizando 20% da produção total.

Os dados acima citados, fortalecem a interdisciplinariedade e a importância da contribuindo de toda as áreas envolvidas para a temática das mulheres encarceradas, enfatizando a importância do trabalho em rede para compreensão do fenômeno sob diferentes perspectivas. Embora não possa ser observado continuidade entre os estudos realizados, podemos destacar avanços no sentido da caracterização do perfil da mulher encarcerada, que pode ser descrita como sendo: jovem, solteira, com pouca ou baixa escolaridade, afrodescendente e com filhos. Com relação ao crime cometido há uma predominância no envolvimento com drogas seja como usuária ou tráfico.

Vários são os assuntos que se relacionam ao estudar a situação das mulheres privadas de liberdade (trabalho anterior a encarceramento, trabalho desenvolvido nas unidades prisionais, família, filhos, histórico familiar carcerário, entre outros). Porém um tema se faz necessário discutir é se existem ações sistemáticas ou políticas efetivas que visem a ressocialização dessas mulheres durante o tempo de encarceramento.

No Estado de São Paulo, a Fundação Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel (FUNAP) em parceria com o Governo do Estado, oferece programas de assistência jurídica, educação básica, cultura, assistência ao egresso e seus familiares, programas profissionalizantes e de trabalho e renda. No entanto, considerando que o número das encarceradas ultrapassa 10.000,00 mulheres no estado, estas ações acabam sendo insuficientes para atender a toda a população. Estes dados são corroborados pelo relatório de mulheres encarceradas, no qual é exposto que atividades que deveriam ser realizadas de acordo com a lei de execução penal como forma de ressocialização tais como programas educativos, profissionalizantes, de trabalho e de reabilitação não são cumpridas na sua totalidade, em vários estados da federação (Centro Pela Justiça e o Direito Internacional, 2007)

Por outro lado, tal como apontado por Chies e Varela (2009), o trabalho também pode ser mais um fator de vulnerabilidade, se este não for direcionado para uma política de mudança, no sentido de se tornar-se dignificante e não estigmatizante embora estas duas características sejam inerentes ao sistema carcerário. Desta forma, é necessário e urgente a parceria entre academia e o poder público para criar ações sistemáticas e efetivas que abordem assuntos necessários e com maior alcance a população carcerária feminina, como por exemplo, prevenção de natalidade; como exercer a sua maternidade durante e após o encarceramento; intervenções de nível secundário e terciário no que diz respeito ao abuso de drogas, entre outros. Os trabalhos de Anselmo (2006) e Oliveira (2008) utilizando a prática narrativa e literatura como instrumento de intervenção apontaram alternativas

positivas e significativas de poder trabalhar a ressocialização com estas mulheres. Embora sejam situações pontuais, tais situações podem ser o início de criação de programas sistemáticos.

No âmbito internacional, especificamente no Canadá, a Elizabeth Fry Society, entidade não governamental que atende a mulheres que estão em risco de ter problemas com a lei ou já estão encarceradas, oferece programas e serviços dentro e fora das instituições penitenciárias, tais como, atendimento individual ou em grupo e planejamento para sua reinserção a sociedade, oferecendo alojamentos provisórios, apoio da comunidade, programas comunitários e serviços jurídicos. Todos estes programas oferecem às mulheres uma rede de proteção atuante, visando que tenham suportes suficientes para poder se reintegrar na sociedade.

No que diz respeito às limitações dos estudos, brasileiros presentes nessa revisão destaca-se o número restrito de participantes de alguns estudos citados, o que pode ser relacionado à dificuldade do ingresso aos pesquisadores nos centros prisionais por parte das autoridades responsáveis, ou pela dificuldade em se trabalhar com esta população.

Cabe mencionar que a pesquisa que tem um número elevado de participantes (n=287), Canzaro e Argimon, 2010) foi realizada por pesquisadores que integravam as equipes de profissionais da instituição, o que, se por um lado favorece o ingresso nos centros prisionais, diminuindo questões burocráticas necessárias para a realização da pesquisa, por outro lado, pode inibir as respostas ou comportamento das participantes com medo de eventuais represálias.

Com relação à metodologia utilizada nas pesquisas, grande parte dos estudos foi de cunho qualitativo, sendo a forma mais comum na coleta de dados entrevista e questionários e em alguns casos grupos focais Carvalho 2007; Frinhani, 2004; Giordani e Bueno, 2001;

Lopes 2004; Moki 2005; Moraes e Galgalarrondo, 2006; Scherer & Scherer, 2009; Sousa 2007; Tourinho 2003). Poucos trabalhos utilizaram múltiplos instrumentos de medidas. Os que o fizeram foram: Miranda, Merçon-de-Vargas & Vianab, 2004; Colares e Chies, 2010). Apenas três pesquisas (Almeida, 1998; Canzaro e Argimon, 2010; Silva 2008) utilizaram instrumentos validados.

Outra peculiaridade nesta revisão diz respeito ao fato de que muitos resumos não apresentavam informações suficientes para uma análise conclusiva, não deixando claro os objetivos, ou resultados encontrados na pesquisa, sendo que em muitos casos foi preciso excluir os resumos da revisão. Percebe-se, também, que não há trabalhos avaliando programas de intervenção e sim tentativas pontuais de intervenção (como a de Pinto, 2003; Lucena, 2009), não sendo sistemáticas, o que demonstra a importância da realização de pesquisas com maior rigor metodológico com essa população.

Além disto, não há trabalhos visando descrever a situação da família e dos fatores de risco aos quais estas mulheres estiveram expostas em suas famílias de origem. Quais seriam os fatores de proteção em tais famílias? Qual é o histórico familiar desta mulher? Como será possível modificar a realidade destas mulheres sem tais conhecimentos?

Tal como apontado no trabalho de Scherer e Scherer (2009) e de Canzaro e Argimon (2010) é necessária a criação de programas preventivos sistemáticos para as mulheres com histórico familiar carcerário, uma vez que elas estão expostas a um número maior de fatores de risco. Tais programas poderiam ser realizados tanto pelas autoridades do sistema carcerário, quanto por profissionais de saúde pública, em uma tentativa de atender aos seus familiares, principalmente para os filhos destas mulheres, visando o combate à intergeracionalidade carcerária.

## REFERÊNCIAS

- Almeida, K. M. (1998). *Metáforas de uma pena capital: Um estudo sobre a experiência prisional e suas relações com a saúde mental de presidiárias*. Dissertação de Mestrado. Saúde Coletiva. Universidade Federal da Bahia.
- Anselmo, S. L. (2006). *A poesia na prisão: reflexão sobre uma experiência com mulheres encarceradas no desterro*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina.
- Barbosa, P.C. (2009). *Violência contra a mulher na contemporaneidade: Ensaçando roteiros e tecendo novas suavidades*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Psicologia. Universidade Federal Fluminense.
- Barreto, N. A. (2006). *No ventre da cadeia: Um estudo sobre os projetos futuros de mulheres encarceradas*. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Psicologia. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- Bessa, L. S. (2007). *O sistema prisional brasileiro e os direitos fundamentais da mulher encarcerada: Propostas de Coexistência*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Direito. Universidade de Fortaleza.
- Biella, J.B.(2007) *Trajetórias e rotina de prisioneiras por tráfico de drogas: Autoras e coadjuvantes*. Dissertação de Mestrado. Programa de Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina.
- Bloom, B. (1995) *Imprisoned mothers*. Em: D.Johnston, (Org.) *Children of incarcerated parents*. pp.21-30. New York: Lexington Books.

- Braunstein, H. (2007). Mulher encarcerada: Trajetória entre a indignação e o sofrimento por atos de humilhação e violência. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade de São Paulo.
- Castro, A. E. D. Soares, É. M. C. Dispositivos legais e as políticas voltadas à saúde da mulher em situação de prisão. **Jus Navigandi**, Teresina Recuperado em fevereiro 2013 Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/23194>>.
- Cabral, L. M. Q. (2008). O estudo da normalização das condutas: A educação e o trabalho em unidades penais. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
- Canazaro, Daniela. (2008). Quem são as mulheres encarceradas? Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Psicologia. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- Canzaro, D. & Argimon, L.I. (2010). Características, sintomas depressivos e fatores associados em mulheres encarceradas no Estado do Rio Grande do Sul. *Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro*. 26 (7), 1323-1333.
- Carvalho, F. O. (2007) Desenvolvimento, mulheres e criminalidade: Uma análise dos relatos das presidiárias detidas por envolvimento com tráfico de drogas na cadeia pública de Montes Claros. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Montes Claros.
- Chies, L. A. B.; Varela, A. B. (2009). A ambiguidade do trabalho prisional num contexto de encarceramento feminino: O círculo vicioso da exclusão. *Ser Social*. Brasília. 11, 10-33.

- Colares L. B. C. e Chies. L. A. B. (2010) Mulheres nas So(m)bras: Invisibilidade, reciclagem e dominação viril em presídio masculinamente mistos. *Estudos Feministas*, 18, (2) 407-423.
- Costa, I.B. (2003) Mães encarceradas: Onde estão seus filhos? Um estudo de caso de uma unidade prisional de Recife-Pernambuco. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica. Universidade Federal de Viçosa.
- Craig, S. (2009). A historical review of mother and child programs for incarcerated women. *The Prison Journal*, 89, 35-53.
- Dalley, L. P. (2002). Policy implications relating to intimate mothers and their children: Will the past be prologue? *The Prison Journal*, 82, 234-268.
- Fecchio, M.C. (2007). O direito fundamental e o mandado de segurança como instrumento para assegurar às presidiárias condições para permanecerem com seus filhos durante o período de amamentação. Dissertação de Mestrado. Universidade Paranaense.
- Fonseca, D. L.G. & Ramos, L.S. (2008). A feminilidade encarcerada: O sistema prisional feminino no Brasil. *Direitos Humanos no Brasil 2008: Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos*. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos.
- Frinhani, F.M.(2004). Mulheres aprisionadas: Representando o universo prisional. Dissertação do Mestrado. Departamento de Psicologia. Universidade Federal de Espírito Santo.
- Giordani, A.T. & Bueno, S.M.V. (2001) A maternidade para mulheres detentas e a transmissão de DST/AIDS. *Jornal Brasileiro de doenças sexualmente transmissíveis*, 13 (6), 12-24.

- Greene, S.; Haney, C, & Hurtado, A. (2000). Cycles of pain: Risk factors in lives of incarcerated mothers and their children. *The Prison Journal*, (80), 3-23.
- Guimarães, C. F. Meneghel, S. N, Zwetsch B. E. Silva, & Grano, M. (2006). Homens apenados e mulheres presas: Estudo sobre mulheres de presos. *Psicologia & Sociedade*. (18), 48-54.
- Krueger, R. A. (1988) *Focus group: a practical guide for applied research*. Newbury Park, Sage Publications,
- Lei n.7210, de 11 de julho de 1984* (1984). Dispõe sobre a Lei de Execução Penal, Brasília, DF. Recuperado em 21 de janeiro de 2013, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7210compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210compilado.htm).
- Leahy, R. I. (2006) *Técnicas de Terapia Cognitiva: Manual do Terapeuta*. Artmed. Porto Alegre. pp. 283-307.
- Lemos, V. M.C. L.(1998). Os Serviços técnicos penitenciários e a questão da AIDS na sexualidade da mulher encarcerada - Colônia Penal Feminina do Bom Pastor. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Direito. Universidade Federal de Pernambuco.
- Lima, M. (2006). Da visita íntima à intimidade da visita: A mulher no sistema prisional. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Saúde Pública. Universidade de São Paulo.
- Lopes, R. (2007). Prisioneiras de uma mesma história: O amor materno atrás das grades. *Imaginário USP*, 13,(14), 439-459.
- Lucena, H. H. R. (2009). Biografias de aprendizagens de mulheres encarceradas. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal da Paraíba.

- Mancuso, J. N. (2009). Políticas públicas para mulheres encarceradas. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.
- Mavila, G.O.E. (2003). A mulher encarcerada face ao poder punitivo: O direito ao trabalho em uma prisão feminina. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Direito. Universidade de São Paulo.
- Mendlowicz, M. V. & Figueiroa, I. (2007). Transmissão intergeracional da violência familiar: O papel do Transtorno de Estresse Pós-Traumático. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 29 (1), 86-95.
- Mendonça, M. C. U. (2005). A mulher presa e os Direitos Humanos: Uma relação (im) possível. Dissertação de Mestrado. Programa de Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Miranda A. E. ; Merçon-de-Vargas, P. R. & Vianab, M. C. (2004) Saúde sexual e reprodutiva e penitenciária feminina. *Revista de Saúde Pública*. 38, (2) 255-260.
- Moki, M. P. (2005) Representações sociais do trabalho carcerário feminino. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de São Carlos.
- Moraes, P. A. C. & Galgalarrondo, P. (2006). Mulheres encarceradas em São Paulo: Saúde mental e religiosidade. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 55, (1) 50-56.
- Nerí, H. F. (2007). O feminino, a paixão e a criminalidade: Quem ama mata. Dissertação de Mestrado. Centro de Educação e Ciências Humanas. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

- Oliveira, E.P.T. (2008). Mulheres em conflito com a Lei: Representações sociais, identidades, de gênero e letramento. Dissertação de Mestrado. Departamento de Letras. Universidade Estadual de Maringá.
- Paz, S.R. (2009) “A Caravana do Amor”: Um estudo sobre reciprocidades, afetos e sexualidade em um estabelecimento prisional que comporta homens e mulheres em seu interior. Dissertação de Mestrado. Programa de Ciências Sociais. Universidade Federal de Pelotas.
- Pinto, P.E.M. (2003). As mães do Bom Pastor: A condição materna da mulher presidiária. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Psicologia. Universidade Católica de Pernambuco.
- Pires, M.B. (2002). Educação ambiental em mulheres encarceradas: Uma proposta. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Revista SAP (2008). Uma abordagem completa das principais realizações, reportagem e fotos do que mudou na secretária. Edição Especial. N 1. [www.sap.sp.gov.br/revistasap](http://www.sap.sp.gov.br/revistasap). Acessado em dezembro de 2010.
- Scherer Z. A. P. e Scherer. E. A. (2009) Concepções e vivências de mulheres encarceradas sobre a violência. *Cogitare Enfermagem*. 14(3). 435-440.
- Silva, B. Q. (2006). Transtorno de Estresse Pós Traumático e uso de drogas psicoativas em uma amostra do sistema penitenciário do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado. Ciências Médicas. Universidade Federal Fluminense.

- Sousa, T. A.(2007) Mulheres aprisionadas: Vivências amorosas e representações sociais de gênero e de relacionamento amoroso. Dissertação de Mestrado. Departamento de Psicologia. Universidade Federal do Espírito Santo.
- Stella, C. (2006). Educação de filhos de mulheres presas: O impacto materno na historia escolar dos filhos. Acessado em maio de 2008. In [http://sapiencia.pucsp.br//tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=169](http://sapiencia.pucsp.br//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=169)
- Stella, C. (2009). Filhos de mulheres presas: O papel materno na socialização dos indivíduos. *Estudos e pesquisa em psicologia*. 9(2), on-line. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S180842812009000200003&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180842812009000200003&lng=pt&nrm=iso).
- Tourinho, D.R. (2003) Sexo seguro na prisão: Porque não? Fatores psicossociais culturais e institucionais do uso/não uso do preservativo em duas unidades prisionais de Salvador- Bahia. Tese de Doutorado. Saúde Coletiva. Universidade Federal da Bahia.
- Vargas, L.J. (2005). Sobreviver numa penitenciária de mulheres: Quando adaptar-se é resistir. Dissertação de Mestrado. Departamento de Antropologia. Universidade de Brasília.
- Vedovello, C. .L. (2008). Os vários cotidianos cortados pela grade: Uma análises sobre a vivencia de um centro de ressocialização. *Aurora* 2 (3), 24-36.
- Weber, L. N. D.; Selig, G. A.; Bernardi, M. G. & Salvador, A. P. V. (2006). Continuidade dos estilos parentais através das gerações: Transmissão intergeracional de estilos parentais. *Paidéia*, 16(35), 407-414.
- Zaranza, J.S.(2004). Amores exilados: Revelações sobre a sexualidade enclausurada. Dissertação de Mestrado. Departamento de Sociologia. Universidade Federal do Ceará.

Ormeño, G. I. R.; Maia, J. & Williams, L. C. A. (no prelo). Crianças com pais ou mães encarcerados: Uma revisão da literatura.

# CRIANÇAS COM PAIS OU MÃES ENCARCERADOS: UMA REVISÃO DA LITERATURA

Gabriela Reyes rmeño  
Joviane Marcondelli Dias Maia  
Lúcia Cavalcanti Albuquerque Williams

## Resumo

O presente estudo visou revisar a literatura brasileira e norte-americana de 1998 a 2011 sobre os filhos de pais encarcerados. Foi pesquisada a base SAGE com as seguintes palavras chaves: incarcerated children, children of parents in prison, e no Brasil a base Scielo e Lilacs, com as palavras chaves: filhos de presidiários, filhos de encarcerados, e filhos de mulheres presas. No Brasil foram encontrados cinco artigos, em contraste na literatura americana há inúmeros trabalhos. Sendo assim, optou-se por destacar duas obras: estudo pioneiro de Gabel e Johnston e a meta-análise de Poehlmann, Dallaire, Loper e Shear. A partir dos dados encontrados foi subdividido em 4 categorias: (1) Os filhos de mães/pais encarcerados na América do Norte; (2) Pesquisas com filhos de mães/pais encarcerados no Brasil; (3) Pesquisas e programas de intervenção com filhos de mães/pais encarcerados na América do Norte; e (4) Políticas Públicas para filhos de encarceradas no Brasil. Conclui-se que há existência de diversos fatores de risco aos quais essas crianças estão expostas, antes e durante o encarceramento de seus progenitores. No entanto, há benefícios positivos quando são realizadas intervenções com esta população, podendo diminuir os possíveis problemas já instalados na vida destas crianças.

**Palavras chave:** Filhos de encarcerados. Fatores de proteção. Programas de intervenção.

## ABSTRACT

The present study aimed at to reviewing the Brazilian and North-American literature, from 1998 to 2011, on children for incarcerated, parents investigated based SAGE database was investigated with the following keywords: incarcerated children, children of parents in prison, and in Brazil the Scielo and Lilacs database were used with the key words: filhos de presidiarios, filhos de encarceradas, filhos de mulheres presas. Five paper were found in Brazil, whereas in the North-American literature there is a vast number of Studies. We chose to highlight two papers: a pioneering study by Gabel and Johnston and a meta-analysis by Poehlmann, Dallaire, Loper and Shear. The resulting information wa divided in four topics: children of incarcerated mothers/fathers according to North-American literature; Research with children of incarcerated mothers/fathers in Brazil; Research and intervention programs with children of incarcerated mothers/fathers in North-American, Public Policies for children of incarcerated parents in Brazil. There are several risk factors to which these children are exposed before and during, then parents

incarceration. Nevertheless, there are positive benefits when interventions are conducted with this population as to reduce possible problems that are already installed in the lives of these children.

**Keywords:** Children of prisoners. Protective factors. Intervention programs.

A maioria dos homens e mulheres encarcerados é pai ou mãe. No entanto, não existe uma estimativa específica mundial sobre quantas crianças encontram-se separadas de seus pais ou cuidadores devido ao encarceramento. Ao se considerar o amplo aumento global da população carcerária, tanto masculina quanto feminina, obtém-se números alarmantes, pois os estudos internacionais mostram que cada vez mais as crianças tem um dos pais ausentes em consequência da violência e de prisões decorrentes (Greene, Haney & Hurtado, 2000; Mumola, 2000; Murray & Farrington, 2005; Murray, 2007).

Nos Estados Unidos, mais de dois milhões de crianças são filhos de pais encarcerados. Desses, 200.000 são filhos de mães encarceradas, o que representa duas em cada 100 crianças (Phillips & Bloom, 1998; Program Children's Service Practice Notes, 2002). Estima-se que em tal país, aproximadamente, seis mil bebês nasçam todos os anos, filhos de mulheres em situação de encarceramento (Johnston, 1995). Na Escócia, 13.500 crianças por ano tem seus pais presos (*Families Outside*, 2008). No Canadá, no mínimo 20.000 crianças são separadas de suas mães, anualmente, em virtude do encarceramento das mesmas (Cunningham & Baker, 2003).

Na literatura brasileira não há dados indicativos de quantas crianças se encontram na condição de ter mãe ou pai preso. A Secretaria de Administração Penitenciária (2009) descreveu que a média é de dois filhos por preso masculino, mas não são descritas outras características a respeito dos filhos. Além disso, os dados internacionais mostram que, em 10% dos casos, as mulheres ingressam no sistema carcerário grávidas, o que aumentaria consideravelmente o número de crianças nessa situação (Johnston, 1995).

A Secretaria de Administração Penitenciária (2009) caracteriza a mulher presa do Estado de São Paulo, Brasil, como sendo jovem, com idade entre 18 e 30 anos, e em mais de 54% dos casos como sendo chefe de família monoparental. Os principais crimes cometidos por elas são: tráfico de entorpecentes e roubo. Ao se caracterizar a mulher como sendo jovem, pode-se relacionar tal fato com a idade reprodutiva dessa mulher.

A questão da maternidade entre as presas envolve uma série de conflitos: a separação dos filhos, a situação dos filhos sem a mãe, o parto que algumas vezes é feito na própria prisão, entre outros. Além disso, existem as questões que envolvem a maternidade antes da prisão, já que em muitos casos há histórico de negligência materna decorrente do abuso de drogas ou até mesmo de maus-tratos (Dalley, 2002; Seymour, 1998).

No estudo de Dalley (2002), realizado nos Estados Unidos, a autora aponta que o encarceramento materno agrava problemas já existentes nas crianças. Nos casos de problemas com a maternidade prévia à prisão, cerca de 40% das mulheres já haviam perdido a guarda dos filhos pelo menos uma vez, deteriorando a relação entre mãe-filho e acarretando em dificuldades emocionais, sociais e comportamentais às crianças (Dalley, 2002). Adicionalmente, com o encarceramento surgem novos problemas, pois acompanha a mulher presa estigmas sociais como o de ser uma “má” pessoa, e, conseqüentemente, o de não exercer o seu papel de mãe adequadamente (Dodge & Pogrebin, 2001).

Além da influência da prisão sobre a maternidade, existe o sentido inverso: a maternidade pode ser um fator que influenciou a prisão dessas mulheres. Não apenas a maternidade, mas a necessidade de prover melhores condições para os filhos em um ambiente de recursos escassos, o que pode levar determinadas mulheres ao envolvimento em atividades ilícitas, como o tráfico de drogas e estelionato (Ferraro & Moe, 2003).

A respeito da situação das crianças que ficam sem a mãe no período de encarceramento surge outro problema que requer atenção – elas são muitas vezes

colocadas em lares adotivos temporários ou com parentes com os quais elas não têm um apego adequado. Esse contexto pode ser prejudicial ao desenvolvimento infantil, na medida em que o vínculo é de extrema importância, principalmente nos dois primeiros anos de vida da criança (Dalley, 2002).

Em virtude das consequências nocivas para o desenvolvimento infantil do encarceramento dos pais, e, em especial o encarceramento materno, bem como a escassez de literatura, o presente estudo visou revisar a literatura brasileira e norte-americana da área, de 1995 a 2011 sobre crianças cujos pais ou mães estivessem encarcerados. Para tanto foi pesquisada a base de dados internacional SAGE com as seguintes palavras chaves: *incarcerated children, children of parents in prison*. As bases de dados brasileiros foram: Scielo e Lilacs<sup>4</sup>, com as palavras chaves: filhos de presidiários, filhos de encarcerados, e filhos de mulheres presas.

Nas bases de dados do Brasil foram encontrados apenas cinco resumos de artigos científicos. Ao se analisar o conteúdo dos mesmos pode-se constatar que dois estudos tinham como foco filhos de homens encarcerados (Santos 2006; Schilling & Miyashiro, 2008); dois estudos abordavam os filhos de mulheres encarceradas (Stella, 2009a; Stella, 2009b) e um deles enfocou o estigma sofrido por essa população, bem como a relação dos filhos de presidiários com a escola (Kosminsky, Pinto & Miyashiro, 2005).

Em contraponto, na literatura de língua inglesa foi constatado um vasto número de trabalhos sobre a temática, podendo ser exemplificado pelos diversos periódicos científicos que abordam o tema (*Prision Journal, Criminal Justice, Criminal Justice Policy Review, Criminal Justice and Behavior, Crime & Delinquency, International Journal of Offender*

---

<sup>4</sup> Utilizou-se como instrumento adicional de pesquisa o Google Acadêmico para tentar abranger um maior número de trabalhos.

*Therapy and Comparative Criminology*, entre outros). Tais publicações existem desde a década de 1920, além da existência de vários livros sobre homens e mulheres encarcerados, bem como a situação de seus filhos e familiares (Eddy & Poehlmann, 2010; Enos, 2001; Golden, 2005; Harris, Graham & Carpenter, 2010; Seymour & Hairston, 2001; Travis, 2005).

Considerando que na leitura norte-americana encontrou-se uma vasta produção sobre o assunto, optou-se inicialmente nesse estudo por destacar duas obras, a saber: a) o estudo sobre crianças de pais encarcerados de Gabel e Johnston (1995), por ser considerado pioneiro e abrangente, e b) a meta-análise sobre filhos em contato com seus pais encarcerados realizada por Poehlmann, Dallaire, Loper e Shear (2010), por ser a única meta-análise sobre o assunto.

A obra editada por Gabel e Johnston (1995) é considerada um texto clássico da literatura americana sobre a temática de filhos de encarcerados, sendo dividida em seis partes: 1) o encarceramento dos pais: mães encarceradas, pais encarcerados e diferenciações; 2) efeitos causados pelo encarceramento parental; 3) cuidados e locais nos quais as crianças ficam após o encarceramento; 4) questões legais; 5) intervenções com filhos de encarcerados e 6) políticas públicas desenvolvidas no Sistema Legal Americano. Sendo assim, tal publicação englobou as principais características, aspectos e dificuldades enfrentadas por filhos com pais/e ou mães encarcerados.

Na meta-análise de Poehlmann *et al.* (2010) foram descritos 35 trabalhos abordando os aspectos positivos e negativos da relação entre pais/mães encarceradas e seus filhos sob a ótica, tanto dos encarcerados, de seus cuidadores e de professores. Desses, 16 trabalhos enfocavam as mães encarceradas, sendo que em três estudos as mulheres se encontravam em regime condicional. Em 11 dos trabalhos, os participantes do estudo eram pais ou mães

encarcerados, e seis eram relacionados exclusivamente a pais encarcerados. Finalmente, em dois estudos não foi descrito se o trabalho foi realizado com mães ou pais encarcerados.

A meta-análise teve como objetivo apresentar resultados de pesquisas a respeito de visitas e outras formas de contato que ocorrem entre as crianças e seus pais encarcerados, descrevendo conseqüências positivas e negativas para as crianças. Como aspectos positivos, os autores (Block & Potthast, 1998; Byrne, Goshin & Joestl, 2010; Carlson, 1998; Dallaire, Ciccone & Wilson, 2010; Dallaire, Wilson & Ciccone, 2009) apontaram que as crianças apresentaram uma relação de apego seguro, menos problemas somáticos e sintomas depressivos, maior ligação com o mãe/pai encarcerado. Além disso, os autores afirmaram que se o cuidador da criança tem uma relação positiva com o encarcerado (a), a relação com o filho se tornava mais próxima e positiva, conseqüentemente as crianças apresentavam menos problemas na escola como suspensões ou evasões. Como pontos negativos, alguns estudos (

Dallaire, Ciccone & Wilson, 2010; Dallaire, Wilson & Ciccone, 2010; Dallaire, Wilson & Ciccone, 2009; Poehlmann, 2005a; Shlafer & Poehlmann, 2010) apontaram que, quanto mais visitas as crianças realizavam a seus pais encarcerados, maior a probabilidade de apresentar “afeto inseguro” e problemas de atenção. Desta forma, segundo os autores, é importante para a criança, ter conhecimento sobre a situação da mãe/pai encarcerado, tendo contato com os mesmos. No entanto, ter uma relação frequente com pai/mãe na cadeia, pode ser negativo para a criança em algumas situações, criando problemas, quando a criança ainda não tem um entendimento claro da situação devido a sua fase de desenvolvimento.

Além disso, a meta-análise apresentou recomendações para que as crianças tenham contato com seus genitores, sugerindo áreas de pesquisa que verifiquem o verdadeiro

impacto do contato das crianças com seus pais encarcerados, a realização de mais trabalhos de intervenção com as próprias crianças nos quais possam relatar suas opiniões, para assim entender de forma mais adequada os diferentes sistemas (exo, macro, e mesosistema) nos quais estão inseridas, bem como avaliações de como se dá a interação das crianças com seus pais e análise dos efeitos tanto para as crianças, quanto para seus genitores.

Após a análise dos artigos acima referidos e do relatório do *Center for Children and Families in The Justice System London*<sup>5</sup>- Canadá (2003) visando complementar a apresentação do tema, as informações obtidas foram subdivididas em quatro categorias levando-se em conta os achados principais da revisão da literatura: (1) Os filhos de mães/pais encarcerados segundo a literatura norte-americana de língua inglesa; (2) Pesquisas com filhos de mães/pais encarcerados no Brasil; (3) Pesquisas e programas de intervenção com filhos de mães/pais encarcerados na América do Norte e (4) Políticas Públicas para filhos de encarceradas no Brasil.

### **Os filhos de mães/pais encarcerados na América do Norte**

Dentre as principais características destacadas como apresentadas pelas crianças de mães/pais encarcerados pela literatura norte-americana, pode-se destacar: o estigma social, a preocupação gerada pelo questionamento sobre como será viver sem o pai ou a mãe, lembranças do episódio traumático da prisão do pai ou da mãe, ansiedade, culpa, baixa autoestima, solidão, sentimento de abandono emocional por parte dos familiares e amigos, distúrbio de alimentação e do sono, distúrbios de atenção e comportamento regressivo, agressividade, comportamento antissocial, envolvimento precoce com o crime, entre outros (Cunningham & Baker, 2003; Johnston, 1995).

---

<sup>5</sup> Centro para Crianças e Familiares no Sistema de Justiça.

A pesquisa com filhos de encarcerados, realizada nos Estados Unidos, por Johnston (1995), identificou três fatores que podem afetar a criança em qualquer estágio de seu desenvolvimento: a separação entre pais e filhos, estresse pós-traumático e cuidados inadequados persistentes. Adicionalmente, a pesquisa destacou que, no período pré-natal, podem ocorrer diversos riscos para a criança de mãe/pai encarcerados, como o abuso de drogas lícitas (álcool e cigarro) e ilícitas (maconha, crack, cocaína), alimentação precária, estresse materno, falta de acompanhamento médico, doenças sexuais não tratadas, entre outros.

Johnston (1995) descreveu as características das crianças cujas mães estão encarceradas, subdividindo o desenvolvimento infantil em quatro estágios. Com relação ao primeiro estágio, o autor aponta que, nos dois primeiros anos de vida, os bebês nascidos de mulheres encarceradas enfrentam mudanças de vários cuidadores, o que acarretaria em inúmeras dificuldades. Contudo, parece que o maior efeito causado para as crianças no primeiro ano de vida seria a dificuldade em criar laços de apego com suas mães encarceradas, além dos laços adicionais que precisariam ser estabelecidos com seus cuidadores.

No segundo estágio do desenvolvimento (2 a 6 anos), Johnston (1995) descreveu que tanto a autonomia da criança, quanto a iniciativa podem ser afetadas, devido a experiências traumáticas associadas às atividades criminais dos pais e/ou mandados policiais de prisão, comportamento de superproteção por parte dos pais perante possíveis agressores e a separação dos pais em decorrência do encarceramento. Os efeitos a longo prazo dessas experiências nesse estágio, segundo o autor, parecem ser mais prejudiciais do que os de qualquer outro estágio do desenvolvimento, visto que em sua visão, as crianças pequenas perceberiam e se lembrariam mais desses eventos traumáticos e dessa maneira precisariam de ajuda especializada para superá-los.

No terceiro estágio (7 a 10 anos), a criança está desenvolvendo habilidades com seus pares e aprendendo a trabalhar e cooperar dentro de determinado grupo. Outra capacidade que ela está desenvolvendo é o controle de suas emoções, o que lhe possibilitará lidar com diversas situações de pressões e frustrações na vida adulta. Essas capacidades podem ter seu desenvolvimento e amadurecimento comprometidos com a prisão do pai ou da mãe (Johnston, 1995). Um fator importante refere-se à agressividade e problemas de comportamento apresentados por essas crianças que podem ser observados no cotidiano escolar, também mencionados por outros autores (Cunningham & Baker, 2003).

Com relação ao quarto estágio (11 a 14 anos), de acordo com Johnston (1995), alguns adolescentes não conseguem superar a ausência do pai ou da mãe encarcerada e tal fato, somado ao estresse enfrentado na fase da pré-adolescência, incorrem em situações distintas que englobam desde o assumir a responsabilidade de um adulto em casa, até a rejeição dos limites impostos pelo adulto com o qual o adolescente tenha vínculos. De fato, para Murray (2007), adolescentes com pais que já foram presos têm maior propensão a passarem pelo Sistema Judiciário, apresentarem comportamentos sexualizados precocemente e abusaram de substâncias lícitas e ilícitas.

Portanto, a prisão de um dos pais, especialmente da mãe, decorrente de atividades criminosas, interfere no desenvolvimento saudável da criança. A combinação de fatores como estresse traumático causado pelo fato em si, a separação da criança do cuidador e o abandono a que muitas crianças ficam sujeitas acarreta consequências alarmantes para a vida adulta (Johnston, 1995; Murray, 2007).

Além das dificuldades apontadas, Cunningham e Baker (2003) destacam que, no caso das crianças serem filhos de mães inseridas no sistema carcerário, os problemas

apresentados se agravam, pois na maioria dos casos a mãe é a cuidadora principal e única. Por este motivo, em função do encarceramento, são necessárias modificações na rotina dos filhos, que podem implicar em mudanças de cuidados, escola, cidade, entre outras. No entanto, para essas autoras, um dos maiores problemas enfrentando pelas crianças é o estigma social que sofrem ao lidar com a situação do encarceramento paterno.

### **Pesquisas com filhos de mães/pais encarcerados no Brasil**

No que se refere à literatura brasileira, cinco estudos encontrados nesse trabalho descrevem a população de filhos de pais encarcerados no Brasil (Kosminsky, Pinto & Miyashiro, 2005; Santos 2006; Schilling & Miyashiro, 2008; Stella, 2009; Stella, 2009b).

Kosminsky *et al.* (2005) estudaram as condições de vida de crianças filhos de presidiários com o intuito de verificar o estigma vivenciado perante os pares e professores de escola ao ter um genitor preso. Foram realizados dois estudos de caso em uma escola de Ensino Fundamental na Cidade de Marília, São Paulo. Para recrutar os participantes, foi solicitado aos professores da escola a indicação de quais crianças tinham algum familiar encarcerado, sendo assim, identificadas sete crianças, filhos de pai, mãe ou irmão de encarcerado. No entanto, participaram do trabalho apenas duas crianças: uma filha e um irmão de um encarcerado. Para realizar a coleta de dados foram realizadas entrevistas com as crianças e seus professores na própria escola. Os resultados do estudo mostraram diferenças quando a prisão era do pai, assim como o motivo da mesma. No caso da filha do encarcerado, esta se encontrava perante um conflito entre duas realidades, a que acontecia com o pai e a do discurso de não violência da escola, o que a deixava confusa por acreditar que as pessoas devem ser punidas ao realizar atos inadequados, mas era seu pai que estava passando por essa situação. Já a outra criança se mostrou tímida ao falar sobre seu irmão encarcerado.

Os professores descreveram que procuravam atender as crianças de forma igualitária aos demais alunos. No entanto, as autoras interpretaram este comportamento como “falta de interesse” pelos problemas da criança fora da escola, pois o discurso ministrado pela escola não era condizente com a realidade familiar da criança. Com relação ao cuidador das crianças, segundo o relato dos professores, esses concentravam mais sua atenção para o ente que estava detido, deixando a criança, menos protegida e mais vulnerável. Embora a amostra desse estudo seja extremamente restrita, fazendo com que seus resultados sejam interpretados com cautela, o estudo contribui para reforçar a necessidade de se intervir com crianças e familiares encarcerados, visando romper o ciclo da intergeracionalidade carcerária.

O artigo de Santos (2006) discutiu como a criança pequena vivencia a experiência da referência paterna submetida à tutela do Estado, assim como a discordância entre os direitos do Estatuto da Criança e da Adolescente e a execução da Lei Penal, já que o primeiro garante o direito e proteção das crianças e a última as submete a situações de humilhação, tais como a retirada de fraldas e/ou peças íntimas na revista durante o horário de visita na prisão. Desta forma, segundo o autor, fica incompatível o cumprimento simultâneo destas duas leis. O estudo realizou entrevistas com mães de três filhos de encarcerados, sendo que o primeiro contato era realizado no dia de visita na fila para ingressar ao presídio, e depois era requerido um encontro na casa da família para discutir os assuntos abordados. Cabe mencionar que as idades das crianças variavam entre dois e quatro anos.

O conteúdo das entrevistas apontou diversas dificuldades que as crianças enfrentavam por estarem separadas de seus pais, tais como: lidar com sua ausência no dia a dia, e principalmente todas as situações que estas enfrentavam para continuar a manter contato com os mesmos. O dia da visita era caracterizado como um verdadeiro “via crucis”

por motivos como: acordar muito cedo, suportar longos períodos de espera na fila, bem como as situações de humilhação durante a revista. O depoimento de uma menina de quatro anos exemplifica essa situação: “... *a gente abaixa e levanta três vezes, é igual fazer xixi.*”. Além disto, foi mencionado o tratamento dado pelos agentes penitenciários, as dores de barriga apresentadas pela longa espera, para finalmente poder ver o pai. As mães apontaram que as crianças acabavam dormindo após a espera. A autora atribuiu este comportamento ao desgaste psicológico sofrido, somando-se à falta de diálogo, acabando por induzir ao sono como forma de se preservar. O estudo de Santos (2006) alerta para a importância de se proporcionar cuidado especial para esta população “invisível”, que a cada dia cresce mais. Deve-se estar atento às necessidades da criança de manter contato com suas principais figuras de ligação (mãe/pai) e, ao mesmo tempo, protegê-la perante esta situação que pode ser considerada como uma forma de maus-tratos contra estas crianças (Santos, 2006).

Schilling e Miyashiro (2008) discutem como pode ser enfrentada a educação inclusiva nas escolas, já que esta sempre foi direcionada para os indivíduos com necessidades especiais (cognitivas, motoras ou perceptivas), uma vez que o cenário mudou, sendo necessário incluir nesse grupo outros indivíduos que também apresentam necessidades, como as minorias e os filhos de encarcerados. O estudo de cunho qualitativo baseou-se nos depoimentos referentes ao estigma abordados na dissertação da segunda autora envolvendo apoio da Pastoral Carcerária. Assim, foram realizadas entrevistas com seis filhos que tinham ou tiveram pai/mãe encarcerados, sendo cinco mulheres com idades entre 14 e 26 anos e um rapaz de 21 anos. O conteúdo das entrevistas apontou que o estigma que uma pessoa em situação de encarceramento enfrenta acaba sendo ampliado para pessoas com as quais o encarcerado (a) tenha um relacionamento direto. Ou seja, a sociedade os vê como o filho, a mulher, a família do “preso”. Desta forma, ser filho de

preso acaba tendo um grande peso. As autoras fazem uma reflexão no sentido de rever como esta situação pode ser avaliada no âmbito da escolar.

Stella (2009a) realizou um estudo retrospectivo com filhos de mulheres encarceradas que moravam com a mãe na época da prisão e freqüentavam a escola. Fizeram parte do estudo quatro rapazes e duas moças com idade média de 21 anos. Os participantes foram indicados pelas suas próprias mães, que estavam reclusas na penitenciária feminina de São Paulo, na época da realização do estudo. Foi realizada uma entrevista na qual os participantes relatavam sua história de vida desde a infância, questões sobre violência, qualidade da escola, preconceito, religiosidade e criminalidade. Baseando nos resultados, a autora concluiu que a prisão materna pode deixar a criança em situação de vulnerabilidade, o que se reflete na socialização que é promovida pela escola, provocando, por exemplo, ausência de motivação para o processo de aprendizagem por estar envolvida com os problemas familiares, e/ou possível deficiência de um acompanhamento sistemático do seu desenvolvimento, o que a pode levar a apresentar inúmeras dificuldades, como múltiplas repetências escolares, desmotivação, baixo rendimento e evasão escolar.

Num segundo momento, com a mesma metodologia e com os mesmos participantes do estudo anterior (Stella, 2009a), Stella (2009b) analisou a importância do papel da mãe encarcerada sobre a socialização de seus filhos. Todos os participantes residiam com a mãe ou com a família materna na época do encarceramento. A autora apontou três aspectos importantes na internalização dos sentimentos dos indivíduos: 1) a figura materna criada entre a figura mítica de mãe e a “delinquência” materna; 2) a culpa que os indivíduos sentiam pela “delinquência” materna; e 3) a responsabilização da mãe sobre o abandono sofrido na infância. Embora estes aspectos afetassem a socialização dos filhos dessas mulheres, podendo até ser influenciados pela criminalidade e prisão materna, a autora

concluiu que os filhos de mulheres encarceradas podem sofrer, de forma menos intensa, se tivessem a oportunidade de vivenciar a maternagem com outro cuidador.

### **Pesquisas e intervenções com filhos de encarcerados na América do Norte**

Greene, Hayne & Hurtado, 2000 realizaram um estudo com 102 mães encarceradas em três unidades prisionais no Estado da Califórnia, nos Estados Unidos, no qual foi investigado a relação dos fatores de risco experienciados na infância por mulheres presas e os riscos aos quais seus filhos estavam expostos. Os resultados apontaram que 86% das mães e 83% das crianças estiveram expostas a maus-tratos na sua infância. Os principais tipos de maus-tratos experienciados por esta população incluíram: assistir episódios de violência intrafamiliar (60% das mães e 69% das crianças); sofrer abuso físico (65% das mães e 44% de seus filhos) e sofrer abuso sexual (55% das mães e 9% de seus filhos), evidenciando a relação intergeracional dos maus-tratos durante a infância.

O estudo de Byrne, Goshin & Joestl, 2010 teve como objetivo analisar o apego de crianças que co-residiam na maternidade de *New York State Department of Correctional* (NYS DOCS) (Departamento de Serviços Prisionais de Nova Iorque). As mães responderam à *Adult Attachment Interview* (Entrevista de Apego em Adultos) (Bretherton, Ridgeway, et al., 1990); e ao *Strange Situation Procedure* (Procedimento de Situação Estranha) (Gomille, Loening & Vetter, 2002). Participaram do estudo 30 díades de mães/bebês que foram divididas em dois grupos separados por tempo de prisão e co-residência. A intervenção durante o período do encarceramento materno consistiu em visitas semanais por uma enfermeira, nas quais eram trabalhados temas como: desenvolvimento infantil, habilidades parentais positivas, finalidade da maternidade, dentre outros. Eram também consideradas as principais preocupações e inquietações das participantes. Foram gravadas oito sessões lúdicas não estruturadas em uma sala

desconhecido da criança com brinquedos adequados à sua faixa etária. Nesta situação, a criança era exposta a partidas e saídas da mãe e a estranhos por um período de aproximadamente 20 minutos. Os resultados apontaram que 60% dessas crianças foram classificadas como apresentando apego seguro. Dessas, 75% co-residiram um ano ou mais com sua mãe. Das crianças que co-residiram menos de um ano, 43% também apresentaram apego seguro, dados semelhantes quando comparados com os resultados da amostra normativa, segundo os autores.

Além disso, os filhos que co-residiram com as mães ao longo de um ano apresentaram senso de segurança mais significativo e organizado. Esses resultados apontaram que, embora as mães se encontrassem em uma situação vulnerável, a proporção de apego seguro apresentada pelos filhos era maior do que a apresentada por filhos de mães de baixa renda, ou com histórico depressivo, ou abuso de álcool e drogas. O estudo de Byrne *et al.* (2010) foi o primeiro a apontar que mães encarceradas podem cuidar de seus filhos na prisão de forma benéfica para a criança.

Poelmann (2005a) analisou as relações de apego em 54 crianças com idades entre 2,5 e 7,5 anos, cujas mães encontravam-se encarceradas em cadeias de segurança média no Centro-Oeste dos Estados Unidos. Para isto, foram aplicados testes (*Stanford-Binet, Children's Representations of Attachment Relationships – CRAR*) (Bretherton, Ridgeway, et al., 1990), entrevistas semi-estruturadas e vídeo-gravações com as mães, com as crianças e seus cuidadores. Os resultados das crianças não foram surpreendentes em virtude da condição de alto risco: a maioria (63%) foi classificada como tendo um relacionamento inseguro com suas mães e cuidadores. A autora apontou que relacionamentos mais seguros eram mais prováveis quando as crianças viviam em uma situação estável de cuidado, quando reagiram à separação da mãe com tristeza (ao invés de raiva) e quando as crianças eram mais velhas. A reação mais comum associada à separação

inicial da mãe era tristeza, medo, confusão, raiva, solidão, problemas de sono e comportamentos regressivos. Os resultados reforçaram a necessidade de apoio às famílias afetadas pela prisão materna, especialmente aumentando-se os esforços para promover a estabilidade e a inserção das crianças em novos ambientes. Além disto, o estudo salientou a importância de pesquisas longitudinais para um melhor entendimento desta população.

No estudo de Trice e Brewster (2004), as autoras examinaram aspectos relativos à frequência, atenção, condutas impróprias na escola, na comunidade e o comportamento apresentado na família, assim como, as possíveis detenções por parte de adolescentes cujas mães estavam encarceradas na prisão estadual da Virgínia, nos Estados Unidos. Os dados são relativos a 58 adolescentes, com idades entre 13 e 19 anos (28 meninos e 30 meninas), sendo 30 adolescentes afrodescendentes e 28 caucasianos. Para realização do estudo foram entregues questionários para as mães encarceradas sobre seus filhos (58 adolescentes). Adicionalmente, os cuidadores dos filhos responderam a um questionário de 13 itens que abordava aspectos positivos e negativos relacionados ao comportamento dos adolescentes na escola e na comunidade. Em 84% dos casos, os cuidadores devolveram os questionários respondidos. Adicionalmente, foi solicitado que os pais dos melhores amigos dos adolescentes respondessem ao mesmo questionário respondido pelos cuidadores. Os resultados apontaram que 36% dos adolescentes havia abandonado a escola e a maioria abandonou quando era mais velho, sendo que o mesmo havia acontecido com as respectivas mães no passado para um número expressivo desses adolescentes. O estudo reforça a idéia que filhos de mães encarceradas podem possuir um alto risco para desenvolver problemas e desajustes na escola, na comunidade e no lar.

A pesquisa de Dallaire, Ciccone e Wilson (2010) aborda a compressão de professores sobre crianças cujos pais e/ou mãe estivessem encarcerado. Tal pesquisa foi desenvolvida em dois estudos diferentes. No primeiro, descritivo e qualitativo, foram

discutidas as experiências dos professores com alunos cujos pais estavam encarcerados; o segundo (de cunho experimental) teve o objetivo de avaliar as expectativas dos professores com relação ao sucesso ou fracasso escolar. Participaram do primeiro estudo 30 professores e do segundo estudo 73 professores. Foram utilizados: dois instrumentos (Questionário Demográfico e Questionário Aberto e Fechado) que não foram descritos pelos autores, sobre as experiências desses professores de crianças com pais encarcerados. Os participantes caracterizaram os lares das crianças com pai e/ou mãe encarcerado (seus alunos), como sendo mais caóticos do que os de seus pares e notaram que essas crianças demonstravam reações comportamentais e emocionais em sala de aula. Além disto, o estudo apontou que as crianças cujas mães estavam encarceradas pareciam estar em maior desvantagem do que aquelas cujos pais estavam presos. Outro ponto levantado diz respeito à idade das crianças: crianças pequenas pareciam ser mais vulneráveis aos efeitos do encarceramento do que as crianças mais velhas, por conta de suas necessidades de desenvolvimento e por terem tido maior probabilidade de testemunharem a prisão, tal como descrito no segundo estágio do desenvolvimento por Johnston (1995).

O estudo de Dallaire, Ciccone e Wilson (2010) indicou que professores do Ensino Fundamental pareciam ter maior probabilidade de estar atentos à prisão dos pais de algum aluno, do que professores do Ensino Médio. Estigmas e reputação podem afetar negativamente as crianças de pais encarcerados em razão do efeito na percepção e expectativa dos outros em relação a essa criança. Os professores que, randomicamente, avaliaram uma aluna fictícia a partir da informação de que sua mãe estava encarcerada, avaliaram-na como menos competente do que os professores que, randomicamente, avaliaram a mesma aluna a partir da informação de que a mãe estava ausente por outros motivos que não a prisão.

Com relação a pesquisas com crianças e familiares dos encarcerados, Shlafer e Poehlmann (2010) realizaram um estudo longitudinal com 57 famílias de crianças que participaram de um programa de orientação para crianças de pais encarceradas, com idades de 4 a 15 anos. O objetivo do estudo foi analisar o relacionamento das crianças com seus cuidadores e/ou pais encarcerados. Para tal, foram realizadas entrevistas mensais com as crianças, seus cuidadores e mentores, durante os primeiros seis meses de participação no programa. Além disto, foram aplicados os seguintes instrumentos: *The Inventory of Parent and Peer Attachment* (IPPA) (Armsden, 1986; Armsden & Greenberg, 1987), *Revised Inventory of Parent Attachment* (R-IPA) (Johnson, Ketring, & Abshire, 2003), *Child Behavior Checklist* (CBCL) (Achenbach, 1991) e *Teacher Report Form* (TRF) (Achenbach, 1991), no início e no final do estudo para avaliar a relação da criança com seu cuidador e a relação da criança com seu pai encarcerado, bem como, os problemas de comportamento apresentados pelas crianças. Os resultados mostraram que, embora algumas crianças apresentassem uma relação de apego positivo, outras crianças relataram sentimentos negativos, ou nenhuma relação com seu pai encarcerado. Contudo, quando as crianças eram questionadas diretamente sobre sua relação com seu parente encarcerado, mais de um terço (39%), não discutiu o vínculo durante a entrevista, esquivando-se de responder sobre esse tema.

Além disso, as informações relativas às crianças de nove anos ou mais revelaram que a ausência de contato com o parente encarcerado estava associada à sensação de alienação em relação a esse parente, em comparação com as crianças que possuíam contato. Os autores encontraram uma tendência a maior comunicação positiva das crianças com seus cuidadores no início do estudo, e isto se manteve após os seis meses de intervenção, sugerindo que a intervenção uniu e melhorou a relação dos pais encarcerados com seus filhos. Outro dado importante diz respeito aos problemas de comportamento

apresentados pelas crianças, que aconteceu num contexto relacional ou na reação ao estigma social associado à prisão dos pais.

### **Avaliações de intervenções**

No que diz respeito a trabalhos de intervenção com filhos (as) de mulheres em situação de encarceramento, um programa estabelecido e mais referenciado na literatura americana é o desenvolvido por Block e Potthast (1998): “*Girl Scouts Beyond Bars*” desenvolvido para mães encarceradas e suas filhas. O objetivo dessa intervenção é proporcionar o aumento e melhoria das visitas entre mães e filhas para preservar o relacionamento, reduzir o estresse de separação entre elas e aumentar a percepção das filhas sobre si mesmas, assim como, minimizar a falta da mãe perante a comunidade na qual estava inserida. O Programa é voltado para filhas de encarceradas com idades entre sete e 17 anos moradoras da cidade de Baltimore. Os encontros acontecem quinzenalmente aos sábados pelas manhãs. Durante as sessões de grupos, mães e filhas realizavam diversas atividades, projetos que são desenvolvidos por várias semanas, nos quais são abordados assuntos como gravidez na adolescência, uso de drogas, utilizando sempre a técnica de role-play. Como resultados, o programa possibilitou o aumento do número e da regularidade das visitas, bem como a qualidade da interação mãe-filha durante tais visitas. Os relatos das mães e cuidadores apontaram para uma diminuição dos problemas apresentados pelas filhas, tais como tristeza, raiva, havendo também uma maior preocupação das filhas com a situação de suas mães.

Poehlmann (2005b), em um segundo estudo, buscou responder se mães encarceradas estabeleciam relações entre as experiências de separação de suas crianças (separações prematuras, frequência de visitas e telefonemas) e seus sintomas depressivos.

Para esse trabalho foram escolhidas 98 mulheres encarceradas de prisões estaduais de segurança mínima e média nos Estados Unidos. Dentre essas, 94 mulheres aceitaram participar do estudo. As mães tinham filhos entre dois e sete anos de idade. Para a coleta de dados, foram aplicados os seguintes instrumentos: Inventário de Sentimentos Familiares (*Family Feelings*) (Lowman, 1980), Entrevista Semi-estruturada a respeito de Trauma, Violência e Separações Prematuras e Inventário de Depressão CES-D (*Center for Epidemiological Studies - Depression Scale*) (Radloff, 1977) e um questionário com duas questões abertas (*Quais foram seus sentimentos quando você foi separada de seu filho(a) por causa da prisão? Como você está lidando com a separação agora?*). As mães participaram de aulas de habilidades parentais, que não foram descritas pelo autor da pesquisa. Para cada mãe que participou do estudo, um brinquedo foi doado para a instituição prisional para que pudesse ser usado nas visitas das crianças às mães.

A análise qualitativa revelou que a maioria das mães experenciou estresse intenso em razão da separação de seus filhos, ao passo que algumas mulheres revelaram uma situação mais balanceada em relação ao estresse. Os achados quantitativos indicaram que as poucas visitas que as mães recebiam, estavam associadas à experiência de separação precoce e o trauma resultante estava relacionado aos sintomas depressivos dessas mães. A relação mãe-filho era mais positiva quanto maior a frequência de telefonemas com seus filhos mais velhos. Além disso, quando existiam relacionamentos conflituosos entre os cuidadores e a mãe, essas relatavam ter um menor contato com seus filhos. A pesquisa demonstrou que as mães encarceradas apresentavam altos níveis de sintomas depressivos, múltiplas experiências traumáticas, perda do relacionamento e pouco contato com as crianças durante o encarceramento. Este estudo apontou três resultados importantes: 1) a visita das crianças e a relação maternidade na adolescência como não estando associados à saúde mental de mães encarceradas; 2) a relação existente entre os contatos telefônicos

com as crianças e durante o processo de encarceramento materno e a qualidade do relacionamento entre a mãe-criança; e 3) a relação entre mãe-cuidador e da mãe encarcerada com seus filhos. Os resultados destacaram a importância dos Serviços de Saúde Mental para as mulheres encarceradas e sugeriram que as intervenções devam priorizar o aumento do contato entre mãe e filhos, sendo importante, também, melhorar a qualidade das relações dos cuidadores com as mulheres encarceradas.

### **Políticas Públicas para filhos de encarceradas no Brasil**

Considerando-se o aumento do número de mulheres ingressantes no sistema prisional brasileiro, o governo brasileiro vêm implementando e aumentando o número de novas unidades destinadas à população feminina (Secretaria de Administração Penitenciária, 2009). A constituição brasileira resguarda o direito dessas mães (Lei nº7.210/84) a permanecerem com os filhos até os quatro anos de idade, caso estejam desamparados em decorrência da prisão, com a previsão de prisões específicas para mulheres, dotadas de creches e locais para amamentação. Apesar de a Lei ser de 1984, apenas recentemente foi divulgada a construção de penitenciárias planejadas para o público feminino, dotadas de creches, salas para amamentação, *playgrounds* para visita das crianças, além de que, nessas unidades, as mães poderão permanecer seis meses com os bebês (Secretaria de Administração Penitenciária, 2009).

No entanto, segundo o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) (2008), no relatório do diagnóstico brasileiro da mulher encarcerada, a realidade é diferente, uma vez que em apenas 19,61% dos estabelecimentos penais federais femininos há berçários ou estruturas separadas das celas, nas quais a mãe está detida. Com relação à existência de berçários e/ou creches nas unidades, a condição é mais complexa, pois apenas 16,13% dos

casos possuíam este tipo de estrutura (DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional, 2008).

Com relação ao tempo de permanência da criança junto com a mãe durante o encarceramento, este pode variar de seis meses até seis anos dependendo do Estado onde esta localizada a unidade prisional, sendo que em 63% das unidades, as crianças ficam até os seis meses de vida (Santa Rita, 2009). A Unidade Materno Infantil Madre Teresa de Calcutá, no Complexo Penitenciário de Bangu, Rio de Janeiro, exemplifica tal situação. Nesta unidade são atendidas mulheres que tiveram o bebê enquanto cumpriam pena, ou foram presas e tinham bebês com idade inferior a seis meses. Mães e bebês ficam em alojamento comunitários, mas sem grades, até o mesmo completar seis meses de idade, tal como determinado pela Vara de Infância e do Adolescente. Depois de completado esse tempo, o bebê, na maioria das vezes, fica sob custódia de familiares maternos. Nas situações em que a encarcerada não possui um familiar que possa cuidar do bebê, esse é encaminhado para uma instituição do Estado, até que a mãe cumpra sua pena (Secretária de Administração Penitenciária, 2009).

Um dado importante é que a mulher encarcerada geralmente tem filhos antes de ingressar no sistema carcerário (DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional, 2008; Canzaro & Argimon, 2010; Ormeño & Williams, 2011) e, tal como apontado pelo Censo Penitenciário (DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional, 2008), esses ficam em quase 80% dos casos sob a custódia de familiares maternos da detenta. Desta forma, as crianças acabam tornando-se uma responsabilidade inesperada à família da detenta e, em muitos casos, ficam expostas aos mesmos fatores de riscos aos quais suas mães estiveram quando criança, sendo que para os filhos de mulheres encarceradas não há Política Pública direcionada.

A situação da criança “encarcerada” é complexa já que, se por um lado ela precisa ficar perto do amparo materno visando o desenvolvimento do apego seguro (Gabel & Johnston, 1995), por outro lado essa criança pode muitas vezes ficar exposta a ambientes inadequados e insalubres (DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional, 2008). Uma política implantada pelo Ministério da Previdência Social (2011) é o auxílio reclusão que tem como objetivo ajudar no sustento aos dependentes do encarcerado. No entanto, para poder usufruir desse benefício, a família do encarcerado necessita comprovar que o detento estava segurado antes do encarceramento e, além disto, ter recebido um salário mensal que varie de R\$ 560,81 a R\$ 862,11<sup>6</sup> e não receber benefícios da empresa a qual estava afiliado.

No levantamento aqui realizado, encontrou-se apenas uma entidade não governamental, no Brasil, que oferecia assistência a filhos de encarcerados. O Movimento de Assistência aos Encarcerados de São Paulo (2011) tem como objetivo abrigar crianças e adolescentes carentes e filhos de encarcerados, no período em que o lar, por motivo de prisão de um dos genitores, estiver desfeito ou sem condições de fornecer a necessária assistência à criança ou adolescente. Essa instituição conta com duas casas: uma destinada para crianças com idades entre 0-12 anos e a outra para adolescentes de 12-18 anos. Em maio de 2011 foram atendidas 54 crianças, segundo o Movimento de Assistência aos Encarcerados de São Paulo (2011).

Outra instituição brasileira que presta assistência aos encarcerados e conseqüentemente, aos seus familiares, é a Pastoral Carcerária que trabalha há mais de 20 anos e tem objetivos religiosos, além de zelar para que os Direitos Humanos no sistema prisional sejam respeitados. Embora o objetivo principal da Pastoral Carcerária não seja os

---

<sup>6</sup> O equivalente a \$311 a \$ 478 dólares americanos.

filhos de presidiários, a instituição acaba sendo um meio de apontar as dificuldades que esses enfrentam. Apesar de voltada para todas as pessoas privadas de liberdade, a Pastoral vem dando atenção particular às mulheres que estão grávidas durante o encarceramento. Cabe ressaltar que essas entidades realizam um trabalho assistencial, na falta de implementação de Políticas Públicas voltadas, tanto para filhos de pais encarcerados, quanto para os próprios encarcerados.

### **Considerações Finais**

Não se pode desconsiderar a relevância e complexidade da questão dos filhos de mães e/ou pais encarcerados, em virtude das consequências do encarceramento para o desenvolvimento saudável na infância e na vida adulta, bem como por fatores que contribuem para intergeracionalidade do fenômeno do encarceramento. Na revisão da literatura aqui conduzida foi encontrado um maior número de estudos sobre a temática na literatura norte-americana, havendo um número considerável de estudos de mães encarceradas, visto que na meta-análise de Poehlmann *et al.* (2010), das 35 pesquisas descritas, 16 (ou 47,2%) enfocavam as mães encarceradas. Houve uma predominância também de estudos descritivos, o que preconiza a necessidade de avaliações de intervenções sistemáticas com esta população.

No Brasil, os filhos de encarcerados compõem uma população esquecida, tanto pelo governo quanto pelos estudiosos, o que é refletido pela existência de poucos estudos com essa população no âmbito nacional, bem como de dados oficiais sobre o fenômeno. Reitera-se a importância de se obter e disponibilizar dados nacionais de quantas crianças e adolescentes estão separadas de seus pais/mães pelo encarceramento e qual o perfil dessas crianças, pois dessa forma poderá ser conhecida a real dimensão do problema e, assim desenvolver e implementar Políticas Públicas.

Conforme destacado anteriormente, cabe ressaltar que, apesar de haver no Brasil uma lei que assegure o direito de as mães encarceradas permanecerem com seus filhos (Lei nº7.210/84), uma pequena parte dos estabelecimentos prisionais brasileiros possui estrutura para tal, embora as novas construções de unidades prisionais estejam prevendo esta necessidade.

Além de todas as dificuldades apontadas no estudo de Cunningham e Baker (2003), as autoras mostraram que no caso das crianças serem filhos de mães inseridas no sistema carcerário, os problemas se agravam, pois na maioria dos casos, a mãe é o principal e único cuidador. Assim, por este motivo, os filhos precisam modificar a rotina, mudando de escola, de cuidador, de cidade, entre outras mudanças. No caso do pai encarcerado, as crianças apresentam outros tipos de dificuldades, como a falta de dinheiro, mudança na rotina familiar e estresse (Poelhmann, 2005b).

No entanto no caso de filhos de mães ou pais encarcerados, um dos maiores problemas enfrentados é o estigma social que esses sofrem ao lidarem com a situação. Tal estigma é agravado pela tendência social a esperar resultados negativos dos comportamentos desses filhos de encarcerados, ressaltando a expectativa intergeracional em expressões populares como: “*Filho de peixe, peixinho é*”, ou “*Quem sai aos seus não degenera*”.

Considerando o aumento da população carcerária e, em especial, o da população feminina, é preciso que sejam realizadas pesquisas sistemáticas de prevenção primária direcionadas a crianças, principalmente para aquelas que se encontram no segundo e terceiro estágio de desenvolvimento, em virtude das consequências do encarceramento parental nessa fase. Presenciar ou ter um de seus progenitores na prisão pode ser um fator de risco para o ingresso no mundo criminal. Portanto, se faz necessário caracterizar e

descrever em qual estágio as crianças se encontram e realizar intervenções sistemáticas com o intuito de diminuir possíveis problemas já instalados, visando diminuir os riscos de que essas crianças ou adolescentes se tornem a próxima geração de encarcerados, por estarem expostos aos mesmos fatores de risco do que seus pais.

É importante ressaltar que a produção brasileira sobre a temática de filhos de encarcerados vem aumentando, embora vagarosamente. Os estudos ainda se apresentam em número limitado, e com número reduzido de participantes e metodologia sem a utilização de instrumentos validados. Desta forma, considerando a falta de estudos no âmbito Brasileiro, é imprescindível a elaboração de pesquisas e intervenções sistemáticas nos ambientes nos quais às crianças estão inseridas, como, a família e escola, pois essas instituições não estão preparadas para lidar com tal situação. Tais trabalhos teriam como objetivo minimizar as consequências traumáticas enfrentadas pelas crianças, bem como o incremento dos fatores protetivos e diminuição dos possíveis fatores de riscos presentes nos contextos nos quais elas estão inseridas, estimulando o processo de resiliência. Ormeño e Williams (2006) apontaram que se o ambiente no qual a criança está inserido for coercitivo e não sofrer mudanças, a criança irá se comportar seguindo os mesmos padrões aos quais está habituada. Isto confirma o apontado por Holland (1978): “O comportamento é resultado de contingências e mudanças de comportamento duradoras envolvem alterações de contingências que dão origem ao comportamento e o mantêm” (p.3).

Outro ponto que necessita ser mais bem investigado em futuras pesquisas refere-se a interação entre os filhos e seus pais/mães encarcerados. Byrne *et al.* (2010) foram pioneiros em apontar que mães encarceradas podem cuidar de seus filhos na prisão de forma benéfica para a criança. A questão do contato entre filhos e mães/pais encarcerados envolve pontos positivos e negativos, assim como destacado por Poehlmann *et al.* (2010), devendo ser analisada de forma não preconceituosa e estigmatizante. Outro ponto que

poderia ser analisado por futuras pesquisas é o impacto de tais interações ao processo de ressocialização de seus pais.

Pensar nas necessidades e carências dos filhos de encarcerados (as) possibilitaria agir preventivamente, rompendo o ciclo de violência e possivelmente evitar futuros encarceramentos, um problema cada vez maior na sociedade brasileira. Sendo assim, se faz imprescindível uma atenção para os filhos de encarcerados, especialmente dos filhos das mulheres, pois esses ficam expostos a maiores fatores de risco ao ficarem sem seu principal cuidador.

## Referências

- BLOCK, K. J. & POTTHAST, M. 1998. Girl Scouts Beyond Bars: facilitating parent-child contact in correctional settings. *Child Welfare* (5), 561-78.
- BYRNE, M. W., GOSHIN, L. S. & JOESTL, S. S. 2010. Intergenerational transmission of attachment for infants raised in a prison nursery. *Attachment & Human Development*, 12, 375- 393.
- CANZARO, D. & ARGIMON, I. I. L. 2010. Características, sintomas depressivos e fatores associados em mulheres encarceradas no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. *Caderno de Saúde Pública*, 26, 1323-1333.
- CARLSON, J. R. 1998. Evaluating the effectiveness of a live-in nursery within a women's prison. *Journal of Offender Rehabilitation*, 27, 73-85.
- CUNNINGHAM, A. & BAKER, L. 2003. *Waiting for Mommy: Giving a voice to the hidden victims of imprisonment*. London, Canada. Center for Children and Families in The Justice System.
- DALLAIRE, D. H., CICCONE, A. & WILSON, L. C. 2010. Teachers' experiences with and expectations of children with incarcerated parents. *Journal of Applied Developmental Psychology*, 31, 281-290.
- DALLAIRE, D. H., WILSON, L. C., & CICCONE, A. 2009. *Representations of attachment relationships in family drawings of children with incarcerated parents. Proceeding of The International Conference of Society for Research in Child Development*, Denver, CO, EUA.
- DALLAIRE, D. H., WILSON, L., & CICCONE, A. E. 2010. *Children's attachment representations and problem behaviors in relation to their contact with their incarcerated parent*. Trabalho submetido.
- DALLEY, L. P. 2002. Policy Implications Relating to Intimate Mothers and their Children: Will the Pasta Be Prologue? *The Prison Journal*, 82, 234-268.
- DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. 2008. *Sistema penitenciário no Brasil: dados consolidados*. Ministério da Justiça.

- DODGE, M. & POGREBIN, M. R. 2001. Collateral costs of imprisonment for women: Complications of reintegration. *The Prison Journal*, 81 (1), 42-54.
- ENOS, S. 2001. *Mothering from the inside: Parenting in a women's prison*. Albany, NY: State University of New York Press.
- EDDY, M. & POEHLMAN, J. 2010. *Children of incarcerated parents*. Washington, DC: The Urban Institute Press.
- FAMILIES OUTSIDES. 2008. Acesso em dezembro de 2010. Disponível em: <http://www.familiesoutside.org.uk/>.
- FERRARO, K. J. & MOE, A. M. 2003. Mothering, crime, and incarceration. *Journal of Contemporary Ethnography*, 32 (1), 9-40.
- GABEL, K. & JOHNSTON, D. 1995. *Children of Incarcerated Parents*. New York: Lexington Books.
- GOLDEN, R. 2005. *War on the Family: Mother in prison and the families they leave behind*. New York: Taylor & Francis.
- GREENE, S., HANEY, C. & HURTADO, A. 2000. Cycles of pain: Risk factors in lives of incarcerated mothers and their children. *The Prison Journal*, 80, 3-23.
- HARRIS, Y. R., GRAHAM, J. A. & CARPENTER, G. J. O. 2010. *Children of incarcerated parents: Theoretical development, and clinical issues*. New York: NY, Springer Publishing Company.
- HOLLAND, J. G. 1978. Behaviorism: part of the problem or part of the solution. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 11, 163-174.
- JOHNSTON, D. 1995. *Jailed Mother. Children's of incarcerated parents*. New York: Lexington Books.
- KOSMINSKY, E. V., PINTO, R. B. & MIYASHIRO, S. R. G. 2005. Filhos de presidiários na escola: Um estudo de caso em Marília – SP. *Revista de Iniciação Científica da FFC*, 5 (1/2/3), 50-65.
- MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. 2011. Acesso em: março de 2011. Disponível em: <http://www.previdenciasocial.gov.br/conteudoDinamico.php?id=22>.

MOVIMENTO DE ASSISTÊNCIA AOS ENCARCERADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO. 2011. Acesso em: outubro de 2011. Disponível em: <http://maesp.minhacasa.vilabol.uol.com.br/objetivo.htm>

MUMOLA, C. J. 2000. Incarcerated parents and their children. Washigton, DC: Bureau of Justice Statistics.

MURRAY, J. 2007. The cycle of punishment: Social exclusion of prisoners and their children. *Criminology and Criminal Justice*, 7, 55-79.

MURRAY, J. & FARRINGTON, D. P. 2005. Parental imprisonment: Effects on boy's antisocial behaviors and delinquency trough the life course. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 46 (12), 1269-1278.

ORMEÑO, G.I.R. & WILLIAMS, L. C. A. 2006. Intervenção precoce com crianças agressivas: suporte à família e à escola. In: H.J. Guilhardi; N.C. de Aguirre. (Org.). Sobre Comportamento e Cognição (pp. 169-182). Santo André: ESETEC.

ORMEÑO, G.I.R. & WILLIAMS, L. C. A. 2011. Situações Traumáticas enfrentadas por filhos de mulheres encarceradas. *Anais do Encontro da Sociedade Brasileira de Psicologia*. Belém PA, Brasil.

PHILLIPS, S. & BLOOM, B. 1998. In whose best interest? The impact of changing public policy on relatives caring for children with incarcerated parents. *Child Welfare*, 77 (5), 531-41.

POEHLMANN, J. 2005a. Incarcerated mothers' contact with children, perceived family relationships, and depressive symptoms. *Journal of Family Psychology*, 19 (3), 350-357.

POEHLMANN, J. 2005b. Representations of attachment relationships in children of incarcerated mothers. *Child Development*, 76 (3), 679 - 696.

POEHLMANN, J., DALLAIRE, D., LOPER, A. B., & SHEAR, L. D. 2010. Children's contact with their incarcerated parents: Research findings and recommendations. *American Psychologist*, 65 (6), 575-598.

- PROGRAM CHILDREN'S SERVICE PRACTICE NOTES. 2002. Working with children's with parents in prison. *Division of Social Service and The Family and Children's Resource*, 7 (1), 1-8.
- SANTA RITA, P. R. 2009. Criança em ambiente penitenciário: Um análise da experiência brasileira. *VoxJuris*, 2 (2), 203-220.
- SANTOS, M.V.A. 2006. Pais encarcerados: Filhos invisíveis. *Psicologia Ciência e Profissão*, 26 (4), 594-603.
- SCHILLING, F. & MIYASHIRO, S. G. 2008. Como incluir? O debate sobre o preconceito e estigma na atualidade. *Educação e Pesquisa*, 34 (2), 243-254.
- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA. 2009. Acessado em agosto de 2011. Disponível em: <http://www.sap.sp.gov.br/>
- SEYMOUR, C. 1998. Children with parents in prison: Child welfare policy, program, and practice issues. *Child Welfare*, 77, 469-493.
- SEYMOUR, C. & HAIRSTON, C. F. (edit). 2001. Children with parents in prison: Child welfare policy, program, and practice issues. New Brunswick (USA): Transaction Publisher.
- SHLAFER, R. J. & POEHLMANN, J. 2010. Attachment and caregiving relationships in families affected by parental incarceration. *Attachment & Human Developmen.* 12 (4), 395-415.
- STELLA, C. 2009 a. Aprisionamento materno e escolarização dos filhos. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, 13(1), 21-28.
- STELLA, C. 2009b. Filhos de mulheres presas: O papel materno na socialização dos indivíduos. *Estudos e Pesquisa em Psicologia*. 9 (2), 292-306.
- TRAVIS, J. 2005. But they all came back: Facing the challenges of prisoner reentry. Washington. D.C.: The Urban Institute Press.
- TRICE, A. & BREWSTER, J. 2004. The Effects of maternal incarceration on adolescent children. *Journal of Police and Criminal Psychology*, 19 (1), 27-35.

Ormeño, G. R. ; Williams, L. C. A. (Em elaboração). Indicadores de risco e Proteção vivenciados por mulheres encarceradas do decorrer de suas vidas.

## **Indicadores De Risco e Proteção de Mulheres Encarceradas**

Gabriela Reyes Ormeño,

Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams

### **RESUMO**

O objetivo deste trabalho foi identificar os principais fatores de risco e proteção vivenciados por mães encarceradas com filhos de até 12 anos, para o isto, foram coletando dados sobre suas histórias de vida na sua infância e na vida adulta. Com relação aos fatores de risco vivenciados na infância as mulheres apontaram em 46.05 % que foram expostas á violência conjugal do pai contra a mãe, 2/3 descreveram sofrer punição corporal, e 15,78% foram abusadas sexualmente, 9,8 teve algum familiar encarcerado. Apenas um de proteção na época da infância foi descrito 86.84% descreveu que alguém a fazia sentir especial. Ao abordar o fatores de risco na vida adulta 63.82% descreveu que sofreu violência íntima do parceiro, 68.42% das mães teve familiares presos, 36.18% tentou suicídio e 30.26% era usuária de drogas. Considerando os inúmeros fatores de risco aos quais as mulheres estiveram expostas durante a infância e a vida adulta, e as distintas situações de vulnerabilidades aos quais suas crianças estão expostas, aponta a necessidade de a necessidade de um maior investimento do poder público nos setores de educação, projetos de planificação familiar, inserção de jovens no mercado de trabalho, prevenção da violência visando uma quebra da intergeracionalidade de vulnerabilidade social vivenciados pelas participantes e conseqüentemente por seus filhos.

Ao tentar compreender o fenômeno da violência, como um todo, vários aspectos são abordados, como a pobreza, o baixo nível de escolaridade, problemas associados a doenças mentais, desemprego, entre outros fatores de risco. Entretanto, como afirmam Mendlowicz & Figueira, (2007) poucos estudos descreveram a relação da intergeracionalidade da violência associando o histórico parental (vítima ou agressor) ao contexto sócio-cultural no qual estão inseridos os indivíduos violentos.

A população carcerária brasileira tem tido um aumento expressivo. Atualmente o Brasil possui 549.577 encarcerados, sendo o quarto país com maior número de

encarcerados no mundo, perdendo apenas para os Estados Unidos, China e Rússia. (Ministério da Justiça, 2012; *International Centre for Prison Studies* 2013).

A população feminina brasileira até junho de 2012 era de 36.039 mulheres o que representa 6.6% do total dos encarcerados. (Ministério da Justiça, 2012). Ao pensar na mulher encarcerada, várias problemas se configuram, desde a falta de instituições adequadas para seu encarceramento, como as características das mesmas.

Com relação à população carcerária de forma geral pouco ou quase nada se sabe sobre a intergeracionalidade da violência, já que são poucos os estudos que abordam como seria a família de origem do preso brasileiro, e no caso da mulher encarcerada há também poucos estudos sobre a temática de seus filhos, seja nos contextos antes, durante e depois do encarceramento (Costa, 2003; Stella, 2009; Schilling & Miyashiro, 2008).

Artigos na literatura nacional e internacional apontam que as mulheres encarceradas estiveram expostas a inúmeros fatores de risco tanto na infância como na vida adulta, embora isto não seja justificativa para o ingresso no mundo criminal. Percebe-se que tais mulheres estiveram expostas a uma polivitimização silenciosa, pouco analisada pelo poder público. (Craig, 2002; Costa, 2003; Finkerhod, 2009; Guedes, 2009; Scherer & Scherer, 2009;).

Ao descrever as situações de violências vivenciadas por elas é preciso conceituar fatores de risco e de proteção que possam estar presentes em suas vidas, Fatores de risco são descritos como situações que se presentes incrementariam a possibilidade de desenvolver algum problema saudável como desordens comportamentais ou emocionais (Garmezy 1995). Essas situações de risco são podem ser divididas em a) condições: Individuais (tanto biológicas e/ou genéticas do indivíduo,

Relacionamento (temperamento, da família, exposição a violência doméstica, utilizar punição corporal como forma de disciplina); c) Comunidade (tolerância violência,

desigualdade social e de gênero na comunidade, Falta de serviços de apoio para a família e carência de instituições que lidem com necessidades especializadas, altos índices de desemprego, pobreza, tráfico de drogas); d) Sociedade (políticas sociais, econômicas, de saúde e de educação, normas que glorificam a violência, gêneros rígidos, pornografia infantil, trabalho infantil, etc. (Garmezy 1995; Maia & Williams 2005).

Por outro lado não se pode desconsiderar os fatores de proteção, conceituados como sendo influências que modificam, melhoram ou alteram a resposta de uma pessoa a algum perigo que predispõe a riscos de desadaptação; (Garmezy 1995). Tais fatores podem estar presentes na escola, na família e na comunidade (Maia e Williams 2005).

No entanto o acúmulo de fatores de risco acabam por extenuar os fatores de proteção, deixando o indivíduo em uma situação de vulnerabilidade, geralmente quando ocorre a presença de diversas condições de risco em um mesmo contexto (Zavaschi, 2009; Brino et al., 2011).

Falbo e Caminha (2004) fizeram uma análise da intergeracionalidade da violência de mulheres encarceradas e seus filhos. A pesquisa foi realizada em Recife com 149 mulheres com baixo nível educacional, baixo poder aquisitivo e histórico de violência intrafamiliar. Os resultados mostraram que ter sofrido maus-tratos por parte dos pais no passado foi um favorecedor ao fato de elas se tornarem mães agressoras e, também, se envolverem em atividades criminais.

Na pesquisa realizada por Green, Craig & Hurtado (2000), com 102 mulheres encarceradas, em três unidades prisionais no Estado da Califórnia, nos Estados Unidos, foi investigada a relação dos fatores de risco experienciados na infância por mulheres presas e os riscos aos quais seus filhos estavam expostos. Os resultados apontaram que 86% das mães e 83% das crianças estiveram expostas a maus-tratos em sua infância. Os principais tipos de maus-tratos experienciados por esta população foram: assistir a episódios de

violência intrafamiliar (60% dos casos das mães e 69% das crianças); sofrer abuso físico (65% das mães e 44% de seus filhos) e sofrer abuso sexual (com 55% das mães e 9% no que diz respeito a seus filhos), evidenciando a relação de intergeracionalidade quanto aos maus - tratos durante a infância.

Foi constatado na literatura americana (Dalley, 2002) canadense (Elizabeth Fry, 2010) e inglesa que a implementação de projetos enfocando esta temática é positiva, assim como, a implementação de políticas públicas que ajudem a diminuir os danos já instalados, prevenindo os possíveis problemas de comportamento e dificuldades futuras dessas crianças e adolescentes que por sua vez em algumas vezes já estão envolvidos em episódios violentos, como causadores ou vítimas. Adicionalmente, o fato de ser filho, mãe ou pai de um encarcerado potencializa a probabilidade do envolvimento em situações violentas (Cerqueira, Carvalho, Lobão & Rodrigues, 2004, Loper & Tuerk 2006).

Devido à escassez de estudos na literatura nacional sobre o histórico familiar de violência de mulheres encarcerada é necessário que sejam realizadas pesquisas sistemáticas, como uma forma de caracterizar qual o histórico de violência da mulher encarcerada, visando assinalar os possíveis fatores de risco que estas mulheres sofreram na infância e na sua vida adulta. Além disto, pretende-se que sirva de suporte para futuros programas de intervenção na prevenção da intergeracionalidade carcerária.

## **Objetivo**

Identificar fatores de risco e proteção vivenciados por mães encarceradas com filhos de até 12 anos mães coletando dados sobre suas histórias de vida na sua infância e na vida adulta.

Objetivos específicos:

1. Identificar os principais fatores de risco e proteção vivenciados pelas mulheres no decorrer da infância
2. Identificar os principais fatores de risco e proteção na vida adulta

### **Método**

Participaram do estudo 152 mães encarceradas, sendo que 83 se encontravam encarceradas em uma penitenciária<sup>7</sup> e 69 em quatro cadeias<sup>8</sup>. Todas as instituições eram localizadas no interior do Estado de São Paulo.

#### Procedimento

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de São Carlos (CAAE 0016.0135.000-09), bem como por todos os centros nos quais se encontrava a encarcerada (CEP-SAP 023/2009). Apenas participaram do estudo mulheres encarceradas que assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Para a obtenção dos dados foi elaborado uma entrevista semi-estruturado pela primeira autora com base nos estudos de Cunningham e Baker (2003); no relatório da Organização Mundial de Saúde (OMS); na *International Society for the Prevention of Child Abuse and Neglect* (ISPCAN) (2006) e em dados resultantes da revisão da literatura internacional da área. Tal roteiro foi submetido a apreciação de três juízes das áreas de Direito, Direitos Humanos e Psicologia. Sendo feitas alterações quando pertinentes. O instrumento final apresenta questões relativas a mães encarceradas fatores como: dados pessoais e demográficos da encarcerada (escolaridade, renda), composição familiar, tipo de

---

<sup>7</sup> Penitenciárias: Centros nos quais as mulheres já estão condenadas e cumprem suas sentenças.

<sup>8</sup> Cadeias: Centros de encarceramento provisórios, onde as encarceradas esperam suas sentenças ou estão sentenciadas aguardando vagas em penitenciárias.

disciplina utilizada na família de origem e histórico de violência física, sexual ou psicológica na infância. Com relação à vida conjugal, era investigado: idade na qual ela teve seu primeiro relacionamento, características mesmo do daquele e de outros relacionamentos, com quantos anos saiu de casa, e por qual motivo, histórico de violência por parte de parceiro, idade da primeira gravidez, número de filhos e qualidade de relacionamento com o parceiro. No que diz respeito à saúde e drogadição, era investigado: histórico de problemas de saúde e uso de drogas. Adicionalmente era questionado os cuidados em relação aos filhos (informações pertinentes sobre como educar as crianças, conhecimentos sobre necessidades, direitos e obrigações das crianças e dos pais), dados relacionados ao crime pelo qual a mulher fora encarcerada (motivo, tempo de sua condenação, situação legal no momento). Finalmente, com relação à sua rede de apoio social, era investigado o número de amigos, locais aos quais poderia solicitar ajuda e fontes de apoio do governo.

Os juízes solicitaram a mudança de algumas perguntas sob o aspecto da forma ou estrutura, como por exemplo utilização de escala tipo likert para a obtenção de dados para avaliar o tipo de disciplina utilizada, segurança do filho no momento; ou adicionar alternativas: se a mulher morava na rua, tinha um grupo fixo. O roteiro de entrevista levava em média 60 minutos para ser aplicado de forma individual.

Para a triagem das participantes nas cadeias as entrevistas foram realizadas no parlatório (local destinado para as detentas receberem seus advogados). Para participar do estudo, as pesquisadoras informavam sobre a pesquisa e quem estive-se interessada era chamada para o parlatório, eram esclarecidas as questões éticas e em seguida era dado início a coleta de dados. No caso da penitenciária, as entrevistas aconteceram na sala em que as mesmas realizavam curso de artes, foi composta realizada uma lista com todos os nomes das mulheres que tinham filhos até 12 anos, segundo informações da administração da instituições carcerárias, em seguida, foi feito um sorteio, e a mãe encarcerada sorteada

era convidada a participar da entrevista, sendo que no caso de a mesma não aceitar era realizado um novo sorteio.

Os dados obtidos foram analisados por meio de um roteiro para sistematização de acordo com os objetivos propostos e avaliados em tabelas do programa Excel, sendo em seguida tabulados em gráficos e tabelas de acordo com *Statistical Analysis System*, 2005.

## **Resultados**

### *Dados referentes às mães encarceradas*

Com relação às mulheres, serão descritos os dados sociodemográficos, indicadores de risco e proteção na vividos na infância, indicadores de risco na vida adulta e situações vulnerabilidade social. Considerando que os dados foram coletados em cinco instituições diferentes (quatro cadeias e 1 penitenciária), foi realizada o teste estadístico Qui quadrado entre as variáveis sócio-econômicas. Como não houve diferenças significativas ( $P > 0,785$ ) entre os institutos prisionais, os dados foram analisados como um todo.

Com relação aos dados sócio demográficos das 152 participantes, a idade media foi de 28,9 anos ( $DP = 6.4$ ); no que diz respeito ao estado civil, 40.1% (61) eram solteiras, 34.2% (52) viviam em União Estável, 9.9% (15) divorciadas, 6.6% (10) casadas e 4.6% (7) separadas e viúvas respectivamente. Com relação à etnia, 51.3% se declararam pardas; seguidas por brancas com 32.9 %; pretas 12.5%; 2.6% amarelas e 0.7% indígena. Em 73.7 % dos casos as mulheres possuíam pouca escolaridade (60% tinham cursado apenas até 4ª série do ensino fundamental). A renda variou de R\$ 20,00 reais até R\$10,000.00 mensais, sendo que 46.7% das participantes declararam não ter renda, e 22.4% informou ganhar até R\$ 500<sup>9</sup> reais por mês.

---

<sup>9</sup> R\$ 500, 000 reais corresponde a \$278 dólares americanos.

## **Fatores de risco na infância**

### *Exposição à violência entre os genitores*

Das 152 participantes, 70 ou (46.05 %) relataram que foram expostas à violência conjugal do pai contra a mãe, sendo que a violência considerada *leve* (dar empurrões e tapas) ocorreu muito frequentemente em 18.57% das participantes; Com relação à violência *moderada* (dar socos ou arremessar algum objeto com força) ocorreu muito frequentemente em 17.14% das mães e no que diz respeito a violência *grave* (ameaçar com faca ou arma, com intenção de feri-la) 11.43% respondeu que isto acontecia muito frequentemente. A exposição da violência física da mãe contra o pai aconteceu em 23.03% das participantes, sendo que 40% esteve exposta algumas vezes violência leve, 28.57% à violência *moderada* e 14.29% a violência *grave* de maneira frequente.

### *Maus-tratos infantis*

Ao ser questionado qual era a forma de educação que os pais utilizavam, 2/3 ou 67.11% das participantes descreveram que era utilizada a punição corporal. No que diz respeito ao abuso psicológico, 28.29 % apontaram que alguém da família as chamavam de nome degradantes, sendo que a negligencia do cuidador aconteceu para 15.13% das participantes.

Com relação ao abuso sexual 24 (15,78%) das participantes declararam ter sofrido abuso sexual na infância, sendo que o agressor na maioria dos casos (14 ou 9.22%) era conhecido da vítima, e desses oito eram parentes. No entanto, dentro das 19 vítimas de abuso sexual, apenas 10 participantes realizaram a denúncia e as outras 14 apontaram motivos para não ter denunciado como (não acreditaram nela, medo e ameaças) e 5 sequer identificaram a victimização sexual, mas ao responderem as demais perguntas tal fenômeno foi caracterizado.

### *Histórico Carcerário*

As participantes apontaram, em 9.87% dos casos, que foram separadas de seus cuidadores na infância, sendo em 4.62% dos casos o pai o encarcerado e os crimes cometidos foram classificados como hediondos. Com relação à idade em que aconteceu a prisão do cuidador, em 8.58% a prisão aconteceu entre 0 e 7 anos da mãe encarcerada e pena cumprida variou de 7 a 20 anos de prisão.

A Figura 1 apresenta os principais fatores de risco vivenciados na infância.

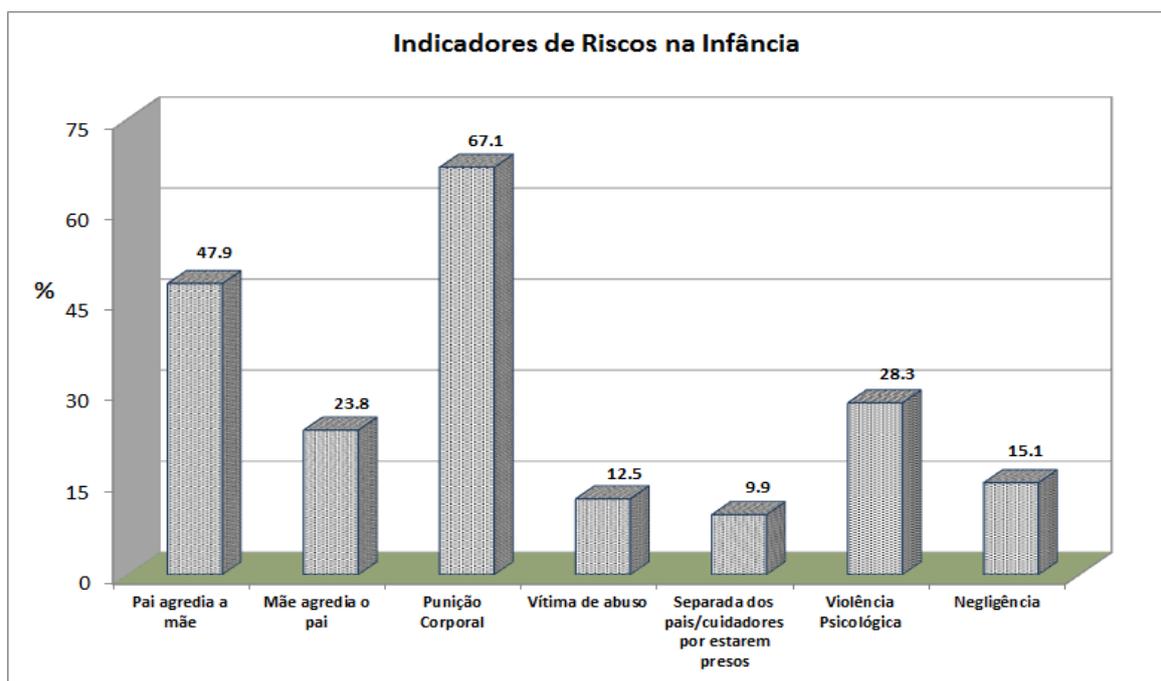


Figura 1. Indicadores de risco vivenciados por mulheres encarceradas na sua infância.

Na Figura 1 chama a atenção que quase a metade das participantes sofreram exposição a violência física do pai contra a mãe. No que diz respeito aos maus tratos estes aparecem nas suas quatro formas: física, psicológica, negligencia e sexual, sendo que, a punição corporal ou violência física se apresentou em quase 70% dos casos, e finalmente, ter um histórico carcerário dos pais na infância com quase 10% dos casos.

### **Fatores de proteção na infância**

Ao serem questionadas sobre se alguém as faziam senti-se especial, 86.84% das mães encarceradas respondeu positivamente em 75.24% era alguém era da família, em 24.43% era a mãe. Cabe mencionar que 11.94% das participantes relataram que não existiu qualquer pessoa que apresenta-se essa atitude positiva, e duas participantes não responderam a tal pergunta.

### **Fatores de risco vivenciados pelas mães encarceradas na vida adulta**

#### *Violência íntima entre parceiros*

Segundo as participantes, 63.82% foram agredidas fisicamente por seu companheiro, sendo a violência descrita como *moderada* para 15.13%, e *grave* para

8.55%. Com relação a sofrer violência psicológica, pelo companheiro 46.05% descreveram que também sofreram este tipo de agressão.

#### *Histórico carcerário das mães*

Para 68.42% das mães houve familiares presos em sua vida adulta, desses, 46% eram parentes de 1 grau e 4.61% eram os cônjuges. Antes de serem encarceradas, 35.13% das mulheres havia visitado uma instituição prisional, sendo que em 28.95% dos casos às visitas tinham o objetivo de visitar o companheiro; 13.16% visitar a irmã/o; 9.21% era reincidentes e 7.89% visitaram outros parentes.

Com relação à situação carcerária, 61.84% das mulheres estavam sentenciadas; 31.58% tinham uma sentença provisória; 3.94% estavam em regime de semi-aberto e 1.32% não soube informar sua situação judicial. No que diz respeito ao crime pelo qual estavam encarceradas, 48,7% foram presas por tráfico de drogas; 14.52 % por crimes considerados hediondos; 13.82% por roubo e 6.6 % por furto. Além disso, 15.54% das mães foram presas por mais de um artigo, ou seja, por mais de um tipo de delito.

As mães apontaram que em 53.95% dos casos eram assistidas judicialmente por um Defensor Público e em 38.82% por um advogado particular. O tempo decorrido desde que foi encarcerada, teve uma média de 22,6 meses, uma mediana de 16 meses e *DP* igual a 23.07. Com relação ao tempo que faltava para cumprir a média esse foi de 39.06 meses, sendo a mediana a 15 e o *DP*= 48.25 meses.

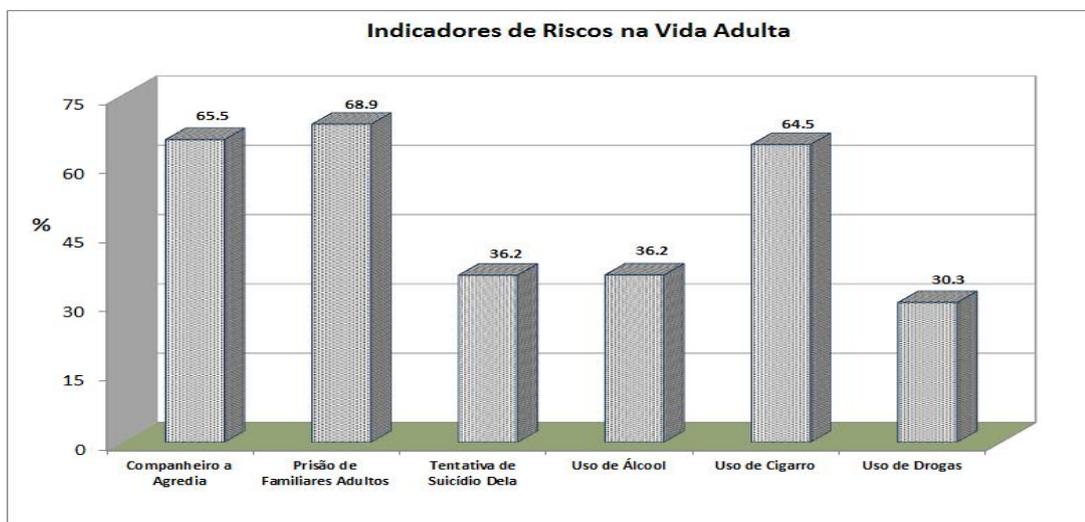
#### *Tentativas de suicídio*

Com relação tentativa de suicídio aconteceu para 36.18% das participantes, sendo que dessas, 15.13% apresentaram duas tentativas; 11.18% teve uma única tentativa de suicídio e 3.29% mais de três tentativas.

#### *Uso de álcool, cigarro e drogas*

As participantes foram indagadas em uma escala Likert de 1-10 sobre o consumo de drogas, cigarros e bebida alcoólica. Um dos problemas enfrentados pelas mulheres foi o consumo uso/abuso de substâncias lícitas e não lícitas. O resultado mostrou que 30.26% das mesmas afirmaram ser usuária de drogas, sendo que em 17.76 % dos casos o uso era frequente. Além disso, 36.24% disse fazer uso de bebida alcoólica e 64,47% das mulheres eram tabagistas, sendo que o consumo de cigarros para 38.82 % dessas mães era elevado.

A Figura 2 a seguir apresenta os principais fatores de risco desta mulheres na vida adulta.



A Figura 2. Principais fatores de risco enfrentados pelas participantes na infância e na vida adulta.

Na Figura 2, podemos observar que sofrer agressão da parte do companheiro e a prisão de familiares adultos, ocorre em quase 70% dos participantes. O consumo de drogas lícitas e ilícitas se apresenta em dois das três variáveis casos com mais de 30% de consumo, e o cigarro se apresenta em uma proporção dobrada (64.5%). Finalmente, a tentativa de suicídios também se apresenta um número alarmante em 36.2% dos casos.

#### *Situação laboral das mães encarceradas*

No que diz respeito à renda, quase metade das mulheres (48.5%) tinha renda até um salário mínimo<sup>10</sup>, sendo que a grande maioria (46.7%) não tinha renda e aquelas que recebiam acima de dois salários (4.8%), tal rendimento era fruto de atividades ilícitas. Apenas 29.4% das mães que trabalhavam o faziam com carteira assinada. Embora a ausência de situação laboral não seja em si um indicador de risco, esse acaba contribuindo para uma situação de vulnerabilidade social por parte das mulheres encarceradas.

Apresentados os principais fatores de risco na infância e na vida adulta, três variáveis que apresentaram uma alta porcentagem de ocorrência na vida destas mulheres foram analisadas através do modelo de regressão logística: sofrer agressões físicas pelo

<sup>10</sup> Na época da coleta de dados o salário mínimo correspondia a R\$500.

companheiro, prisão de familiares adultos e tentativa de suicídios, sendo adotado um nível de significância de 5%.

### Sofrer agressão física do companheiro

As variáveis “alguém da família a chamava de nomes degradantes”, tentativa de suicídio, experiência sexual nos primeiros 18 anos de vida com alguém com mais de 5 anos de diferença, prisão de familiares quando adulta, trabalhava quando foi presa e número total de filhos foram variáveis significativas ao nível de 5% ( $p < 0,05$ ) para predizer se o companheiro agredia a mulher ou não, conforme ilustra a Tabela 2 a seguir.

Tabela 2 - Resultados da análise de regressão logística relativa a variável companheiro agredia fisicamente e outras variáveis significativas (n=95).

Parâmetro		P-Valor	O.R.	I.C. 95%	
<b>Abuso psicológico</b>	<b>Sim</b>	---	1.00	1.00	
	<b>Não</b>	0.0335*	3.660	1.107	12.101
<b>Tentativa de suicídio</b>	<b>Não</b>	---	1.00	1.00	
	<b>Sim</b>	0.0136*	4.350	1.353	13.988
<b>Experiência sexual nos primeiros 18 anos de vida com alguém com mais de 5 anos de diferença</b>	<b>Não</b>	---	1.00	1.00	
	<b>Sim</b>	0.0037*	5.641	1.754	18.146
<b>Prisão de familiares quando adulta</b>	<b>Não</b>	---	1.00	1.00	
	<b>Sim</b>	0.0167*	4.032	1.288	12.624
<b>Trabalhava quando foi presa</b>	<b>Não</b>	---	1.00	1.00	
	<b>Sim</b>	0.0138*	3.829	1.316	11.144
<b>Número total de filhos</b>		0.0297*	0.733	0.554	0.970

\* $p < 0.05$

As razões de chances obtidas para este modelo mostram que mulheres que não sofreram violência psicológica praticada por alguém da família têm chances 3,660 vezes maiores de terem sido agredidas fisicamente pelo companheiro do que mulheres que eram chamadas de nomes degradantes (O.R.=3,660). Observando a amostra total (n=152) vemos que das mulheres que eram agredidas pelo companheiro (n=97), 70% (68) não sofreram abuso psicológico.

Verificamos também que mulheres que tentaram suicídio têm chances 4,350 vezes maior de terem sido agredidas fisicamente do que as que não tentaram (O.R.=4,350).

Para experiência sexual nos primeiros 18 anos de vida com alguém com mais de 5 anos de diferença, notou-se que mulheres que tiveram essa experiência tem chance 5,641 vezes maior de terem sido agredidas fisicamente do que as que não tiveram (O.R.=5,641). Ao observarmos se a mulher teve prisão de familiares quando adulta, vemos que uma mulher que teve familiar preso tem chances 4,032 vezes maior de ter sido agredida fisicamente do que uma mulher que não teve familiar preso quando adulta (O.R.=4,032).

Com relação ao fato se a mulher trabalhava ou não quando foi presa, vemos que uma mulher que trabalhava tem chances 3,829 vezes maior de ter sido agredida do que uma mulher que não trabalhava (O.R.=3,829). Por fim, para o número total de filhos, vemos que o aumento de uma unidade no número total de filhos causa a diminuição de 0,733 em termos da chance de a mulher ter sido agredida fisicamente, implicando que quanto maior o número de filhos, menor a chance de ter sido agredida pelo marido (O.R.=0,733).

A Figura 3 apresenta a curva ROC obtida para este modelo considerando os próprios dados em que o modelo foi ajustado. Podemos observar que a área sob a curva é igual a 82,04%, indicando que o modelo consegue discriminar bem as mulheres que sofreram ou não agressão por parte do companheiro.

### **Prisão de familiares adultos**

Notamos que o comportamento das variáveis grau de parentesco com familiar preso, motivo de já ter visitado o presídio, negligência na infância e violência íntima entre parceiros é distinto com relação à prisão de familiares.

Observa-se que a maioria das mulheres que não teve familiares presos quando adulta nunca foi ao presídio, e para as que tiveram familiares presos, a maior parte foi visitar parentes. Além disso, há uma diferença entre as mulheres que já tiveram familiares presos quando adulta com relação à ter sido vítima de negligência ou não existe uma maior porcentagem de mulheres que foram negligenciadas entre as mulheres que já tiveram familiares presos do que as que não tiveram. Analisando o cruzamento entre prisão de familiares quando adulta e companheiro agredir a mulher fisicamente, vemos que a

porcentagem das mulheres que foram agredidas pelo companheiro é maior nas mulheres que tiveram familiares presos quando adultas.

Pelos testes do Qui-Quadrado verificamos que nos três casos a dependências entre as variáveis foi significativa: motivo por ter visitado presídio  $p=<0.0001$ ; Negligencia  $p=<0.0110$  e Companheiro a agredia fisicamente  $p=<0.0389$ .

Apenas as variáveis ter sofrido abuso sexual antes da prisão e ter visitado um presídio, cadeia ou instituição penal foram significativas para predizer se a mulher teve ou não familiares presos quando adulta. Vale ressaltar que apenas a variável ter visitado um presídio foi significativa ao nível de 5% de significância ( $p\text{-valor}<0,05$ ); a variável ter sofrido abuso sexual antes da prisão foi significativa apenas considerando 10% de p valor conforme ilustra a Tabela 4 a seguir.

Tabela 4 - Resultados da análise de regressão logística relativa às relações entre abuso sexual e visita à instituição prisional e prisão de familiares quando adulta (n=95).

Parâmetro		Estimativa	Estatística de Wald	P-Valor	O.R.	I.C. 95%	
<b>Intercepto</b>		-0.2485	0.4627	0.4964	---	---	
<b>Ter sofrido abuso sexual</b>	<b>Não</b>	---	---	---	1.00	1.00	
	<b>Sim</b>	1.4233	3.1460	0.0761**	4.151	0.861	20.006
<b>Antes da prisão já tinha visitado presídio, cadeia ou instituição penal</b>	<b>Não</b>	---	---	---	1.00	1.00	
	<b>Sim</b>	1.3231	7.5263	0.0061*	3.755	1.459	9.663

\* $p<0.05$ , \*\* $p<0.10$

As razões de chances obtidas por este modelo mostram que mulheres que foram abusadas sexualmente têm chances 4,151 vezes maior de ter familiar preso quando adultas do que mulheres que não foram abusadas (O.R.=4,151). Para visita ao presídio, cadeia ou instituição penal, temos que mulheres que tiveram essa experiência antes da prisão tem chance 3,755 vezes maior de ter familiar preso do que as que tiveram (O.R.=3,755).

### Tentativas de suicídio

Foi observado que o comportamento das variáveis etnia, sofrer abuso sexual quando criança, e ter sido separada dos pais/cuidadores quando criança é distinto com relação à tentativa de suicídio. A porcentagem de mulheres que consideram ter sido vítima de abuso sexual quando criança é maior para as que já tentaram suicídio do que nas que não tentaram. O mesmo acontece quando a mulher foi separada dos pais/cuidadores quando criança por esses estarem presos, havendo maior porcentagem de ocorrência nas mulheres que já tentaram suicídio.

Por meio do teste Qui-Quadrado verificou-se que, nos três casos citados a dependência entre as variáveis foi significativa ao nível de 5% apresentados, ou seja em termos de etnia obteve-se 12.5826 ao nível de significância  $p=0.0135$ .

A Tabela 6 a seguir apresenta a análise de regressão logística para as variáveis significativas associadas à tentativa de suicídio.

Tabela 6 – Análise de regressão logística relativa às variáveis significativas e tentativa de suicídio (n=95).

<b>Parâmetro</b>		<b>Estimativa</b>	<b>Estatística de Wald</b>	<b>P-Valor</b>	<b>O.R.</b>	<b>I.C. 95%</b>	
<b>Intercepto</b>		2.4196	0.9476	0.3303	---	---	
<b>Idade da primeira relação sexual</b>		-0.3732	4.5588	0.0327*	0.689	0.489	0.970
<b>Denúncia do abuso sexual</b>	<b>Não</b>	---	---	---	1.00	1.00	
	<b>Sim</b>	2.7745	4.6386	0.0313*	16.031	1.284	200.217
<b>Abuso psicológico</b>	<b>Não</b>	---	---	---	1.00	1.00	
	<b>Sim</b>	1.5204	6.3666	0.0116*	4.574	1.404	14.901
<b>Pessoa que manteve experiência sexual era namorado</b>	<b>Sim</b>	---	---	---	1.00	1.00	
	<b>Não</b>	0.8152	6.8502	0.0089*	5.106	1.506	17.312
<b>Companheiro a agredia</b>	<b>Não</b>	---	---	---	1.00	1.00	
	<b>Sim</b>	1.6930	6.0810	0.0137*	5.436	1.415	20.875
<b>Prisão de familiares quando adulta</b>	<b>Sim</b>	---	---	---	1.00	1.00	
	<b>Não</b>	1.3317	4.6406	0.0312*	3.788	1.128	12.723

*\*p<0.05*

As razões de chances obtidas por este modelo mostram que o aumento de uma unidade na idade da primeira relação sexual causa a diminuição de 0,689 vezes na chance de a mulher ter tentado suicídio, ou seja, quanto maior a idade da primeira relação sexual, menor a chance de a mulher ter tentado suicídio (O.R.= 0,689)

Em relação à denúncia do abuso sexual, vemos que uma mulher que denunciou tem chance 16,031 vezes maior de ter tentado suicídio do que a mulher que não denunciou (O.R.=16,031). A mulher que sofreu abuso psicológico tem 4,574 vezes mais chances de ter tentando suicídio (O.R.=4,574). Com relação ao fato se a mulher manteve experiência sexual com o namorado, vemos que uma mulher que não manteve relação com o namorado, sendo este 5 anos mais velho do que ela, tem chance 5,106 vezes maior de ter tentado suicídio do que uma mulher que manteve (O.R.= 5,106).

Para a variável companheiro a agredia fisicamente, observamos que uma mulher que era agredida tem chances 5,436 vezes maior de cometer suicídio do que uma mulher que não era agredida (O.R.=5,436). Por fim, para prisão de familiares quando adulta, notamos que uma mulher que não teve familiar preso tem chances 3,788 vezes maior de ter tentado suicídio (O.R.=3,788).

### **Discussão Preliminar**

Com relação às principais características das 152 mães encarceradas, os dados aqui encontrados são condizentes com os da literatura internacional (Craig, 2009; Dalley, 2002; Greene, Haney & Hurtado, 2000; Johnston, 1995) e com os dados nacionais de Lima 2006; Maua & Baltieri, 2012):

No que diz respeito a etnia, a maioria da população desta amostra se declarou afro-descendente (68.3%). considerando que a população negra encarcerada no estado de São Paulo é de 5.489.907 o que corresponde a 31 % da população geral. (IBGE, 2010). Temos que na população carcerária um número desproporcionalmente alto de mães negras.

Os números encontrados neste estudo com relação a tentativas de suicídio são considerados altos, (36.18%) se comparados a população geral: Por exemplo Botega, Marín-León, Oliveira, Azevedo Barros, Silva, Dalgalarrodo, 2009). Encontraram uma taxa na população de Campinas igual 2,8%. No entanto, ao serem comparados com os dados da população de encarcerados, não são discrepantes. O estudo de Sharma (2009) realizado na Austrália apresenta que o número de tentativas de homicídios em encarcerados, ao ingressar nos centros prisionais é maior quando o encarcerado é sentenciado, devido ao desespero e a certeza que a sua vida esta realmente acabada. Já o estudo de Farina, Luz, Pereira, Neto, & Argimon, 2009 com 60 mulheres encarceradas no Estado de Rio Grande do Sul, encontrou resultados ainda mais altos do que os do presente estudo estudo, apontando que 66,1% das mulheres tentou suicídio em liberdade, 20,3% na prisão e 13,6% em ambas situações, possivelmente porque tais autores estudaram essa única variável, portanto com maior abrangência de coleta de dados focados exclusivamente no histórico de tentativas de suicídio. De qualquer modo, os estudos constataram a necessidade de se trabalhar a saúde mental da população da mulher após o encarceramento.

Os dados assinalam que as mulheres que sofreram violência psicológica na infância, tentaram suicídio, mantiveram sexo com alguém expressivamente mais velho do que elas, tiveram familiares presos quando adultos, e trabalhava antes de ser encarcerada e número de filhos são variáveis associadas ao fato de ter sido agredida fisicamente pelo companheiro.

No que diz respeito à intergeracionalidade da violência intrafamiliar, os dados mostraram haver existência de violência na vida das duas gerações, estiveram expostos ou sofreram violência intrafamiliar, dados corroborados pelo estudo de Falbo e Caminha (2004), no qual os autores apontaram que ter sofrido maus-tratos por parte dos pais ou cuidadores foi favorecedor ao fato de se tornarem mães agressoras e, também se

envolverem em atividades criminais. Sendo assim, é preciso uma atenção especial urgente por parte do Estado para os filhos de tais mães visando a possibilidade da ruptura da intergeracionalidade da violência intrafamiliar.

Um dado importante apontado neste estudo é a alta frequência exposição à violência na infância da participante do pai contra mãe em 46.05% sendo que esta aconteceu de forma muito frequentemente e da mãe contra o pai (23,03%) sendo que a maior parte das agressões tiveram uma intensidade leve. Tais dados corroboram estudos recentes de Strous, 2009, sobre simetria nas relações violentas de parceiros íntimos.

Em relação a variável trabalhar antes do encarceramento, sabemos quanto mais a mulher tiver condições de independência financeira menor a chance de vitimização conjugal. (Saffiotti & Almeida 1995). Trabalhar são associados a risco e reforçam os dados que sobrepõem o fenômeno da violência contra criança e da violência contra mulher (O'Leary, 2005).

Com relação à violência sofrida durante a vida adulta, percebe-se que as participantes apontaram em 63.82% que sofreram agressão por parte de seu atual ou ex-companheiro. Cabe lembrar, entretanto, que as participantes indicaram dificuldades na compreensão do que seria violência, pois em vários relatos, as mães encarceradas descreveram que a violência era normal “ *um tapa de vez em quando, como em todo casal*”. A violência parece estar tão impregnada na vida dessas mulheres que elas não conseguem mais perceber o que significa uma vida sem violência. Dados análogos foram apontados pelo estudo de Scherer & Scherer (2009).

Dados de violência por parte do parceiro conjugal na população encarcerada são encontrados em vários estudos nacionais e internacionais (Costa,2003; Scherer & Scherer, 2009) como sendo considerada como “mais” uma variável de risco para esta população,

porém, se analisarmos a relação existente entre ser vítima de maus-tratos infantis, e a exposição a violência conjugal, ambas situações vivenciadas pelas participantes do estudo, conclui-se que são fenômenos estão altamente relacionados, com efeitos nefastos para a saúde física e mental das crianças e nos futuros adultos. (Reichenheim, Dias e Moraes 2006; Murray, 2007)

As inúmeras situações de risco vivenciadas pelas mães encarceradas quando crianças, podem sinalizar o desenvolvimento de Transtorno de Estresse Pós Traumático, gerando problemas que podem persistir na idade adulta e dificultou os relacionamentos com com seus futuros filhos (Lutzker, 2009).

Os dados observados aqui com relação ao crime mais frequentemente cometido pelas mulheres (tráfico de drogas) corroboram os da SAP (2008) e dados internacionais (Almeda, 2003; Craig, 2009; Johnston, 1995), apontando o trafico de drogas como sendo um dos principais motivos pelo encarceramento mundial, principalmente da população feminina. Considerando que as mulheres encarceradas em sua grande maioria são mães, e ao serem encarceradas deixam seus filhos expostos muitas vezes às mesmas situações de vulnerabilidade vividas por elas, até que ponto o encarceramento da mulher não esta criando mais uma situação de vulnerabilidade para estas crianças? Seria possível pensar em alternativas menos punitivas, menos vulneráveis como por exemplo a justiça restaurativa. Não se trata de não penalizar o erro e sim de pensar que a solução pode estar sendo mais cara (considerando o valor que uma pessoa encarcerada custo para os cofres públicos) e ainda criar outros problemas, associados á identificação de novos cuidadores para as crianças, lembrando que quando o pai é encarcerado, a mãe fica na maioria das vezes com o cuidado dos filhos, no entanto, quando a mãe é encarcerada, os mesmos ficam na maioria das vezes sobre cuidados dos familiares maternos.

Por outro lado, o segundo crime pelo qual as participantes foram encarceradas (roubo) precisa ser analisado com cautela, pois no discurso das mulheres, esse, está relacionado ao uso de drogas, isto é, elas roubaram para poder sustentar a adição tal como descrito por algumas participantes do estudo. Sendo assim, o ato de roubar deveria ser encarado como mais um problema de saúde pública e não de criminalidade. No entanto, Mauá & Baltieri (2011) apontam que a situação do roubo esta relacionada ao histórico carcerário de familiares, mais do que por fatores de saúde. Cabe lembrar que o fato de tais pesquisadores terem realizado o estudo com mulheres que já estão sentenciadas cumprindo penas em penitenciárias, pode explicar a diferença observadas, uma vez que na cadeia os delitos são menos graves ou não chegaram a julgamento.

O presente estudo identificou inúmeros fatores de risco aos quais as mulheres estiveram expostas durante a infância e a vida adulta, e as distintas situações de vulnerabilidades aos quais suas crianças estão expostas: Exposição de violência conjugal, histórico carcerário parental, abuso físico, psicológico, sexual, negligência na infância, já na idade adulta, agressão conjugal, histórico carcerário, consumo de substâncias, tentativa de suicídio.

O estudo de Oliveira, Scivoletto & Cunha (2009) apontou que as crianças e adolescentes expostos a situações de vulnerabilidade precocemente podem influenciar no desenvolvimento cerebral, e em situações crônicas essas podem causar mudanças prolongadas nas estruturas cerebrais evidenciando um fator de risco para o desenvolvimento de dificuldades cognitivas. Desta forma fica evidente a necessidade de implantação de políticas públicas para os encarcerados em especial para as mulheres e seus filhos.

Em contraste o presente estudo encontrou apenas um fator de proteção na infância, um cuidador que valorizou positivamente a sua auto-estima, fazendo com que ela se senti-

se especial, pergunta-se se tal percepção positiva geralmente da figura da progenitora materna seria fruto das expectativas geradas por aceitabilidade social. A falta de fatores de proteção deixou estas mulheres em situação de risco, individual, social, e comunitário sem fatores que as auxiliariam a se tornar resilientes às adversidade enfrentadas durante o decorrer de suas vidas, deixando-as expostas ao caminho do delito aparentemente mais simples ou mais fácil, porém com poucas perspectivas positivas de uma vida digna e sem violência.

A mulher encarcerada não apresenta características próprias de um país ou região, mas características de uma população que está inserida em situações de risco e vulnerabilidade social. (Ormeño, D'affonseca & Williams, Submetido). Considerando que essas mulheres são jovens, têm filhos (na maioria, menores) e pouca escolaridade, esses fatores apontam a necessidade de um maior investimento do poder público nos setores de educação, projetos de planificação familiar, inserção de jovens no mercado de trabalho, prevenção da violência visando uma quebra da intergeracionalidade de vulnerabilidade social vivenciados pelas participantes e conseqüentemente por seus filhos.

## Referências

- Almeda, E. (2003). *Mulheres encarceradas*. Ariel. Barcelona.
- Botega; Marín-León; Oliveira; Azevedo Barros; Silva; Dalgarrondo 2009)
- Brino, R. F. Bannwart, T. H.; Ormeno, G. R. ; Brancalhone, P.; [Williams, L. C. A.](#) (2011). Combatendo e prevenindo os abusos e/ou maus tratos contra crianças e adolescente. 1. ed. São Carlos: João e Pedro Editora.
- Costa, I. B. (2003) Mães encarceradas: Onde estão seus filhos? Um estudo de caso de uma unidade prisional de Recife-Pernambuco. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica. Universidade Federal de Viçosa.MG.
- Craig, S. (2009). A historical review of mother and child programs for incarcerated women. *The Prison Journal*, 89, 35-53.
- Cunningham, A. & Baker, L. (2003). *Waiting for Mommy: Giving a voice to the hidden victims of imprisonment*. London, Canada: Center for Children and Families in The Justice System
- D'affonseca, S. M.; Ormeño, G. R. & Williams, L. C. A. (submetido). O que sabemos sobre as mulheres encarceradas: Uma revisão da literatura.
- Dalley, L. P. (2002). Policy implications relating to intimate mothers and their children: Will the pasta be prologue? *The Prison Journal* ,82, 234-268.
- Falbo, G. & Caminha, M. F. C. (2004). Incidence of child and adolescent abuse among incarcerated females in North East of Brazil. *Journal of Tropical Pediatrics*, 50, 292-296.
- Farina, M.; Luz, V. C.; Pereira, F. S.; Neto, A. C. & Argimon, I. I. L. (2009) Caracterização das mulheres presidiárias que tiveram tentativa de suicídio.In X Salão de Iniciação Científica Pontifícia Universidade Católica de Rio Grande do Sul1872-1875.
- Finkelhor, D., Ormrod, R. K. & Turner, H. A. (2009). The developmental epidemiology of childhood victimization. *Journal of Interpersonal Violence*, 24 (5), 711-73

- Garnezy, N. (1995). Stress-resistant children: The research for protective factors. In: J. E., Stevenson (Org.) *Aspects of Current Child Psychiatry Research*. Oxford: Pergamon.
- Greene, S.; Haney, C. & Hurtado, A. (2000). Cycles of pain: Risk factors in lives of incarcerated Mothers and their children. *The Prison Journal*, (80) 3-23.
- Guedes, M. A. (2006). Intervenções psicossociais no sistema carcerário feminino. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 26(4), 558-569.
- Instituto Brasileiro de Estatística (2010). População no Estado de São Paulo. Recuperado em março de 2013 de [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)
- International Centre for Prison Studies (2013) Recuperado em março de 2013 de <http://www.prisonstudies.org>
- Johnston, D. (1995). Jailed Mother. *Children's of incarcerated parents*. New York: Lexington Books.
- Liborio, R. M. C.; Coêlho, A. E. L. & Castro, B. M. (2011). Escola: risco ou proteção para adolescentes e adultos jovens. In: Débora Dalbosco Dell'Aglio; Sílvia Helena Koller. (Org.). *Adolescência e Juventude: Vulnerabilidade e contextos de proteção*. (pp. 109-138). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Lima, M. (2006). Da visita íntima à intimidade da visita: A mulher no sistema prisional. Tesina de Mestrado. Faculdade de Saúde Pública. Universidade de São Paulo. SP
- Loper, A. B. & Tuerk, E.H. (2006). Parenting programs for incarcerated parents current research and future direction. *Criminal Justice Policy Review*, 17 (4), 407-427.
- Maia, J. M. D. & Williams, L. C. A. (2005). Fatores de risco e proteção ao desenvolvimento infantil: uma revisão de área. *Temas em Psicologia*, 13 (2), 91-103.
- Maua, F. H. N. & Baltieri, D. A. (2012). Criminal career-related factors among female robbers in the state of São Paulo, Brazil, and a presumed 'revolving-door' situation. *Revista Brasileira de . Psiquiatria* , (34), 2 176-184.
- Mendlowicz, M. V. & Figueira, I. (2007). Transmissão intergeracional da violência familiar: O papel do Transtorno de Estresse Pós-Traumático. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 29 (1), 86-95.

- Oliveira, P. A.; Scivoletto, S. & Cunha, P. J. (2010). Estudos neuropsicológicos e de neuroimagem associados ao estresse emocional na infância e adolescência. *Revista de Psiquiatria. Clínica*, 37 (6) 271-279.
- Red de Centros de Investigación de la Oficina del Economista Jefe. (1999). *Violencia en América Latina. Londoño e Guerrero* (Documento de Trabajo R-375). Washigton, DC: US. Banco Interamericano de Desarrollo.
- Reichenheim, M.E.; Dias, A. S. & Moraes, C. L. (2006). Co-ocorrência de violência física conjugal e contra filhos em serviços de saúde. *Revista Saúde Pública*; 40 (4), 595-603.
- Saffioti, H.I.B.& Almeida, S.S.(1995). *Violência de gênero: Poder e impotência*: Revinter, Rio de Janeiro.
- Secretaria De Administração Penitenciária (2009). Acessado em fevereiro de 2013. Retrieved de <http://www.sap.sp.gov.br/>
- Scherer Z. A. P. e Scherer. E. A. (2009) Concepções e vivências de mulheres encarceradas sobre a violência. *Cogitare Enfermagem*, 14 (3), 435-440.
- Sharma, B.R. (2009) Is attempted suicide an offense. *Agression and Violent Behavior*, 14, 139-145.
- Schilling, F. & Miyashiro, S. G. (2008). Como incluir? O debate sobre o preconceito e estigma na atualidade. *Educação e Pesquisa*, 34 (2), 243-254.
- Statistical Analysis System. 2005. SAS: Statistical Analysis System: Getting Started with the SAS Learning Edition. Cary, NC: SAS Institute inc.
- Stella, C. (2009). Filhos de mulheres presas: O papel materno na socialização dos indivíduos. *Estudos e pesquisa em psicologia*. 9 (2), on-line. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S180842812009000200003&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180842812009000200003&lng=pt&nrm=iso).
- World Health Organization/ISPCAN (2006) Preventing Maltreatment: A guide to taking action evidence. Genebra: World Health Organization.
- Zavaschi, M.L.S.(2009) *Criança e Adolescentes Vulneráveis*. Crianças vulneráveis.. Porto Alegre. Artmed.

Ormeño, G. I. R. & Williams (submetido). Children of incarcerated Women in Brazil: Vulnerability and Traumatic Experiences in their lives. *Journal of the Office of Latino-Latin American Studies*.

Children of incarcerated women in Brazil: Vulnerability and  
traumatic experiences in their lives

Gabriela Reyes Ormeño

Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams

**Abstract**

This study aims to identify some of the traumatic experiences, feelings and emotions faced by children of incarcerated women. A structured interview was conducted with 150 women incarcerated in a women's prison in the State of Sao Paulo, Brazil. These women had a total of 441 children, of which 297 were younger than 12 and average age of 7.5 years; 67.43% of the children lived with their mothers at the time of incarceration, and 15.15% had witnessed the arrest of their mothers. According to the mothers, when they were arrested in 24.02% of the cases children felt sad; and 12.79% of the children cried very much. Nevertheless, in almost 40% of the cases mothers were unable to provide information about this topic. It is important to mention that 57.3 % of the children were under the care of maternal relatives while their mothers were incarcerated, and in 20% of the cases the father of the child was also incarcerated. The mothers informed that 38.1% of the children were exposed to intimate partner violence by the father against the mother prior to incarceration. These results indicate several potential situations of vulnerability and trauma experienced by these children before, during, and after their mother's incarceration.

*Keywords:* Children of incarcerated mothers, vulnerability, imprisonment

Most of the incarcerated adults are parents, although there is no specific world estimate of how many children are apart from their caretakers due to imprisonment. In the North-American literature, it is estimated that approximately two million children have incarcerated parents and, this number encompasses, 200,000 incarcerated mothers (Greene, Haney & Hurtado, 2000; Mumola, 2000; Murray & Farrington, 2005; Murray, 2007).

In the Brazilian literature no datum is available indicating how many children are in the same condition. It is known that each male prisoner has a median of two children in

Brazil (Penitentiary Administration Secretary, 2009), but no other profile characteristics of these children are described. It is important to reinforce that the above numbers are only estimations made by agencies or entities that take care of the prisoners (Johnston, 1995; Penitentiary Administration Secretary, 2009).

Children of prisoners are a forgotten population in Brazil, both by the government as well as by academics, is reflected in the existence of few studies with this population nationwide (Kosminsky *et al.*, 2005; Santos 2006; Stella, 2006; Stella, 2009; Schilling & Miyashiro, 2008). The studies in this topic are in reduced number, the samples of participants in studies are small, and the methodology applied in most cases is based exclusively on interviews. The implementation of intervention projects with such a population is much necessary to minimize the traumatic consequences faced by these children, as well as to improve protective factors, and reduce the possible risk factors presented in the children's life, stimulating the resilience process.

For an estimate of the prison population in Brazil, data from the Ministry of Justice show that the total amount of arrested people in the country was 361,000 in 2005, this number had increased to 422,590 in 2009, and, until December of 2011, it had grown even further, to 514,582. Hence, there has been an increase of 91,992 prisoners only in the last six years (Ministry of Justice, 2011).

The same process can be seen among the female population imprisoned. According to Brazil's Secretary of Penitentiary Assistance (SAP), the female population imprisoned has increased considerably. The Ministry of Justice (2011) has shown that, in March 2008, the number of females incarcerated nationwide surpassed 27,000 prisoners, and, until December of 2011, the number had risen to 34,058, an increase of over 7,000 women in the last three years. In addition, data show that 10% of the women were pregnant by the

time they were arrested, which increases considerably the number of children in such predicament.

It is worth mentioning that the South East region of Brazil (encompassing the estates of São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais and Espirito Santo) has the highest number of females incarcerated or under police arrest (Fonseca & Ramos, 2008). The number of women in custody for the State of São Paulo, according to the Secretary of Penitentiary Assistance (SAP), was 1,630 in the year of 2008, and the number of women in custody of the Public Security Secretary (SSP) was 12,170 inmates.

The Secretary of Penitentiary Assistance of São Paulo State, characterizes the female arrested as being young, between 18 and 30 years of age in over 54% of the cases, and 90% of them having children. In addition, such women are described as single-parents. The main crimes they have committed are drug trafficking and theft.

Encarcerated motherhood involves a series of conflicts, such as separation from the children, involving not only the lack of contact between mother and child, but also the concerns about who is going to take care of the children. Children are often temporarily placed in foster care or with relatives with whom they are not attached. Needless to say that to lack proper attachment is considered critical for child development, particularly in the first years of the child's life. In addition to the attachment issues, negligence and abuse by the temporary caretakers is a common occurrence (Dalley, 2002).

Children of incarcerated parents are more predispose to experience trauma or post-traumatic stress disorder. The concept of trauma has changed in the last 30 years. Originally, it was defined as a rare and large catastrophic stressor, as originally described by DSM III. Presently, the traumatic events are not seen as rare, or occurring only once (Friedman, 2009). The Manual for Diagnosis and Statistics of Mental Disorders (DSM IV-

TR) (APA, 2002) postulates that Post-Traumatic Stress Disorders (PTSD) involves situations in which a traumatic event causes intense fear, including re-experiencing of the trauma with interference with the daily function. The Manual reinforces that children may also develop the disorder when associated with severe stress in childhood, causing behavioral problems, such as hyperactivity as well as, concentration and learning difficulties.

The main characteristics of the children whose parents have been arrested, as pointed-out by Jonshton, 1995, are: social stigma; concerns about what will be like living without his or her father or mother; anxiety; guilt; low self esteem; loneliness; feelings of abandonment by relatives and friends, eating and sleeping disturbances, attention deficit and aggression. All these characteristics place these children at risk of anti-social behavior and delinquency, when compared to children from the general population (Granham, Harris & Carpenter, 2010).

The objective of the present study is to identify some of traumatic experiences, feelings and/or emotions faced by children under 12 years of age whose mothers were incarcerated, according to reports by imprisoned mothers from, Brazil.

## **Method**

### **Participants**

A number of 150 female prisoners took part of the study; 81 of the women (54%) were imprisoned after being charged, and 69 (46%) were waiting to be sentenced. All women were in jails or detention center from the State of So Paulo.

### **Procedure**

1. Preparation to the field work

The project was submitted and approved by the University's Ethics Committee. Permission to conduct the study was subsequently requested to officials in charge of incarcerated women, in all units. It is worth mentioning that there was a significant delay to start data collection, as the project also needed approval from the Ethics Committee of São Paulo State Security Secretary, followed by approval from the Secretary of State Security, the Deputy Secretary, Adjunct Secretary and Penal Execution Judge, talking approximately six months.

Data collection involved the use of a semi-structured interview elaborated by the first author based on studies by Cunningham & Baker (2003); on reports from the World Health Organization (WHO); the International Society for the Prevention of Child Abuse and Neglect (ISPCAN) (2006); as well as information from the literature review. In general, the interview contained information on the incarcerated mothers, and their children; if mothers had pre-natal care, details about the delivery of the child; information about the current situation of the children (who had guardianship at that moment; how the news about the incarceration of the mother had been given to the children; and if the arrested women had any contact with the children). The history of abuse and traumatic experiences of mothers and children was also investigated.

## 2. Data Collection

The interviews were conducted on the detention centers where the women were held, either in the room where the inmates would receive their lawyers, or in the room for art workshops.

Interviews were conducted by the first author, and undergraduate students working as research assistants. Each interview lasted approximately one hour if the participant had more than two children, as questions were asked for each particular child.

Data was organized in Excel tables, and the *Statistical Analysis System (SAS), 2005* was utilized.

## **Results**

The 150 females had a total of 441 children; among 297 (67, 3%) of the children were under 12, and their average age was 7.5 years; *SD* 3,15. One hundred and fifty eight children were males (53,2%) and 139 (46,8%) females. Either on jails or in State Prisons, the most frequent age range of the children was among 7-9 years old. In two cases the mothers could not inform the age of their children.

In regards as to whom cared for the children, the mothers said that 57.3% of them were under the care of relatives from mother's side of the family; 21.7% of the children were with the father; 10.8% with relatives of the father; and 7.5% of the cases with others, as friends, godparents, shelters, siblings, etc., and the mother could not inform who cared for the children in 2.7% of cases. No significant statistics differences was found between caregivers and children's age. More than half of the children (57.3%) were being cared by maternal relatives. Although the number of children cared by father or paternal relatives was expressive, there was no specific relative who had more responsibility for specifically caring for the children when comparing by age range. In general, over 50% of the children remained under maternal relatives 'care, independently of the child's age, as seen on Figure 1.

In terms of residence location of the children at the moment of mother's imprisonment, 67,4% of them lived with their mother, and 15,2 % (40) of the children witnessed the arrest of their respective mothers. Figure 2 presents information on percentages of people told the children about mother's arrest, comparing this to who talked to the child after the imprisonment.

As shown in Figure 2, even if cases when the mother had contact with the child after her imprisonment, most often whoever told the child about his or her mother's arrest were relatives from maternal or paternal side of the families, with an accumulated percentage of 53.3%, instead of a health professional, for example. On the other hand, when the mother had not informed the child about her imprisonment, most often (21.4%) the child still did not know about the arrest. When the child knew about the arrest, most of the times, who had told them were maternal relatives, followed by siblings. The variables *who informed the child versus if the mother had contact to the child about the imprisonment* were compared by the chi-square distribution *and significant* difference was found (54.992),  $p < .0001$ . Thus a family member informing the child about the arrest was associated with mother having contact with the child.

Taking in to consideration that in several occasions children were present at the time of arrest or had knowledge about their mother's legal situation, imprisoned mother identified the feelings expressed by children when faced with the fact their mother was about to be imprisoned. In 24.2% of the cases, mothers reported that the children displayed sadness, and in 12.79% of the cases intense crying. It should be noted that 27.2% of the mothers could not identify the feeling expressed by the child at the time of their imprisonment.

Concerning exposure to domestic violence by the children, according to mothers, 38.1% of the children witnessed physical or psychological violence inflicted to the mother by the father. This violence was more intense in mothers who were incarcerated in State Prisons. The age range where children witnessed more violence against their mothers was from 7 to 9 years old according to participants. Thus, the more the child matured, the more physical and psychological violence combined he/she witnessed. Figure 3 presents the

different percentages of types of violence inflicted by fathers to mothers witnessed by the children versus age range.

Another difficulty faced by children was associated with father's legal situation or knowing his whereabouts. Although most parents were not imprisoned (71%); in 6.0% of the cases, the mothers could not give information about the father of their children; 0.6% of the fathers were deceased; 19.86% of fathers were imprisoned, and 2.35% of the fathers had an arrest order issued against them.

When the categories "*Has an arrest order issue against him*", "*Deceased*", "*Do not know*" are excluded, there is an association with the fact that when the father was not imprisoned, as most frequently occurred (33.6% or 1/3 of the time) the child lived with him;  $\chi^2 56458, p < .0001$ . In addition, an expressive number of children (22.8%) visited or received regular visits from their fathers on a regular basis. On the other hand, for the children whose fathers were imprisoned, most (59,3%) did not have any contact with him seen in Figure 4.

## **Discussion**

The objective of the present paper was to identify possible traumatic situations faced by children under 12 associated with their mothers imprisonment. The children faced many traumatic situations, such as exposure to violence against their mother; living with their mother at the time of her arrest; witnessing mother's arrest, and being forced to move from the home they lived in. Approximately 20% of the children had both parents in the correctional system, not having a solid protection network to rely upon.

The age range that is mostly affected by the mother's imprisonment in the present study was from 7-9 years, with 91 children involved. Such result agrees with North-

American researchers (Loper; Tuerk, 2010; Engstrom, 2008; Dallaire, 2007), reporting that the largest number of affected children was among 7-10 years of age. This is the age range in which the child is learning to work in cooperation with peers, and developing emotions which will help them deal with the frustrations on adulthood. Adverse situations such as parental imprisonment may compromise their development (Johnston, 1995; Ormeno, Maia e Williams, 2012).

Concerning the children's care while mother is incarcerated, in the North-American literature (Dalley, 2002; Engstrom, 2008), and the Spanish one (Almeda, 2003), the present study found that children were mainly cared by maternal relatives. It also found that in most cases, mothers of the female prisoner (57.3%) are responsible for caring more than one child.

Engstrom, 2008, asserts that taking care of a grandchild whose mother is imprisoned results in psychological, physical, legal and economical difficulties both for the child as for the caregiver. In addition, the relationship between caretaker and the mother imprisoned may considerably influence the relationship between the incarcerated mother and the child.

Nationwide intervention projects with the caretakers of children whose parents are imprisoned are necessary in an attempt to increase protective factors, and minimize the vulnerabilities to which these children are exposed, offering support for these families that, in addition to having to deal with an incarcerated family member also have to deal unexpectedly with one or more children (in some case with little or prior contact with the child).

It should be stressed here that in 15.1% of the cases the child witnessed their mother's arrest. If this child does not have a coherent protection network to support

him/her, feelings of injustice and anger towards the mother may occur for lack of understanding of the reason which motivated her imprisonment, as well as towards the police, who are seen as responsible for the imprisonment and, for keeping their mother away. In addition, the present study reports that 12,7% of the children displayed intense crying and 24,2% of them were very sad or upset upon mother's arrest.

If the traumatic experiences were properly treated, there is a high probability of the person overcome it, having a healthy life, without perhaps a few psychological or physical symptoms (Pesce, 2009). It is not known, however, if the identification of the mothers about their children's feelings is valid, since a fair number of them admitted not knowing which feelings their children expressed. As this situation is painful, mothers may deny it or their answers may undermine their children's feelings, resulting in a limitation of the present study.

Another serious vulnerability factor faced by the children was about witnessing the family violence perpetrated by their fathers. Being exposed to domestic violence is a predictor of child abuse, associated with physical and mental problems in children and adolescents (Williams, Padovani & Brino, 2009).

Finally, the fact that the almost 20% of the children also had an imprisoned father put them in an even more vulnerable situation. If the separation from one of the parents is potentially traumatic, what can be said about being separated from both caretakers? Holmes, Belmonte, Wentworth & Tillman, 2010 remind us that children who have one parent ill or who were admitted at the hospital are supposed to receive more help and support than children whose parents are incarcerated. (Holmes, Belmonte, Wentworth & Tillman, 2010).

According to the data from the Secretary of Penitentiary Assistance, the number of inmates in Brazil is over 500,000. Considering that most of the inmates is a parent, there are many children in the situation of having one parent in prison. How to develop intervention programs with this population if there are no records in Brazil of how many children have a mother or father in prison? How can public policies be developed to help the situation? The first step seems to identify these children and their caretakers. This should not be seen as stigmatization of this population, but a serious attempt to minimize possible traumatic situations these children may have experienced.

The North-American literature describes several characteristics on the topic of children whose parents are incarcerated, showing that an expressive number of them suffered negligence or abuse due to the fact that their parents are involved with drug use, family violence, high involvement with the criminal world, and parental separation. In addition, the studies have pointed to the possible effects caused on the different phases of development due to their parent's arrest. Finally, the program descriptions from entities dealing with this population are also found, as well as assessment of such programs. (Simmons, 2000; *North Program Children's Service Notes*, 2002; Phillips, Burns, Wagner & Barth, 2004).

In Brazil, such studies do not receive much attention by academics and the government has not been taking initiatives to support such children, opinion that is also shared by Kosminsky *et al.*, 2005; Santos 2006; Stella, 2009; Stella, 2009b; Schilling & Miyashiro, 2008.

## References

- Almeda, E. (2003). *Mulheres encarceradas*. [Incarcerated Women] Ariel. Barcelona.
- American Psychiatric Association (2002). *Diagnostic and Statistical Manual for Mental (DSM-IVTR)* Fourth edition. Washington, DC. American Psychiatric Association.
- Dallaire, D. H.(2007). Children with incarcerated mothers: Developmental outcomes, special challenges and recommendations *Journal of Applied Developmental Psychology*, (28) 15–24. doi: [10.1016/j.appdev.2006.10.003](https://doi.org/10.1016/j.appdev.2006.10.003)
- Dalley, L. P. (2002). Policy implications relating to intimate mothers and their children: Will the past be prologue? *The Prison Journal*, 82, 234-268.
- Engstrom, M. (2008). Involving caregiving grandmothers in family interventions when mothers with substance use problems are incarcerated. *Family Process*, 47 (3), 357-371.
- Friedman, M. (2009). *Post-Traumatic and Acute Stress Disorders*. Jones & Bartley Learning.
- Granham, J.A. Harris, Y.R. & Carpenter, G.J.O. (2010). The changing landscape in the american prison population: Implications for children of incarcerated parents. In J.A Granham, Y.R Harris, & G.J.O Carpenter, (Orgs.). *Children of incarcerated parents: Theoretical, development and clinical issues*. (pp. 3-19). New York. Springer Publishing.
- Greene, S., Haney, C. & Hurtado, A. (2000). Cycles of pain: Risk factors in lives of incarcerated mothers and their children. *The Prison Journal*, 80, 3-23. doi: 10.1177/0032885500080001001

- Holmes, T.R. Belmonte, R. Wentworth, W. Tillman, K. (2010). Parents “In the system”: An ecological systems approach to the development of children’s with incarcerated parents. In J.A Granham, Y.R Harris, & G.J.O Carpenter, (Orgs.) *Children of incarcerated parents: Theoretical, development and clinical issues*. (pp. 21-43). New York. Springer Publishing.
- Johnston, D. (1995). Jailed Mother. In D. Johnston. *Children of incarcerated parents*. (p.22-35) New York: Lexington Books.
- Kosminsky, E. V., Pinto, R. B. & Miyashiro, S. R. G. (2005). Filhos de presidiários na escola: Um estudo de caso em Marília – SP. [Children of inmates in school: A case study in Marilia-Sao Paulo]. *Revista de Iniciação Científica da FFC*, 5 (1/2/3), 50-65.
- Loper, A. B. & Tuerk, E. H. (2010). Improving the emotional adjustment and communication patterns of incarcerated mothers: Effectiveness of a prison parenting intervention. *Journal of Child and Family Studies* 20, 89–101.
- Mumola, C. J. (2000). *Incarcerated parents and their childrens*. Washington, DC: Bureau of Justice Statistics.
- Murray, J. & Farrington, D. P. (2005). Parental imprisonment: Effects on boy’s antisocial behaviors and delinquency trough the life course. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 46 (12), 1269-1278.
- Murray, J. (2007). The cycle of punishment: Social exclusion of prisoners and their children. *Criminology and Criminal Justice*, 7, 55-79.
- Pesce, R. P. (2009). Problemas de comportamentos externalizante na infância: A violência em foco. [Externalization behavior problems in childhood: violence in focus] (Unpublished doctoral dissertation, Public Health Graduate Program Fundação Fio Cruz, Rio de Janeiro, RJ.)

- Santos, M.V.A. (2006). Pais Encarcerados: Filhos Invisíveis. [Convicted parents: invisible children] *Psicologia Ciência e Profissão*, 26 (4), 594-603.
- Schilling, F. & Miyashiro, S. G. (2008). Como incluir? O debate sobre o preconceito e estigma na atualidade. [How to include? The debate on prejudice and stigma presently] *Educação e Pesquisa*, 34 (2), 243-254.
- Secretaria De Administração Penitenciária (2009). Acessado em fevereiro de 2012. Retrieved from <http://www.sap.sp.gov.br/>
- Statistical Analysis System. 2005. SAS: Statistical Analysis System-Getting Started with the SAS Learning Edition. Cary, NC, SAS Institute inc.
- Stella, C. (2006). Educação de filhos de mulheres presas: O impacto materno na historia escolar dos filhos. [Rearing children of incarcerated women: Maternal impact in children's school history]. Acessado em maio de 2012. Retrieved from [http://sapientia.pucsp.br//tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=169](http://sapientia.pucsp.br//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=169)
- Stella, C. (2009). Filhos de mulheres presas: O papel materno na socialização dos indivíduos [The maternal role in the socialization of individuals]. *Estudos e Pesquisa em Psicologia*. 9 (2), Retrieved from [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S180842812009000200003&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180842812009000200003&lng=pt&nrm=iso).
- Williams, L. C. A., Padovani, R. C., & Brino, R. F (2009). Empowering families to face domestic violence. EdUFSCar/PAHO: São Carlos.

## Footnotes

<sup>1</sup> São Paulo according to IBGE or Brazil's Statistics Department is the Brazilian State with higher Gross Domestic Product (GDP), representing 33% of Brazil's GDP; it has the third Human Development Index (HDI); the second income per capita; the second lowest child mortality rate of the country, and the fourth lowest literacy rate in Brazil. It has a population of approximately 41 million inhabitants, which represents 22% of Brazil's population; it is the country's most populous State and the third largest political entity in Latin America.

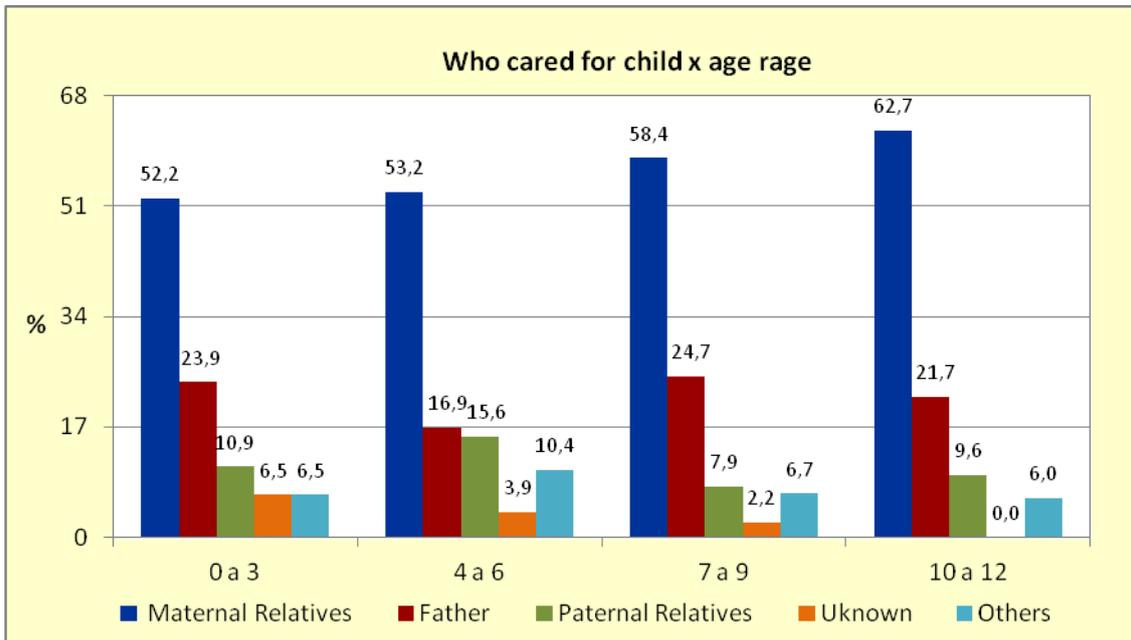


Figure 1. Caretakers of children per age range

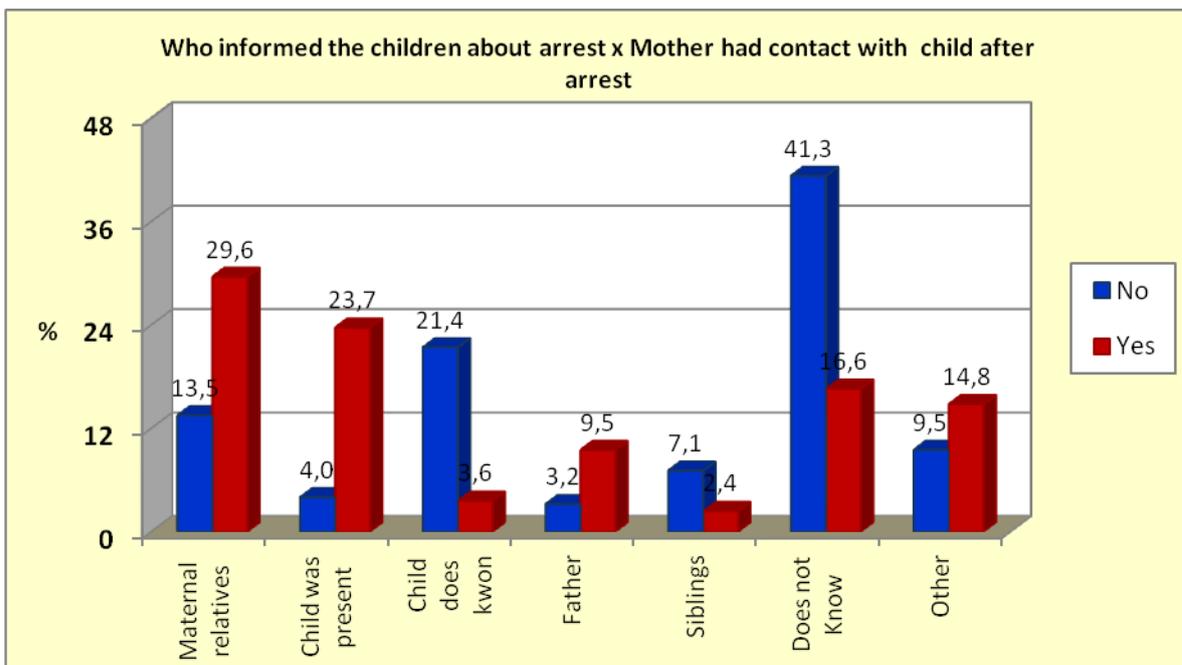


Figure 2. How the child found out about mother's incarceration

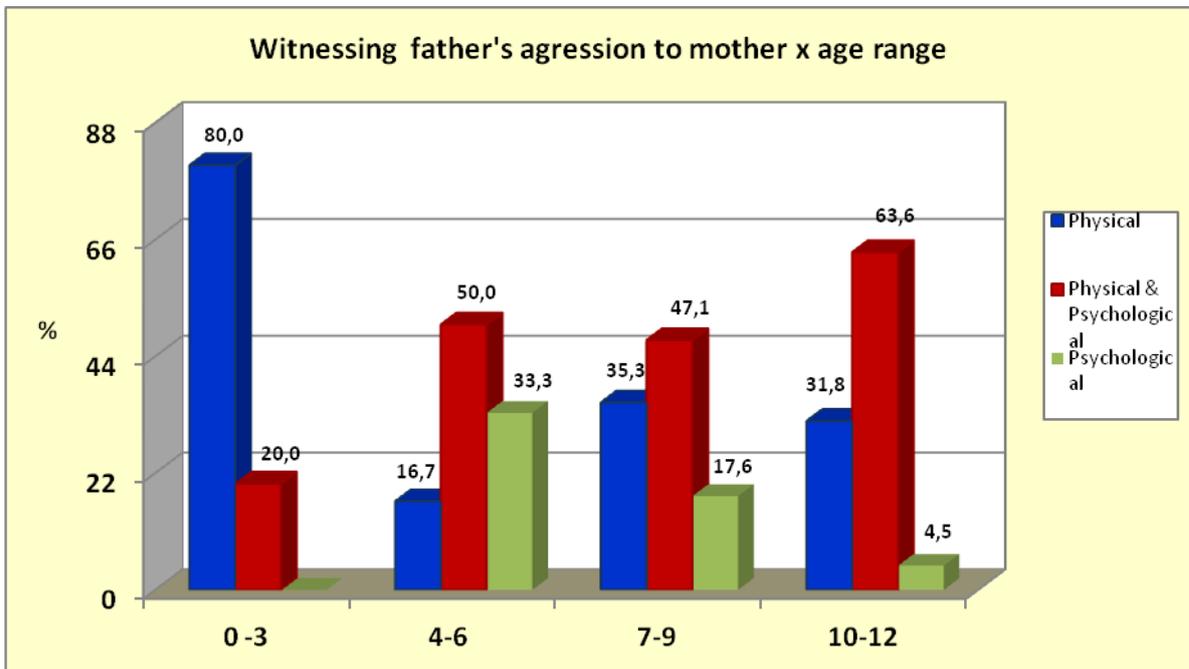


Figure 3. Child Exposure to Intimate Partner Violence.

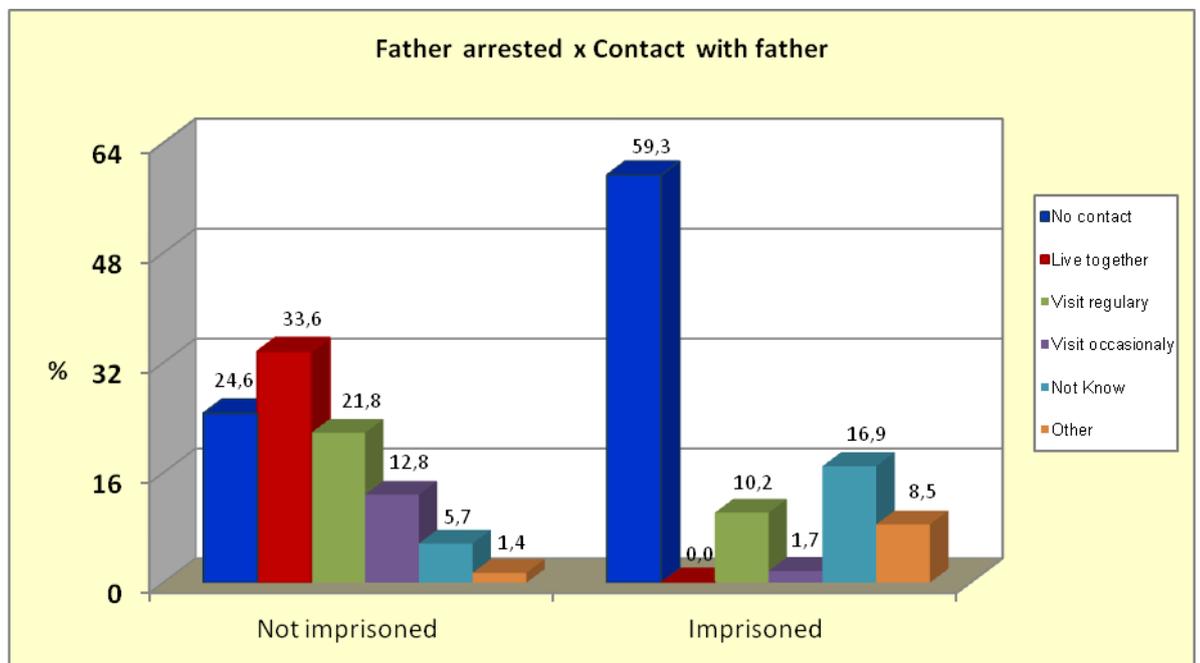


Figure 4. Child contact with father.

Ormeño, G.I.R; Alvarado, P;. & Cantera E, L.Fogo, J.C.: (submetido) Mujeres Madres Encarceladas: Concepción de Maternidad en Cárceles Paulistas.

## **Mujeres Madres Encarceladas: Concepción de Maternidad en Cárceles Paulistas**

Gabriela Reyes Ormeño,

Patricia Alvarado

Leonor Canterá

José Carlos Fogo

### **Resumen**

El objetivo de este trabajo consistió en identificar las concepciones de papel de madre para mujeres encarceladas y cuáles mecanismos utilizan para el mantenimiento de su relación materno filial. Participaron 69 mujeres madres con hijos/as menores de 12 años en cárceles del interior de San Paulo, Brasil. Fueron aplicadas entrevistas en las unidades penitenciarias para la obtención de los datos. Los resultados las caracterizan con edad media de 28 años, 60 % de ellas, con dos hijos, afro-descendientes, poca escolaridad y el delito más común uso o tráfico de drogas. Las participantes describen en 80% de los casos que su primordial preocupación está relacionada a la crianza de sus hijos: cuidar, educar, dar amor y afecto. Ellas mantienen comunicación con los/as hijos/as vía carta o visitas en 45,3% de los casos, el 44% relata que su principal plan cuando logren salir de la cárcel es, poder cuidar de sus hijos. Hay dificultad de las mujeres para asumir el rol materno bajo sus circunstancias carcelarias. Es necesario que sean revisadas las políticas, visualizándose la necesidad de desarrollar trabajos dentro y fuera de las cárceles con el fin de facilitar las obligaciones de las mujeres como madres y el vínculo materno-filial.

*Palabras claves:* Maternidad, mujeres encarceladas, prisión.

### **Abstract**

This study aims to identify the conceptions of imprisoned mother's role and which mechanisms use for the maternal maintenance of his subsidiary relation. 69 incarcerated mothers with children younger than 12 years in jails of the interior of San Paulo, Brazil. Interviews were applied in the units. The results characterize the participants, with middle age of 28 years, 60 % has, two children, African progeny, little schooling and the most common crime use or traffic of drugs. The mothers describe in 80 % of the cases their essential worry is related to the upbringing of hers children: to take care, to educate, to give love and affection. They support communication by letter or visits in 45,3 % of the cases, 44 % reports that her main goal when leaving jail is to be able to take care of her children. Women found it difficult to assume the maternal role under there circumstances. It is necessary that policies are to examined, visualizing the need to develop intervention work inside and out of the jails in order to facilitate of the women's and fostering attachment.

*Key words:* Maternity, imprisoned women, prison.

El aumento de la población reclusa en el mundo se muestra alarmante. Para tener una idea del universo carcelario en Brasil, los datos del Ministerio de Justicia del país muestran que en 2005 la población reclusa total era de 361.402. En 2007, aumentó a 422.590 personas presas, y en junio de 2011, este número aumentó a 513.802, lo cual significó un aumento de 152.400 prisioneros/as en los últimos seis años. (Ministerio de Justicia, 2011). Con respecto a las mujeres encarceladas, el Ministerio de Justicia señaló que en marzo de 2008 el número en todo el Brasil, superó 27.000 reclusas y en junio de 2011 fue de 35.596, un aumento de más de 8.500 mujeres en los últimos tres años.

Fonseca y Ramos (2008) señalan que la región Sudeste de Brasil, región más rica del país es la que tiene el mayor número de mujeres reclusas, tanto en el sistema de administración penitenciario (SAP) como en el sistema policial (SSP). En el año 2000, el número de mujeres bajo custodia de la (SAP) fue de 1,630 mujeres ya en junio de 2011 el número de mujeres bajo custodia de la Secretaría de Seguridad Pública (SSP), y de la SAP era de 12.170 presas, sólo en el Estado de São Paulo.

Basándose en los informes oficiales del gobierno y estudios académicos, podemos caracterizar a la mujer presa brasilera como joven, con bajos niveles de educación en promedio de seis años de estudio, jefa de familia monoparental, generalmente de descendencia africana y condenada por un delito en el ámbito del tráfico de drogas. En cuanto a la estructura familiar, a pesar de la ausencia de datos, se puede estimar de acuerdo con su perfil que un gran porcentaje de las mujeres encarceladas son madres de al menos un hijo/a. (Secretaría de Administración Penitenciaria 2005; Ormeño, D'Affonseca & Williams, 2012).

El hecho de ser mujer y madre pueden ser factores por el cual estar presa. Se ha estudiado que en algunos casos la necesidad de proporcionar mejores condiciones para los niños/as en un entorno de recursos escasos; las puede conducir a participar en actividades

ilícitas como la participación en el tráfico de drogas y malversación de fondos (mediante la emisión de cheques sin fondos) para el pago de las deudas que acarrea mediante su rol de proveedora en el grupo familiar (Ferraro & Moe, 2003).

En la literatura americana hay un vasto universo de investigaciones e intervenciones con mujeres madres privadas de libertad, trabajos abordados con ellas, sus hijos/as y familiares. Uno de los estudios más referenciado es el de Block & Potthas (1998) donde se discute sobre el programa "Girl Scouts Beyond Bars" (niñas tras las rejas). Este programa además de ofrecer la oportunidad a las niñas de visitar a sus madres semanal o mensualmente; permite a las madres participar de sesiones donde se abordan temas que posibilitan tener una vida familiar exitosa después de la liberación facilitando así el ser re-integradas en un mercado laboral, y manejar asuntos como el ejercicio de habilidades de liderazgo, resolución de problemas y crianza de los hijos/as.

Otro punto abordado en las reuniones entre madres e hijas es la discusión de temas como la vida familiar, la prevención de la violencia de género y el abuso de drogas. El programa ha demostrado su eficacia, ayudando a las mujeres madres a continuar su rol materno, incluso durante el período de encarcelamiento. Polheman (2005) busca ampliar el conocimiento sobre niños/as y jóvenes que son afectados por la madre estar cumpliendo condena, tratando de aumentar el potencial de resiliencia en las relaciones de los/as niños/as que han experimentado alteraciones drásticas e importantes en su cuidado. Los resultados de la muestra apuntaron que en el 63% de los casos los/as niños/as tenían relaciones inseguras; mostrando así la necesidad de trabajar más con los hijos/as de estas mujeres y sus familias así como de desarrollar investigaciones longitudinales en esta población.

El estudio realizado por Loper y Tuerk. (2010), midió la eficacia de clases para las madres encarceladas para ayudarles a lidiar con el estrés de la separación con sus hijos/as y para mejorar la comunicación entre ellas, los niños/as y sus cuidadores.

A nivel europeo, España es el país con mayor número de mujeres encarceladas (5.288) o 7.25% del total de la población carcelaria española, (Ministerio del interior 2012). Sin embargo cabe apuntar que la media de encarcelamiento femenino en la Unión Europea es del 3% por cada 100, 000 habitantes. En la investigación española desarrollada por Almeda (2003), describe que las mujeres que tienen hijos/as fuera o dentro de la cárcel, sufren cuando están junto a ellos/as y en el caso de los hijos/as que están fuera de la institución por no poder tener una convivencia. Es importante apuntar que en muchos casos los/as hijos/as están con la custodia de familiares de la mujer, lo cual facilita el contacto con sus hijos/as, aunque a menudo pueden ser enviados/as a las instituciones distanciándose completamente de ellos/as.

Las investigaciones que abordan la temática de la maternidad en Brasil se presentan de una forma modesta y con muestras pequeñas lo que impide una generalización del problema, sin embargo, nos ilustran una visión general de la situación de esta población. El estudio realizado por Pinto (2003) señala que después del período de lactancia materna, los niños/as son entregados a la familia, y si la mujer presa no tiene parientes, el niño/niña es entregado/a a entidades de protección, que a menudo no están preparadas para manejar las necesidades de estos niños/as, esto deja a las mujeres en un estado de alta vulnerabilidad, al no saber cómo se encuentran sus hijos/as y al mismo tiempo al no poder ejercer su maternidad. Por último, en el estudio de Giordani y Bueno (2001) señalan que las mujeres vivencian la maternidad como una forma de continuación de la especie y de realización personal, además de eso, demuestran que la separación de sus hijos/as les trae dolor, tristeza, soledad, angustia, nostalgia, pérdida y arrepentimiento por la situación de

encarcelamiento, sin embargo, pensar en los niños/as las ayuda a hacer frente a las situaciones de adversidad en su experiencia de cárcel.

En el contexto jurídico brasileño, cabe señalar que según la aplicación de la ley penal las cárceles están diseñadas para los/as reclusos/as que aún no han sido juzgados/as y las penitenciarias para quienes cuyas sentencias han sido dictadas. Aunque en la práctica esto no ocurre siempre debido a la sobrepoblación del sistema carcelario; actualmente Brasil tiene un déficit de alrededor de 83 mil plazas sólo en el estado de Sao Paulo. (Folha de São Paulo, 2012).

En este artículo intentaremos reflexionar en torno al rol materno de las mujeres que se encuentran en centros carcelarios, donde nos surgen los siguientes cuestionamientos, ¿cuál es el concepto del papel de madre para estas mujeres? y ¿cuáles son los mecanismos que estas mujeres utilizan para ejercer su rol materno desde la prisión?

De esta forma el objetivo de este trabajo consistió en identificar las concepciones de papel de madre para estas mujeres y los mecanismos que utilizan para el mantenimiento de su relación materno filial.

## **Método**

### **Participantes**

La muestra está compuesta por 69 mujeres madres con hijos/as menores de 12 años que estaban en régimen cerrado en cuatro cárceles de cuatro ciudades del interior del Estado de Sao Paulo<sup>1</sup>, Brasil. Las mujeres madres pueden caracterizarse por ser jóvenes (edad media 28.7 años, DP 6,58), afro-descendientes en el 67,11% de los casos, aproximadamente la mitad de la muestra tenía una relación matrimonial y la otra mitad no la tenía. Las madres poseían poca educación (57,97% de estos casos sólo había asistido

a un máximo de 4 años de escuela primaria) y el delito más común son los relacionados a la salud pública.

### **Procedimiento e instrumentos**

Cabe señalar que este trabajo forma parte de una investigación más amplia, sin embargo, para efecto de este artículo; presentamos los datos que nos permiten responder a la situación vivida por estas mujeres relacionadas a su rol materno. Todas las consideraciones éticas se han cumplido, siendo aprobado por el comité de Ética en Investigación con Seres Humanos (CEP) de la Universidad Federal de Sao Carlos, São Paulo, Brasil con o CAAE 0016.0135.000-09.

Para realizar el estudio se estructuró una guía de entrevista realizada por la primera autora con base en los estudios de Cunningham y Baker (2003), el informe de la Organización Mundial de la Salud (OMS), la Sociedad Internacional para la Prevención del Abuso y la Negligencia ISPCAN (2006) y en los datos de la revisión de la literatura norteamericana.

Las entrevistas fueron aplicadas en los propios centros penitenciarios donde se encontraban las mujeres, específicamente en la sala dedicada a recibir a sus abogados/as, efectuadas con el permiso de las autoridades competentes durante el horario de baño de sol<sup>2</sup>. Las informantes respondieron sobre preguntas relacionadas a ellas y cada uno de sus hijos/as, siempre que estos fueran menores de 12 años.

### **Resultados**

En primer lugar, contextualizaremos la situación general de las mujeres madres y sus hijos/as, así como el local donde se efectúa el cuidado de los/as niños/as; luego

describiremos las formas y proyecciones del desarrollo del rol materno bajo situación de cárcel.

Los datos a continuación están relacionados con 69 mujeres madres y sus hijos/as. Poco más del 60% de las mujeres encarceladas tienen hasta dos niños/as, y este porcentaje se eleva a casi el 80% teniendo en cuenta las mujeres con un máximo de tres hijos, además con una variación de 1 a 7 hijos/as por mujer. Considerando que en el estudio se obtuvieron informaciones acerca de los niños/as menores de 12 años, los siguientes datos serán relativos a 152 niños/as. Con respecto al sexo de los/as hijos/as en el 45,39% (69) eran del sexo femenino y el 54,61% (83) eran del sexo masculino. El promedio de edad de los/as niños/as fue de 7,3 años. La Figura 1 muestra el número de hijos/as por participante.

Con respecto al local en el que están los/as hijos/as de las participantes, la familia inmediata de la madre aparece en el 48,69% de los casos, el padre aparece en 21,05% y los parientes paternos del 16,45% de los casos. Destacamos en este caso, la baja frecuencia de hijos/as destinados/as con personas ajenas a la familia como por ejemplo: los/as amigos/as, el régimen de adopción u otros.

Cuando a las mujeres se les preguntó acerca de lo que es el papel de una madre, las respuestas apuntan a dos grupos importantes de elementos. En el primer grupo, la primordial preocupación se refiere a actitudes de crianza de los hijos/as, como cuidar, educar, dar amor y afecto. Con relación al segundo grupo, los elementos como "prestar atención" y "estar presente", que todavía se refieren al acto de suplir las necesidades del niño/a. Estos dos grupos representan más del 70% de los ítems contestados, demostrando claramente la preocupación de las mujeres madres con este aspecto en su función materna, es decir, el cuidado y la educación de los niños/as de forma presencial. También aparece "estudiar", con sólo tres respuestas; a pesar de que puede incluirse en "educar". En

lo que respecta a otras categorías que aparecen con el 7,89% de las respuestas se observa que son situaciones relacionadas a como ellas ejercen su maternidad, tales como no agredir, dar disciplina, entre otros.

Al analizar cómo estas mujeres experimentan su maternidad, a partir de sus relatos se percibe que la gran mayoría de las reclusas, es decir el 80%, mantiene comunicación con los/as hijos/as. Entre las formas de contacto con los niños/as; se destacan las cartas, visitas o ambos, en un total del 66,7%, es decir, que cada dos de tres mujeres utilizan esta forma de comunicación.

En cuanto, a la comunicación que estas mujeres mantienen con sus hijos/as a través de las visitas, las reciben con una frecuencia de más o menos 45,3%; mientras que un mayor porcentaje de mujeres no tienen acceso a los niños/as (52,7%). Sin embargo, con las mujeres que reciben visitas de los/as niños/as, las frecuencias moderadas y altas, se dan en un poco más de un tercio de los casos. Cabe señalar que se considera alta, de dos a tres visitas al mes, moderado, una o dos veces al mes, bajos, una vez cada tres meses y muy poca, corresponde una vez al año.

Finalmente, otra manera de vivir su maternidad es respecto a como estas mujeres madres planifican su futuro. La Figura 2 muestra cuáles son las perspectivas que ellas tienen con respecto a sus proyecciones al salir de prisión:

Se observa que el cuidado de los niños/as es el principal plan de las mujeres madres al salir de la cárcel, con el 44% de las respuestas que mencionan su papel de madre bajo esta categoría; luego sobrevienen como perspectivas un nuevo trabajo y el cambio de vida, con respectivamente, 14,8% y 13,5% de las respuestas.

## Discusión

Aunque se trata de un estudio exploratorio es evidente la necesidad de trabajar con estas mujeres en el afrontamiento de las dificultades durante el encarcelamiento sobre su maternidad. Con relación a las principales características socio demográficas de las mujeres madres encarceladas, se coincide con los de la literatura estadounidense (Greene, Haney y Hurtado, 2000; Dalley, 2002; Craig, 2009; Johnston, 1995) y los datos de Lima de 2006, en Brasil. En este contexto, cabe destacar que en la mayoría de la población penitenciaria brasileña, las mujeres no poseen un perfil penitenciario peligroso (Lima, 2006; Costa, 2003 Carvalho, 2007; Canazaro & Argimon, 2010) sino que más bien muchas de ellas llegan al delito dada su situación de vulnerabilidad; bajo esta premisa intentamos dar respuesta a las preguntas planteadas en el presente artículo, referidas a la concepción de las mujeres en torno al rol materno y los mecanismos empleados para ello en su situación carcelaria.

Cabe aclarar en lo que respecta a cuestiones relacionadas con las mujeres que tienen conocimientos sobre el cuidado y la crianza de los niños/as, los datos de este estudio difieren de los hallazgos estadounidenses que señalan que las mujeres pierden contacto con sus hijos/as debido a problemas existentes antes de la encarcelación, como malos tratos y negligencia, etc. (Dalley, 2002).

Adentrándonos a la concepción del ser madre, en las mujeres de la muestra se perciben actitudes atribuidas al rol materno asociado a los cuidados de sus hijos/as en forma presencial. Siguiendo a Igareda (2009), vemos que en ellas existía el ideal tradicional del ser madre, a través de una creencia estereotipada asociada a la figura de cuidadora, encargada de las labores domésticas y de cuidado de sus seres queridos; con independencia a que se hubiera asumido este rol previamente.

Teniendo en cuenta la información proporcionada por las mujeres madres sobre sus hijos/as, donde ellas gustan de acompañar el crecimiento de sus hijos/as, vemos la modalidad de estar recluidas en cárceles<sup>3</sup>, y no en penitenciarías<sup>4</sup>, facilitaría vínculos más estrechos con sus hijos/as. Las penitenciarías están a menudo lejos de sus residencias, donde los/as familiares y los niños/as además de tener dificultades económicas para trasladarse, viajan varias horas, tienen largas esperas en filas hasta la abertura de las puertas de la penitenciaría, así como muchas veces en las carreteras piden ayuda a los conductores para poder llegar hasta su lugar de destino. Finalmente, en la “penitenciaría”, tienen que pasar por muchas situaciones y el registro de revistas humillantes como sacarle los pañales para los niños menores, por cuestiones de seguridad además de enfrentar el lenguaje ríspido y agresivo de los agentes penitenciarios (Santos, 2006).

Los datos brasileños, estadounidense y españoles, demuestran que la gran mayoría de los niños/as permanecen con su familia materna. En esta investigación en el 48,69% de los casos, por tanto se hace imprescindible las intervenciones con los/as cuidadores/as y los niños/as. Como ha señalado Pohelman (2005), se requiere prestar apoyo a las familias afectadas por el encarcelamiento materno, especialmente en los esfuerzos encaminados a promover la estabilidad de los/as niños/as en los nuevos entornos; así como la autora destaca la importancia de las investigaciones longitudinales para entender mejor a esta población.

En cuanto a los mecanismos que ellas han adoptado para asumir el rol materno bajo sus circunstancias carcelarias, se evidencian estrategias como la comunicación vía carta, visitas o construyendo planes para el futuro con sus hijos/as; visualizándose de esta forma la necesidad de desarrollar un trabajo dentro y fuera de las cárceles con el fin de mantener esta práctica. Así mismo se requiere tener presente, que están marcadas por el estigma social, en el cual ellas no sólo violaron las normas jurídicas, sino también

por romper reglas sociales de su feminidad, y no ejercer adecuadamente su función materna bajo estos parámetros. (Dodge & Pogrebin de 2001; Almeda, 2003).

Con respecto a las visitas que los/as niños /as hacen a sus madres, la literatura estadounidense sobre las mujeres encarceladas apunta a que la relación madre-hijo/a es más positiva cuanto mayor es la frecuencia de las llamadas telefónicas con sus hijos/as mayores. Por otra parte, cuando habían relaciones conflictivas entre los/as cuidadores/as y las madres, ellas reportaron tener un contacto menor con sus hijos/as. (Poehlman, 2005).

En este ámbito, es importante destacar que el régimen de visitas y su frecuencia es fundamental para el mantenimiento del vínculo materno filial, siendo relevante el análisis particular de los casos cuando se producen las visitas, así como su evaluación al aprovecharse este recurso (Igareda, 2009). En este sentido, cabe tener presente las implicaciones del proceso de estigmatización que rodean las circunstancias de difusión del delito con los/as hijos/as y su entorno cotidiano (Alvarado & Cantera 2009).

Además de la importancia de tener en cuenta las consecuencias de este proceso; en esta investigación se observa que las mujeres madres encarceladas tenían múltiples experiencias traumáticas en el proceso de readecuación de su rol materno, repercutiendo en ellas en algunos casos la pérdida de la relación y poco contacto con los/as niños/as durante este tiempo de encarcelamiento. Sin establecer una relación causa efecto afirmamos que el ejercicio de la maternidad para estas mujeres se convierte en un factor de protección para ellas y para los niños/as. (Pohelman, 2005).

En síntesis, tanto las concepciones tradicionales del ser mujer, las dificultades en torno a las forma de adaptarse al nuevo ejercicio de su maternidad, repercuten en consecuencias para ellas. Haciéndonos eco de las palabras de Almeda (2002) *“las mujeres presas tienen más responsabilidades familiares, y la angustia de estas responsabilidades durante el encierro, hace más penosa su estancia”* (Almeda, 2002, pp.234).

Se destaca que a pesar de que estas mujeres experimentan su maternidad en prisión de la mejor manera posible; para trabajos futuros sería necesario llevar a cabo la investigación, tanto en la cárcel como en las penitenciarías con el fin de contrastar los datos. Por otra parte, revisar las políticas en los centros penales a fin de plantear propuestas para mejorar la comunicación en la relación materno filial, beneficiando tanto a las mujeres madres para ejercer su maternidad y a los niños/as que tengan contacto con una de sus principales referencias, como es su madre.

### Referências

- Almeda, E. (2002). *Corregir y castigar. El ayer y hoy de las cárceles de mujeres*. [Correct and punish: Yesterday and today of women's prison]. Ediciones Bellaterra: Barcelona.
- Almeda, E. (2003). *Mulheres encarceradas*. [Incarcerated Women] Ariel. Barcelona.
- Alvarado, P. & Cantera, L. (2009). *Mujeres y Delito de Lesiones: Una mirada desde la Perspectiva Teórica de Género*. [Women and crime of injury: A look from the theoretical perspective of gender] Tesina no publicada de Facultad de Psicología. Programa de Máster en Psicología Social. Barcelona.
- Block, K. J. & Potthast, M. (1998). Girl Scouts Beyond Bars: facilitating parent-child contact in correctional settings. *Child Welfare* (5), 561-78.
- Canzaro, D. & Argimon, L.I. (2010). Características, sintomas depressivos e fatores associados em mulheres encarceradas no Estado do Rio Grande do Sul. [Characteristics, depressive symptoms, and associated factors in incarcerated women]

in the State of Rio Grande do Sul, Brazil] *Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro*. 26 (7), 1323-1333. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2010000700011>.

Carvalho, F. O. (2007) Desenvolvimento, mulheres e criminalidade: Uma análise dos relatos das presidiárias detidas por envolvimento com tráfico de drogas na cadeia pública de Montes Claros. [Development, women and crime: Analysis of report of womwn held for involvement with drug trafficking in the public prison of MontesClaros]. Tesina de mestrado no publicada de la Universidade Estadual de Montes Claros- MG.

Craig, S.(2009). A Historical Review of Mother and Child Programs for Incarcerated Women. *The Prison Journal*, 89, 35-53. [doi.org/10.1177/0032885508329768](http://doi.org/10.1177/0032885508329768).

Costa, I. B. (2003) Mães encarceradas: Onde estão seus filhos? Um estudo de caso de uma unidade prisional de Recife-Pernambuco. [Incarcerated mother: Where are your children? A case study of prison unit in Recife- Pernambuco] Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica. Universidade Federal de Viçosa.MG.

Cunningham, A. & Baker, L. (2003). *Waiting for Mommy: Giving a voice to the hidden victims of imprisonment*. London, Canada. Center for Children and Families in The Justice System.

Dalley, L. P. (2002). Policy implications relating to intimate mothers and their children: Will the past be prologue? *The Prision Journal* ,82, 234-268. doi: <http://dx.doi.org/10.1177/003288550208200205>.

- Dodge, M. & Pogrebin, M. R. (2001). Collateral Costs of Imprisonment for Women: Complications of Reintegration. *The Prison Journal*, 81 (1), 42-54.  
<http://dx.doi.org/10.1177/0032885501081001004>.
- Greene, S.; Haney, C,& Hurtado, A. (2000). Cycles of pain: Risk factors in lives of incarcerated mothers and their children. *The Prison Journal*, (80), 3-23.  
<http://dx.doi.org/10.1177/0032885500080001001>
- Pinto, P.E.M. (2003). As mães do Bom Pastor: A condição materna da mulher presidiária. [Mother of good shepherd: The maternal condition of convict woman]. Tesina de Mestrado. Programa de Pos Grado en Psicologia. Universidade Católica de Pernambuco. PE.
- Ferraro, K. J. & Moe, A. M. (2003). Mothering, crime, and incarceration. *Journal of Contemporary Ethnography*, 32 (1), 9-40.  
<http://dx.doi.org/10.1177/0891241602238937>
- Fonseca, D. L.G. & Ramos, L.S. (2008). A feminilidade encarcerada: O sistema prisional feminino no Brasil. [Femeninity incarcerated: The female prison system in Brazil] *Direitos Humanos no Brasil 2008: Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos*. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. Folha de São Paulo, 2012).
- Giordani, A. T. & Bueno, S.M.V. (2001) A maternidade para mulheres detentas e a transmissão de DST/AIDS. [Motherhood for women inmates and the transmission of DST/AIDS]. *Jornal Brasileiro de doenças sexualmente transmissíveis*, 13 (6), 12-24.

- Igareda, N. (2009). La maternidad de las mujeres presas [The maternity of women in prison]. En Nicolás, G. & Bodelón, E. (Comps). *Género y dominación. Críticas feministas del derecho y el poder*. pp.159-194: Anthropos. Barcelona.
- Johnston, D. (1995). Jailed Mother. *Children's of incarcerated parents*. New York: Lexington Books.
- Lima, M. (2006). Da visita íntima à intimidade da visita: A mulher no sistema prisional. [Intimate visit to the intimacy of the visit: Women in prison system] Tesina de Mestrado. Faculdade de Saúde Pública. Universidade de São Paulo. SP
- Loper, A. B. & Tuerk, E.H. (2006). Parenting Programs for Incarcerated Parents Current Research and Future Direction. *Criminal Justice Policy Review* ,(17) 407-427.  
<http://dx.doi.org/10.1177/0887403406292692>
- Santos, M.V.A. (2006). Pais Encarcerados: Filhos Invisíveis. [Convicted parents: invisible children] *Psicologia Ciência e Profissão*, 26 (4), 594-603.
- Ministerio del Interior (2012). Acesado en febrero de 2012. Disponible en <http://www.mjusticia.gob.es>
- Ministério de Justiça (2012). Acesado en febrero de 2012. Disponible en <http://portal.mj.gov.br>
- Ormeño, G.R. D'Affonseca. S. & Williams, L.C.A (Submetido). O que sabemos sobre mulheres encarceradas: uma revisão da literatura [What we know about incarcerated women: a review of the literature]

Poehlmann, J. (2005). Incarcerated mothers' contact with children, perceived family relationships, and depressive symptoms. *Journal of Family Psychology, 19* (3), 350-357. <http://dx.doi.org/10.1037/0893-3200.19.3.350>

Secretaria de Administração Penitenciária (2009). Acesado em agosto de 2011. Disponible en: <http://www.sap.sp.gov.br>

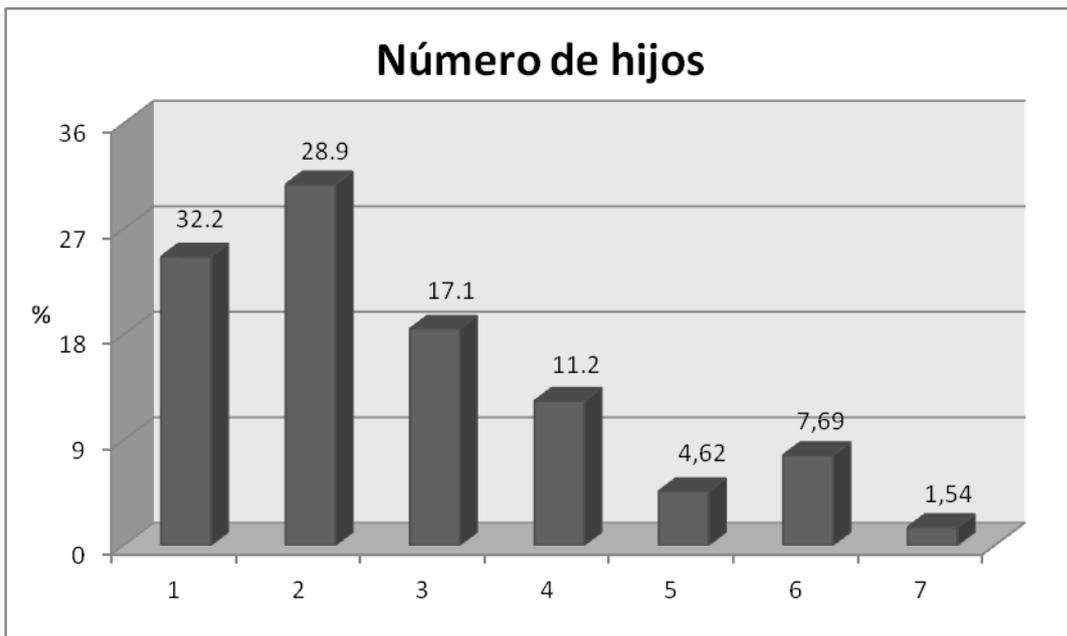
#### Notas

<sup>1</sup> San Paulo es el estado brasileño con el producto interno bruto (PIB) más alto, del Brasil, representando el 33% del PIB Brasileiro; tiene el tercer índice de desarrollo humano (HDI); los segundos ingresos per cápita; la segunda tasa de mortalidad infantil más baja del país y el cuarto alfabetismo más bajo en Brasil. Tiene una población de aproximadamente 41 millones de habitantes, que representa al 22% de la población del Brasil; es el estado más populoso del país y la tercera entidad política más grande en América Latina.

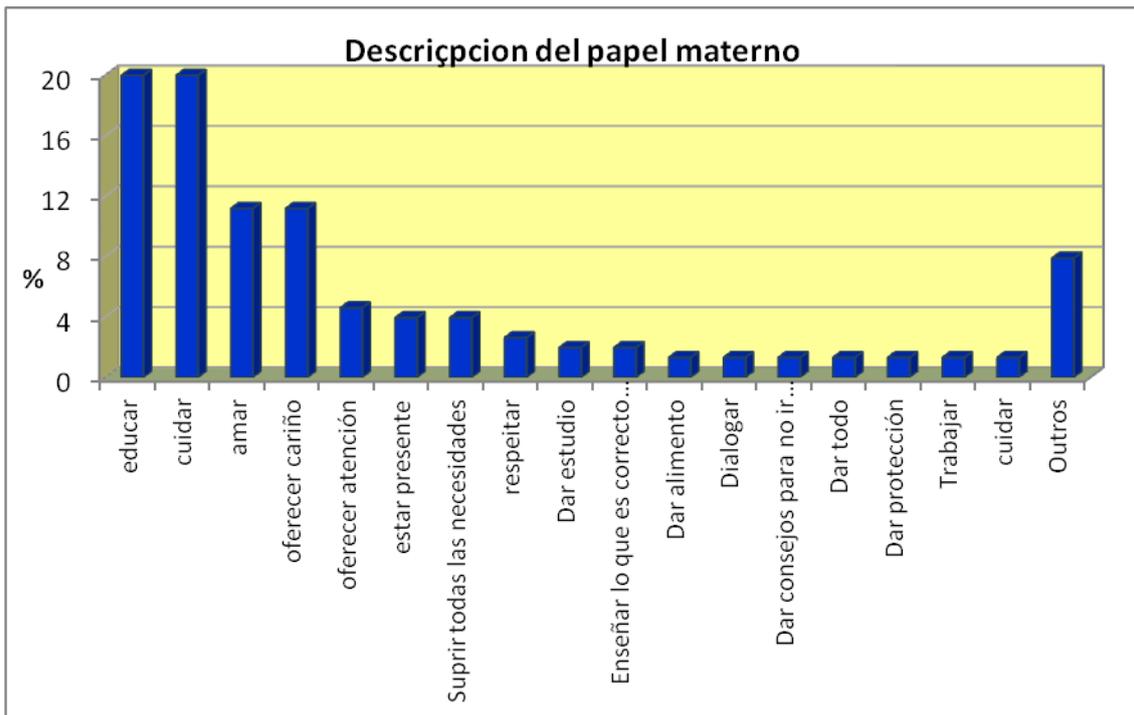
<sup>2</sup>Momento en que las mujeres salen de sus celdas y se dirigen al patio de la cárcel, esta situación ocurre todos los días entre las 15:00 y 17: 00 horas.

<sup>3</sup> Cárceles son centros de reclusión temporera

<sup>4</sup>Penitenciaria centros de reclusión donde las encarceladas ya están cumpliendo condena



*Figura 1.* Número de hijos/as por participantes.



*Figura 2.* Descripción del papel materno, segundo as participantes do estudo.

Ormeño, G. I.R. ; Brancalhone, P. ; Fogo, J.C. & Williams,L. C. A (no prelo). Natalidad en reclusas brasileiras. Revista Victimologia.

# Natalidad en reclusas Brasileñas

Gabriela Reyes Ormeño

Patricia Brancalhone

Jose C. Fogo

Lúcia C.A.Williams

## Resumen

Gran parte de la población carcelaria femenina tiene una edad media que corresponde a la edad reproductiva de la mujer y por lo tanto muchos de los casos de embarazos ocurren durante el período de encarcelamiento. El objetivo del estudio era investigar la edad de la madre brasileña encarcerada cuando quedaron embarazadas, así como el número de hijos que tenían. Los datos obtenidos corresponden a 152 madres encarceladas entrevistadas en cárceles y penitenciaria de las 152 del Estado de São Paulo, Brazil. Resultados indicaron que el promedio de edad del primer embarazo fue de 16,62 años. El embarazo se produjo simultáneamente al encarcelamiento para 25,49%, de las mujeres, mientras que en el momento de la recogida de datos, 4 mujeres (2,61%) estaban embarazadas. En cuanto a la planificación del primer embarazo, el 73,2% de las mujeres dijeron que el embarazo no fue planeado y el 26,8% dijo que había planeado el momento de la maternidad. La falta de planificación del embarazo y la ocurrencia de tal encarcelamiento concurrente al encarcelamiento puede afectar la relación madre-hijo y son cuestiones que deben ser analizadas por los organismos competentes, a fin de preservar el sano desarrollo de los niños/as involucradas.

## Abstract

Most women in jail are in their reproductive age and, as result, many pregnancies happen at the same time of their imprisonment. The goal of this study was to investigated the age Brazilian incarcerated mother were when they became pregnant as well as the number of children they had. Data was by collected by interwieng with 152 mother who were incarcerated in São Paulo Estate, Brazil. Result indicated that, in average, women's first pregnancy was at age of 16.62. A pregnancy occurred at the same time of the imprisonment for 25,49% of the women, and during the data collection, 4 (2.61%) were pregnant. In terms of family planning for the first pregnancy, 73,2% women said that did not plan the pregnancy, informed and 26.8% informed they had planned. Lack of family planning and the occurrence of pregnancies co-occurring with imprisonment frequently may affect the relationship between mother and child. These are important issues to be analysed by stakeholders in order to preserve a healthy development of the children involved.

La población reclusa femenina ha aumentado en el Brasil, siendo la región del Sudeste que tiene el mayor número de mujeres encarceladas, tanto en las prisiones y de la policía (Ferrari, 2010; Fonseca y Ramos, 2008). En 2000, el número de mujeres fue arrestado 11, 853 en São Paulo y en junio de 2012, el número de presos en Brasil fue de 549.577 y 36.099 población femenina.

Estas mujeres pueden caracterizarse por ser jóvenes, en promedio de 29 años, con bajo nivel de estudios, más del 60% asistió a tan sólo 4 años de educación formal son predominantemente no blancas y con hijos/as. La principal razón de encarcelamiento fue generalmente el tráfico droga (Ferrari, 2010, Costa, 2003; Ormeño & Williams 2011).

La literatura de Americana (Bloom, 1995; Greene, Haney y Hurtado, 2000; Dalley, 2002; Craig, 2009;) también describe a la mujer presa como jóvenes, y en el 80% de los casos tienen hijos/as; dos tercios de ellos son menores de 18 años y vivían con ella en el momento de su encarcelamiento. Teniendo en cuenta los indicadores internacionales y nacionales que indican que las mujeres encarceladas suelen tener los niños, es indispensable para hacer frente a la situación conocer las condiciones de maternidad en estas mujeres.

Hay una ausencia de políticas penitenciarias específicos para las mujeres presas en el Brasil, y con frecuencia su situación es degradante. (por ejemplo, tener un parto experimentado con esposas y recordar que el embarazo es un período de mayor vulnerabilidad. Según Ferrari (2010), la Secretaría de Políticas para la Mujer y el Ministerio de Justicia en colaboración Grupo de Trabajo Interministerial, después de evaluar la situación del sistema de la cárcel de mujeres, propuesta en 2008, varios cambios, haciendo hincapié en la necesidad de una protección total mujer y el bebé. Algunas de estas sugerencias fueron parto en el ala de asistencia diferenciada, en atendimento en hospitales

públicos, el registro recién nacido proporcionada por el equipo de salud, permanecer con el niño hasta la edad de 3 años, guardería de tiempo completo, entre otros.

Este trabajo tiene como objetivo investigar la edad gestacional y el número de niños, ya que son dos variables centrales maternidad de fin de contribuir al conocimiento de las características de esta población.

## Método

### Participantes

El estudio incluyó a 152 mujeres presas, de las cuales 83 fueron encarceladas en una penitenciaria<sup>11</sup> y 69 en cuatro cárceles, todas las instituciones ubicadas en el estado de São Paulo, Brazil.

Con respecto a los datos sociodemográficos de las madres, participantes en este estudio, la edad media fue de 28,9 (SD = 6,4); con respecto al estado civil, 40,1% eran solteras, el 34,2% en régimen estable, un 9,9% divorciadas, 6,6 % casadas y 4,6%, separadas o viudas. En cuanto a la etnicidad 51,3% dijeron que eran Mulatas, seguido por el blanco con el 32,9%, 12,5% negro, 2,6% y 0,7% de indígenas. La mayoría (73,7%) tenían poca educación formal (60% de ellas habían asistido a la escuela sólo hasta 4 grado y el 13,7% completó el octavo grado de la escuela primaria). El ingreso osciló US\$ 10.00 a US \$ 5,000.00, mensuales, el 46,7% de las participantes no reportaron ingresos, y el 22,4% ganaba hasta \$250.00 dólares al mes.

### Procedimiento

El proyecto fue presentado por primera vez al Comité de Ética de la Universidad Federal de São Carlos y aprobado, (el número del proceso CAAE 0016.0135.000-09). A

---

<sup>11</sup> Prisiones: Centros donde las mujeres están ya condenadas y cumplen sus condenas

continuación, se solicitó permiso a las autoridades encargadas de las prisioneras, en todas las cárceles.

Para obtener los datos se creó una entrevista semi-estructurada desarrollada por la primer autora con base en estudios de Cunningham y Baker (2003), el informe de la Organización Mundial de la Salud (OMS), la Sociedad Internacional para la Prevención del Abuso y la Negligencia (ISPCAN) (2006) y la evidencia de la revisión de la literatura internacional del área. La entrevista, en general, contiene información sobre las principales situaciones de riesgo y la vulnerabilidad experimentada por las presas y sus hijos, teniendo cerca de 60 minutos para recoger.

Siguiendo las directrices éticas se aplicaron entrevistas en prisiones propias donde estaban las mujeres. Cada entrevistas fue aplicadas en el salón destinado a las presos reciben a sus abogados, en el caso de la penitenciaria estas ocurrieron en la salón donde se realizaba el curso de artes.

Los datos se analizaron por medio de una hoja de ruta para la sistematización de acuerdo con los objetivos propuestos y evaluados en las tablas de Excel tabuladas en el Sistema de Análisis Estadístico, (SAS) 2005.

## **Resultados**

Podemos observar que la edad promedio de la primera relación sexual fue 14,45 años, variando desde desde 9 a 21 años. Entre las madres, (66%) tenían al inicio de la vida sexual entre 13 y 16 años. Cuando se le preguntó acerca de la edad de la pareja en la primera relación sexual, las mujeres indicaron que en el 66,7% de los casos tuvieron relaciones sexuales con una pareja cinco años mayor que ellas. Cuando se le preguntó si se consideran víctimas de abuso sexual infantil el 84,1% de los casos mostró que las mujeres no lo hacen creían ser víctimas.

La edad del primer embarazo fue en promedio de 16,62 años, lo que varió de 12 a 24 años. En el 20% de los casos los participantes embarazadas de edades comprendidas entre los 12 y los 14 años. En cuanto al número de hijos de los participantes, esta fue de 1 a 11 hijos por mujer, con un total de 209 niños (114 niños y 95 niñas), y de éstos, 191 (91,3%) eran menores de 12 años. El promedio de hijos por participante fue igual a 3,03 y la desviación estándar (DP= 1, 67); la media igual a 3,5 embarazos por mujer. Vale la pena mencionar que el 76,81% de los casos, las participantes informaron de que no tenía intención de quedarse embarazadas de sus hijos.

La Figura 1 muestra el número de hijos de madres por edad y número de embarazos de las mujeres.

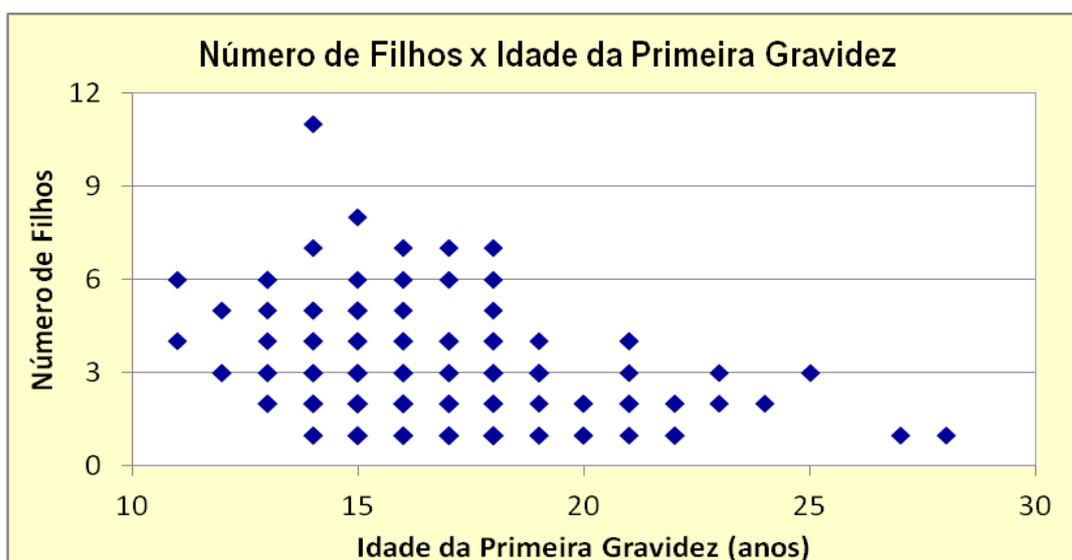


Figura 1. Número de niños por edad del primer embarazo

La Figura 1 muestra que el número de embarazos, así como el número de hijos disminuye conforme aumenta la edad de su primer embarazo. Además, en los casos en que el primer embarazo se produjeron con 18 años o menos, hay una mayor variabilidad en el número de hijos y la media de los hijos es mayor. Mientras que para aquellas mujeres que tuvieron su primer embarazo con 19 años o más, hay una mayor homogeneidad en el número de niños y el número medio de hijos menores.

Hay una diferencia notable en el grupo: una sola participante, ha tenido un gran número de niños: 11 niños, y su primer embarazo ocurrió a los 14 años. Al marcar este participante grado de instrucción, se encontró que asistió a la Asociación de Amigos del Excepcionais (APAE). Una institución brasileña para niños y niñas con deficiencia mental.

Se utilizó el teste *T* de comparación estadística para saber el número medio de hijos y el número de embarazos entre los dos grupos de edad. Se observa que el número de hijos, entre las mujeres para quienes el embarazo se produjo en los primeros 19 años, estas tuvieron un promedio, de un niño/a más (valor *p* de 0,0003). En cuanto al número de embarazos, mujeres cuyo embarazo se produjo con 19 años o más había, en promedio, al menos un embarazo, valor *p* (0,0256).

El embarazo se produjo simultáneamente con prisión de 39 (25,29%) mujeres, y en el momento de la recogida de datos 4 mujeres (2,61%) estaban embarazadas, y las otras 35 mujeres (22,88%) respondieron que habían experimentado esta situación. Cuando se le preguntó acerca de la planificación del primer embarazo, la gran mayoría (112 mujeres o 73,2%), dijo que el embarazo no fue planeado y sólo 41 mujeres (26,8%) dijeron que planeaban el momento de la maternidad.

## Discusión

En el presente estudio trató de responder a los efectos de la edad gestacional, estudio y el número de los niños, ya que son dos variables moda de maternidad central contribuyen al conocimiento de las características de las mujeres encarceladas. Considerando que estas tienen un promedio de 2,9 hijos, y la media de la población en el Estado de São Paulo, según el censo de 2010 es de 1,9 hijos, es decir, una diferencia de más de un niño por mujer. Las mujeres participantes en este estudio tiene en general un

nivel de educación y económico bajo, siendo en su mayoría negras y mulatas, indicado por las características del Censo de Brasil relacionados con tener más hijos (Vieira, 2012).

Con relación a la única participante que tubo 11 hijos y era portadora de deficiencia mental, observamos que tanto el sistema de salud como el penitenciario fallaron con ella, pues esta mujer evidentemente fue negligenciada al ser tratada como cualquier otra presa, desconfiando-se que el numero cuantioso de embarazos sea debido a ser portador de esta deficiencia sumado a los innumerables situaciones de riesgo vividos por estas mujeres (Santini, D' affosenca, Ormeño & Williams, no prelo).

Es importante señalar que el artículo 226 de la Constitución Federal Brasileña (1988) aborda el tema de la planificación familiar, que es el derecho de todos los ciudadanos, no sólo para las mujeres encarceladas, pero para las mujeres y los hombres en general. Lineamientos para la planificación familiar son favorables, no sólo para las mujeres que están embarazadas, pero para todas las mujeres, ya que se encontró en la muestra de este estudio que el 73,2% de las mujeres no planifican su embarazo. También es importante destacar que las mujeres con más de 19 años en el momento del primer embarazo tenían menos hijos que los menores de 19 años, lo que puede indicar que las mujeres jóvenes tienen menos información sobre la planificación familiar, con la necesidad que este grupo de edad es una población indicada para recibir directrices más sistemática y eficaz acerca de cuántos hijos tener.

Se encontró que no son efectivas las políticas públicas de planificación familiar de mujeres encarceladas no llegan atingir a estas mujeres. Teniendo en cuenta que estas mujeres se encuentran en una edad de reproducción biológica, la ocurrencia de embarazo durante el encarcelamiento es frecuente, existe la necesidad de ofrecer toda la asistencia necesaria para la salud de la mujer y para el correcto desarrollo del bebé.

No fueron encontrados estudios brasileños que describan la relación entre embarazo y números de hijos en mujeres en situación de prisión, los datos encontrados describen que la mujer es joven, con hijos, o único estado que describe datos sobre la edad de la primera relación sexual (Nicolau & Pinheiro, 2012) tenían como objetivo principal el uso de preservativos sus relaciones sexuales.

Un punto importante a considerar se refiere al inicio de la vida sexual y reproductiva de estas mujeres. Mientras que el 66% de los casos, la sexualidad comenzó en la adolescencia, se abre la posibilidad de abuso sexual en la vida de ellos mismos, aunque en la mayoría de los casos, éstos no perciben esta verbalización como injusto que querían mantener relaciones con una pareja cinco años mayor en el 66,6% de los casos. Por el contrario, hay que señalar que tres participantes señalaron como haber participado en "programas" de la explotación sexual infantil.

Varela (2011) identifica los principales factores descritos como predictores de volverse violentos en el futuro: 1) la falta de afecto y la aparición de malos tratos físicos y psicológicos en la infancia temprana, 2) falta de orientación familiar y la imposición de límites y 3) interacción con los compañeros involucrados en la violencia. Sin embargo, este autor defiende también la necesidad de la planificación familiar para trabajar con las mujeres desfavorecidas, especialmente las mujeres encarceladas, como una forma de prevenir la violencia.

Este estudio encontró que la maternidad a menudo ocurre simultáneamente con el proceso de encarcelamiento, ya que más de la mitad de las mujeres encuestadas estuvieron embarazadas durante el encarcelamiento, como ya se ha indicado en la literatura. Los autores americanos Loper y Tuerk (2011) destacan la importancia de las intervenciones para las madres encarceladas que se centran en la gestión del estrés emocional y la mejora

de los patrones de comunicación con los cuidadores del niño, es decir, hay una necesidad de servicios de apoyo que ayuden a la madres durante el encarcelamiento, lo que beneficiará a los niños involucrados.

Estudios Brasileños (Giordani y Bueno 2001; Lopes, 2004; Pinto, 2003) indican que la maternidad es vista como positiva por los encarcelados, como una forma de protección y afecto de sus hijos, así como la satisfacción de ser capaz de continuar la especie e incluso como un logro personal. Por otra parte, estos estudios también ponen de relieve la posibilidad de una perspectiva negativa sobre la maternidad enmarcado por sentimientos de tristeza, el dolor, la soledad, la pérdida y lamento de no poder ejercer su maternidad. Sin embargo, según lo descrito por los participantes, pensar en los niños les ayuda a hacer frente a las numerosas situaciones adversas experimentadas en los centros de detención, la reintegración en un factor de salud mental y social de un estímulo, que muestra que las mujeres que tienen hijos, a ser encarceladas y no podrán sumar su maternidad, siendo doblemente penalizados.

Los datos de este estudio refuerzan la necesidad de ofrecer apoyo psicológico a las mujeres y niños encarcelados en frente de muchos factores de riesgo que fueron expuestos a promover el sano desarrollo del niño y su relación con su madre.

## Referências

- Bloom, B. (1995). Imprisoned Mothers. Em: Johnston, D. (Org.) *Children of incarcerated parents*. New York: Lexington Books, pp.21-30.
- Costa, I.B. (2003) Mães encarceradas: Onde estão seus filhos? Um estudo de caso de uma unidade prisional de Recife-Pernambuco. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica. Universidade Federal de Viçosa.
- Craig, S. (2009). A historical review of mother and child programs for incarcerated women. *The Prison Journal*, 89, 35-53.
- BRASIL (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado.
- Cunningham, A. & Baker, L. (2003). *Waiting for Mommy: Giving a voice to the hidden victims of imprisonment*. London, Canada: Center for Children and Families in The Justice System.
- Dalley, L. P. (2002). Policy implications relating to intimate mothers and their children: Will the past be prologue? *The Prison Journal*, 82, 234-268.
- Ferrari, I. F. (2010). Mulheres encarceradas: Elas, seus filhos e nossas políticas. *Revista Mal-estar e Subjetividade*. Fortaleza, vol. 2 ( 4), 1325 – 1352.
- Fonseca, D.L.G. & Ramos, L.S. (2008). A feminilidade encarcerada: O sistema prisional feminino no Brasil. *Direitos Humanos no Brasil 2008: Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos*. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos.
- Giordani, A.T. & Bueno, S.M.V. (2001) A maternidade para mulheres detentas e a transmissão de DST/AIDS. *Jornal Brasileiro de Doenças Sexualmente Transmissíveis*, 13 (6), 12-24.
- Greene, S.; Haney, C, & Hurtado, A. (2000). Cycles of pain: Risk factors in lives of incarcerated mothers and their children. *The Prison Journal*, (80), 3-23.
- Loper, A. B. & Tuerk, E. H. (2011). Improving the emotional adjustment and communication patterns of incarcerated mothers: Effectiveness of a prison parenting intervention. *Journal of Child and Family Studies* (20), 89 – 101.
- Lopes, R. (2007). Prisioneiras de uma mesma história: O amor materno atrás das grades. *Imaginário USP*, 13(14), 439-459.

- Ormeño, G.I.R. & Williams, L. C. A. 2011. Situações Traumáticas enfrentadas por filhos de mulheres encarceradas. *Anais do Encontro da Sociedade Brasileira de Psicologia*. Belém PA, Brasil.
- Pinto, P.E.M. (2006). As mães do bom pastor: A condição materna da mulher presidiária. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de Pernambuco.
- Revista SAP (2008). Uma abordagem completa das principais realizações, reportagem e fotos do que mudou na secretária. Edição Especial. N 1. [www.sap.sp.gov.br/revistasap](http://www.sap.sp.gov.br/revistasap). Acessado em dezembro de 2010.
- Santini, P.; D'affonsecA,S.; Ormeño,G. I. R. & Williams, L.C.A. (2013) Violência domestica e encarceramento: Um estudo de caso. *Revista Multiciência*
- Varella, D. (2011 30 de julho). Cadeias lotadas. Folha de São Paulo.
- Vieira, I. (2012). IBGE: com taxa de fecundidade baixa, Brasil tende a se tornar país de idosos. Agencia Brasil. [www.agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-10-17/ibge-com-taxa-de-fecundiade-baixa-brasil-tende-ser-tornar-pais-de-idosos](http://www.agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-10-17/ibge-com-taxa-de-fecundiade-baixa-brasil-tende-ser-tornar-pais-de-idosos). Acessado em fevereiro de 2013.

Ormeño, G. I.R. ; Saito, J; Fogo, J.C. & Williams,L. C. A. ( a ser submetido) Avaliação de práticas maternas em mulheres encarceradas

# AVALIAÇÃO DE PRÁTICAS MATERNAIS EM MULHERES ENCARCERADAS

Gabriela Reyes Ormeno

Juliana Saito

José Carlos Fogo

Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams

## Resumo

Pouco se estuda sobre a população carcerária brasileira e muito menos sobre seus familiares. Esta população, crescente a cada dia, torna-se invisível aos olhos da sociedade, pois são estigmatizados e rotulados como “más pessoas”. No entanto, a influência da mesma é mais marcante do que se aparenta. Afinal, não só a população carcerária tem peso para a economia do país, como também seus familiares, principalmente filhos, correm sérios riscos de tornarem-se a próxima geração de encarcerados, construindo assim um ciclo da violência que dificilmente se rompe. O presente estudo teve por objetivo avaliar práticas maternas utilizadas por mulheres que se encontram encarceradas. Para tal, foi aplicado o Inventário de Estilos Parentais (IEP), em mulheres encarceradas, com o intuito de se obter informações sobre a transmissão intergeracional dos estilos parentais. Foram analisadas duas gerações, primeiramente entendendo quais práticas parentais foram utilizadas com a mulher encarcerada quando criança, e depois, quais práticas educativas essa mulher utilizou com seu filho antes do encarceramento, contribuindo assim para entendermos a intergeracionalidade da violência. Os resultados mostraram que a prática educativa mais utilizada pela mulher encarcerada e por sua mãe foi a *monitoria negativa*, podendo-se sugerir uma transmissão intergeracional de tal prática.

Palavras chave: Estilos parentais, mulheres encarceradas, fatores de risco, intergeracionalidade.

## Abstract

There are few studies about the Brazilian incarcerated population, and even less about their families. This population, which grows daily, becomes invisible to society; they are stigmatized and labeled as "bad people." Nevertheless studying them, is more useful to society than it seems. Not only the incarcerated population is a burden to the country's economy, but their families, especially children, are at serious risk of becoming the next generation of incarcerated person, creating a cycle of violence that hardly breaks. The present study aimed to evaluate parenting practices used by mothers who were incarcerated. We used the Brazilian instrument Parenting Styles Inventory (IEP), in incarcerated women, in order to obtain information about the intergenerational transmission of parenting styles. We analyzed two generations: first to understand which parenting practices were used with the incarcerated woman when she was a child, secondly, which parenting practices this woman used to educate her own son or daughter before incarceration, thereby contributing to the understanding of intergenerational violence. The results revealed that the practice more utilized by incarcerated women and their respective mothers was negative monitoring, suggesting an intergenerational transmission of this practice.

Keywords: Parenting styles, incarcerated women, risk factors, intergenerationality.

A violência se apresenta como fenômeno notável e pode-se pensar na população carcerária como reflexo direto desse processo. De acordo com relatório oficial, tal população, no Brasil, em junho de 2012, era composta por 549.577 presos, entre homens e mulheres (Sistema Integrado de Informação Penitenciária, InfoPen, 2012). Só as mulheres alcançavam a marca de 36.039 presas. Essa mulher pode ser caracterizada como sendo: jovem, afrodescendente, chefiando uma família monoparental, geralmente condenada pelo envolvimento com o tráfico de drogas e mãe de pelo menos uma criança (Canzaro & Argimon, 2010; Ormeño & Williams, 2012; Scherer & Scherer, 2009)

Nos Estados Unidos, a população carcerária vem sendo estudada há muitos anos, sendo possível encontrar material referente desde 1910, como, por exemplo, pesquisas como o de Laughlin, Arrigo, Blevins e Coston (2008) que investigaram a questão da visita dos filhos às penitenciárias; a de Ferraro e Moe (2003) que estudou a relação entre maternidade, crime e encarceramento; e a de Dalley (2002) que analisou a vida pós-encarceramento, apontando que a maioria das ex-presidiárias volta a viver com seus filhos, mas não consegue manter-se não usuária de drogas ou refrear-se de cometer crimes.

Stella (2009) considerou o papel materno na socialização dos filhos de encarceradas, verificando que os valores culturais básicos das crianças se sedimentam não apenas pela presença da mãe, mas também pela fala e apoio de outros significativos – por exemplo, a figura da avó. Essa questão é pertinente, pois como averigua Guedes (2006), as principais cuidadoras dos filhos após o encarceramento da mãe são os avós.

Mesmo antes de a mãe ter sido presa, o ambiente em que a criança estava inserida pode ter sido fonte de diversos fatores de risco ao seu desenvolvimento, como exposição à violência conjugal paterna, uso de drogas por parte dos pais ou por pessoas que convivem no mesmo ambiente, e também pelo uso de práticas educativas negativas por parte da própria mãe (Dalley, 2002). Desta maneira, Soares e Ilgenfritz, 2002 confirmaram a

hipótese de que a cadeia é apenas mais um elo de múltiplas violências que conformam a trajetória de uma parte da população feminina. O ciclo da violência, que se inicia na família e nas instituições para crianças e adolescentes, perpetua-se no casamento, desdobra-se na ação tradicional das polícias e se completa na penitenciária para recomeçar, provavelmente, na vida das futuras egressas, sem esquecer-se dos filhos que correm sérios riscos de se tornarem a próxima geração de encarcerados por estarem expostos aos mesmos fatores de risco do que a geração materna.

#### *A Maternidade e o Encarceramento*

Para um bom desenvolvimento infantil é fundamental que o papel de mãe seja exercido fornecendo estimulação adequada à criança, promovendo a sua formação de vínculos e socialização. A questão da maternidade entre as presas envolve uma série de conflitos – a separação dos filhos, a situação dos filhos sem a mãe, o parto que algumas vezes é feito na própria prisão, entre outros. Além disso, existem as questões que envolvem a maternidade antes da prisão, já que em muitos casos há um histórico de negligência infantil decorrente do abuso de drogas ou até mesmo abusos (Dalley, 2002).

O encarceramento agrava problemas já existentes. Dados norte-americanos indicam que, nos casos de problemas com a maternidade prévios à prisão, cerca de 40% das mulheres já perdeu a guarda dos filhos pelo menos uma vez (Dalley, 2002), deteriorando a relação entre mãe-filhos e acarretando em dificuldades emocionais, sociais e comportamentais das crianças. Adicionalmente surgem novos problemas, pois acompanha a mulher presa o estigma de ser uma “má” pessoa, e, conseqüentemente, não exercer seu papel de mãe adequadamente (Dodge & Pogrebin, 2001).

No Brasil há uma cautela jurídica em relação população de mães encarceradas. No Estado de São Paulo, a lei nº. 7210/84 garante a transferência da mulher para uma unidade prisional que possua equipe médica e estrutura para o pré e pós-natal assim que a gravidez

da mulher encarcerada é descoberta. Após o parto, a presa tem o direito de permanecer em uma unidade prisional para atendimento e acompanhamento do bebê, e se caso não houver vagas em unidades prisionais com berçário, é possível, pela intermediação de um advogado ou Defensor Público, solicitar ao juiz seis meses de prisão domiciliar. Além disso, o poder público deve proporcionar assistência psicológica à gestante e à mãe, no período pré e pós-natal, inclusive como forma de prevenir ou minorar as consequências do estado puerperal (Lei Nº. 8069/90).

Além da influência da prisão sobre a maternidade, existe o sentido inverso – a maternidade pode ser um fator que influenciou a prisão das mulheres. Não apenas a maternidade, mas a necessidade de prover melhores condições para os filhos em um ambiente de recursos escassos pode levar mulheres a se envolver em atividades ilícitas, como o envolvimento no tráfico de drogas e em estelionato, pela emissão de cheques sem fundos para o pagamento de dívidas (Ferraro & Moe, 2003). Em sua coleta de depoimentos em uma delegacia do estado de Minas Gerais, Guedes (2006) descreve que muitas das mulheres alegavam uma relação entre os delitos cometidos e a tentativa de assegurar aos filhos acesso ao conforto e aos bens de consumo divulgados na mídia.

A respeito da situação dos filhos sem a mãe, surge outro problema que requer atenção – tais crianças são colocadas muitas vezes em lares adotivos temporários, o que dificulta a criação de vínculo entre a criança e seu cuidador e um desenvolvimento adequado das mesmas. A existência de vínculo é crítica para o desenvolvimento da criança, principalmente nos dois primeiros anos de vida. Além do problema do vínculo, nesses lares, é comum a ocorrência de abusos e negligência por parte do cuidador temporário, aumentando a probabilidade de um desenvolvimento inadequado, tal como apontado em Johnston (1995).

Sobre a população encarcerada recai um olhar muito crítico da sociedade, e tal sombra acaba incidindo também em seus filhos. Assim que sai da prisão a mulher enfrenta uma série de dificuldades relacionadas à retomada de seu papel de mãe. Tendo em vista a proteção às crianças, o governo americano estabelece critérios rígidos a respeito da devolução da guarda das crianças às mães uma vez encarceradas – as mulheres têm que demonstrar sua boa condição para ganhar o direito de exercer a maternidade novamente, como frequentar programas de reabilitação para usuários de álcool ou drogas, estar empregada e recebendo um salário que possibilite o sustento das crianças, possuir residência fixa e adequada para a presença de crianças e não estar envolvida em atividades criminais (Dodge & Pogrebin, 2001). No entanto, no mesmo país não são oferecidas oportunidades para que essas funções sejam retomadas.

Dados da Secretaria de Administração Penitenciária [SAP, 2012], descrevendo a média de escolarização das mulheres encarceradas brasileiras, mostra que apenas 1,3% delas têm ensino superior completo, sendo que a maioria não chega a completar o ensino fundamental. Sendo assim, muitas mulheres encarceradas não apresentam um alto nível de escolaridade, o que dificulta o seu reingresso no mercado de trabalho. Como consequência, tal população sofre extrema exclusão social e, com ela, oportunidades reduzidas de educação e emprego (Ormeño & Williams, 2012).

### *O Ciclo da violência*

A teoria do ciclo intergeracional da violência se baseia na teoria da aprendizagem social (Bandura, 1977) e pode ser enunciada como a sugestão de que se alguém cresce testemunhando ou sendo vítima de violência conjugal direta ou indiretamente, estará *predisposto* a agir de forma violenta em seus próprios relacionamentos íntimos (Harris & Dersch, 2001).

Estudos norte-americanos mostram que as crianças estão presentes em 80% das vezes que suas mães são agredidas por seus parceiros e até 75% dos homens que são violentos com as parceiras presenciaram violência em suas famílias de origem (Harris & Dersch, 2001). Dados brasileiros corroboram esses achados (Brancahona, Fogo & Williams, 2004; Padovani & Williams, 2011). Ainda segundo os últimos autores, é comum observar a relação entre adolescentes infratores e pais agressivos e, além disso, observar a violência entre os pais é mais preditivo para o comportamento de agredir a companheira do que ser a própria vítima de abuso durante a infância. Maldonado e Williams (2005) relacionam comportamentos agressivos apresentados por crianças na escola e exposição à violência conjugal, demonstrando que, crianças que apresentam comportamentos agressivos na escola, estão expostas à violência doméstica mais severa do que crianças que não apresentam tais comportamentos.

Segundo Dalley (2002), as mulheres presas geralmente são oriundas de famílias com histórico de violência. Para Dalley, 2002 cerca de 80% dessas mulheres sofreram abuso físico durante a infância ou adolescência, e no Brasil, Ormeño e Williams (em elaboração) encontraram para tal variável uma taxa de 67,1. Além disso, para Dalley, 2002 cerca de 30% das mulheres presas enfrentarem problemas com a drogadição de pelo menos um dos pais, além de ainda serem relatados negligência e encarceramento dos pais em seu histórico de vida, ainda segundo a Dalley, 2002, autora, devemos tratar os filhos dessas mulheres como uma população em risco de ser a próxima geração de presidiários, por terem sofrido traumas similares aos sofridos por suas mães. Murray, 2007 ainda ressalta que o aprisionamento de um dos pais é fator preditivo para o desenvolvimento de comportamentos antissociais e delinquentes nos filhos.

Mauá e Baltieri (2012) realizaram um estudo transversal em uma penitenciária feminina no Estado de São Paulo e constataram que, ter antecedentes familiares de

condenação por crimes, predisse consistentemente um início mais precoce de atividades criminais e uma carreira criminal mais longa em mulheres assaltantes.

Apesar desses dados, é importante retomar que ter sido vítima/testemunha de violência não é determinante para se tornar agressor, pois há diversos fatores de proteção que influenciam o desenvolvimento de cada indivíduo, podendo protegê-lo e torná-lo resiliente.

*Fatores de risco, proteção e resiliência.*

Os fatores de risco e proteção são conceitos utilizados para definir variáveis ambientais, cognitivas ou da personalidade que afetam a vida das pessoas ao longo do desenvolvimento, de forma a protegê-las de envolver-se em comportamentos de risco, ou influenciá-las a ter tais comportamentos. Fator de risco define fatores ambientais ou biológicos que podem resultar em comportamentos indesejáveis. Fatores ambientais estão relacionados a condições desfavoráveis como pobreza, catástrofes naturais, negligência, e eventos estressores no geral, já fatores pessoais podem ser tanto relacionados à cognição quanto a saúde, à exemplo temos, autismo, desnutrição, prematuridade entre outros. Essas condições tornam o indivíduo vulnerável e podem levar à execução de comportamentos de risco - tais como uso de álcool e drogas e desordem de conduta (Pesce, Assis, Santos & Oliveira, 2004).

Quando muitas situações de risco se associam, elas dificultam o cumprimento da agenda desenvolvimental, bem como a aquisição de habilidades e o desempenho de papéis sociais. Por isso, a importância em se prever fatores de risco não está tanto relacionada ao prognóstico ruim, mas principalmente em demonstrar a necessidade e de ser capaz de intervir quando for preciso (Sapienza & Pedromônico, 2005).

Fatores de proteção são considerados variáveis independentes que podem ter seus próprios efeitos diretos no comportamento, e, além disso, podem moderar a relação entre

fatores de risco e comportamento (Garcia, Williams & Brino, 2009). Podem ser distribuídos em três categorias – atributos disposicionais da criança, características da família e fontes de apoio individual ou institucional (Maia & Williams, 2005). Tais fatores serão protetivos na medida em que favorecerem o desenvolvimento adequado da criança, como por exemplo, autoestima elevada para a primeira categoria, afetividade e ausência de discórdia e negligência para a segunda categoria e suporte cultural e acesso a atendimentos individuais médicos e/ou psicológicos para a última categoria. Em situações hostis esses mecanismos podem dar suporte e prevenir o envolvimento com situações de risco. Além disso, pode também ser um fator preditivo da resiliência.

A resiliência refere-se à capacidade da pessoa em lidar com as situações adversas não sucumbindo a elas. O constructo da resiliência, de acordo com Grotberg (1997), envolve a capacidade do indivíduo de enfrentar experiências de adversidade e, além disso, recuperar-se e sair fortalecido ou até mesmo transformado por elas.

Todos esses conceitos, em conjunto, teorizam sobre o desenvolvimento do indivíduo, e as influências que recebe ao longo da vida. Essas influências e variáveis podem ser tanto benéficas como maléficas, e, a partir delas, conseguimos entender como as práticas educativas podem afetar o desenvolvimento infantil sendo um fator de risco ou de proteção.

#### *Práticas educativas parentais e o desenvolvimento infantil*

A família pode, assim, atuar tanto de maneira a favorecer o desenvolvimento adequado das crianças, quanto a favorecer o aparecimento de comportamentos antissociais nas mesmas, atuando como fator de proteção ou de risco ao desenvolvimento infantil (Maia & Williams, 2005). A relação entre pais e filhos é influenciada por diversos fatores, como experiências individuais, apoio social, personalidade, temperamento, estresse, aceitação do uso de punições corporais, características da criança e, disfunções nessa

relação podem ter efeitos devastadores no desenvolvimento dos filhos (Palusci, Crum, Bliss & Bavolek, 2008). O aprisionamento de um dos pais pode ser o causador desses efeitos devastadores. Contudo, a maneira de manejar essa relação é de fundamental importância para um bom desenvolvimento da criança.

Segundo Gomide (2003), os pais, dentre outras funções, assumem o papel de agente de socialização dos filhos, e, para isso, utilizam-se de estratégias e técnicas para orientar seus comportamentos – as chamadas práticas educativas parentais. Essas práticas podem favorecer comportamentos pró ou antissociais, sendo as que favorecem os primeiros tipos de comportamentos classificadas como práticas educativas positivas (por exemplo a monitoria positiva e o comportamento moral) e as que favorecem os segundos tipos de comportamentos classificadas como práticas educativas negativas (por exemplo o abuso físico e psicológico, disciplina relaxada, monitoria negativa, negligência e punição inconsistente).

Os estilos e práticas parentais foram assunto de diferentes estudos, sendo primeiramente foram classificados por Baumrind (1966), em três categorias: permissivo, autoritário e com autoridade. Essas categorias eram chamadas de protótipos parentais e eram baseadas no controle que os pais exerciam sobre seus filhos. O permissivo correspondia a relações em que os pais não exigiam muitas responsabilidades dos filhos, deixando que eles se auto-regulassem; o estilo autoritário era composto por pais controladores cujos filhos não tinham autonomia; e por último, o estilo com autoridade era aquele que procurava direcionar a criança para as atividades, contando com o ponto de vista das próprias crianças. Após essa classificação, muitas outras surgiram, de forma aprimorada para conseguir englobar os mais diferentes aspectos que envolvem a relação pais-filhos na educação.

Diversos fatores interferem no desenvolvimento dos filhos de mães encarceradas. Em especial, esses estão expostos a diversos fatores que prejudicam o seu desenvolvimento. Um desses fatores é o ambiente em que a criança foi inserida após a prisão da mãe, exercendo influência direta em seu desenvolvimento, pois é nele que aparecem os novos fatores de risco ou de proteção. Além disso, o próprio encarceramento materno, com a conseqüente falta de contato com a mãe, pode ser prejudicial à criança. Ter a mãe como cuidadora principal e, até mesmo como única cuidadora, acarreta em maiores problemas quando essa não mais está disponível. Há, entretanto, a necessidade de mais estudos sobre o assunto. As crianças, filhos de encarcerados, compõem uma porcentagem esquecida, tanto pelo governo quanto pelos estudiosos da área, o que é refletido pela existência de poucos trabalhos com essa população (Ormeno, Maia & Williams, no prelo). Estudá-los possibilita agir preventivamente, rompendo o ciclo de violência e um possível e conseqüente encarceramento da próxima geração.

### **Objetivo**

O presente estudo pretende avaliar as práticas educativas maternas mais utilizadas por mulheres encarceradas no período anterior ao encarceramento e as práticas educativas que essas mães receberam em suas famílias de origem na infância. (notadamente as respectivas mães ou avó materna da criança).

### **Método**

#### *Participantes*

Participaram desse estudo 45 mulheres, mães com filhos de até 15 anos de idade, que se encontravam em regime prisional fechado, em penitenciárias, cadeias ou centros de ressocialização do interior do Estado de São Paulo. O presente estudo faz parte de um

estudo mais amplo com mulheres encarceradas (Ormeño, 2013<sup>12</sup>), orientado pela última autora. Originalmente pretendia-se coletar dados com 60 mães, mas a burocracia e lentidão para a provação do estudo pela SAP impediu um número maior de participantes.

#### *Local de Coleta de Dados*

Os dados foram coletados nos centros prisionais onde as presas se encontravam, em visitas pré-agendadas pela pesquisadora, com auxílio da Defensoria Pública do Município e autorização das direções das instituições.

#### *Considerações Éticas*

O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) da Universidade Federal de São Carlos (CAAE 0016.0135.000-09), e também ao Comitê de Ética da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo (SAP) – (*Parecer Consubstanciado do CEP-SAP: 042/2011*). A coleta de dados só teve início após essas aprovações.

As participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), para garantir os cuidados éticos necessários na pesquisa, como sigilo e confidencialidade das informações fornecidas. Além disso, foram devidamente informadas de que não haveria qualquer postura punitiva para aquelas que não desejassem participar do estudo.

#### *Instrumento*

Foi aplicado o Inventário de Estilos Parentais (IEP) desenvolvido por Gomide (2006) para avaliar estilos parentais. Para a presente pesquisa foi utilizada a versão do inventário aplicável em pais, sendo tal versão composta por 42 questões que avaliam sete práticas educativas, sendo cinco consideradas positivas (monitoria positiva e comportamento moral) e duas negativas (abuso físico e psicológico, disciplina relaxada,

---

<sup>12</sup> Ormeno, G. R. (2013). “*Indicadores de risco e proteção em mulheres encarceradas e seus filhos*”. Tese de Doutorado, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil.

monitoria negativa, negligência e punição inconsistente). São apresentadas seis questões para cada tipo de prática e para cada questão é possível três tipos de respostas – *Nunca*, *Às Vezes* e *Sempre*. Sua pontuação gera escores de cada uma das práticas e, também, o índice de estilo parental geral (Sampaio & Gomide, 2006). Como as participantes demoraram para ler as questões do Inventário, o mesmo foi aplicado sob forma de entrevista.

### **Procedimento**

Após aprovado o projeto pelos Comitês de Ética, a coleta foi feita em três instituições diferentes: uma cadeia, uma penitenciária e um centro de ressocialização.

O procedimento geral consistiu em selecionar aleatoriamente as mulheres que aceitassem participar da pesquisa, com critério de ter filhos com idade até 15 anos. Após assinatura do *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido* foi aplicado o Inventário de estilos Parentais (IEP) em duas versões: a primeira referente à conduta da encarcerada com seu o próprio filho, e a segunda referente à conduta da encarcerada em sua família de origem, especificamente da mãe da encarcerada ou avó materna da criança (tais informações consistiam em dados retrospectivos, pois faziam alusão à infância da encarcerada e a prática materna da encarcerada antes da prisão). A aplicação do IEP durou em torno de 20 minutos para ambas as versões. A coleta de dados foi realizada no local em que a mulher se encontrava encarcerada, em sala cedida pela coordenadoria do sistema prisional.

### *Análise dos dados*

Os IEPs foram pontuados conforme as orientações do respectivo manual, sendo a resposta *Nunca* equivalente a 0 pontos, *Às Vezes* pontuada com 1 ponto e *Sempre* equivalente a 2 pontos. Para obtenção do escore relativo a cada prática, é realizada a somatória por prática, de acordo com as questões respectivas, a saber: questões de

*monitoria positiva* (prática A) – questões 1, 8, 15, 22, 29 e 36; de *comportamento moral* (prática B) – questões 2, 9, 16, 23, 30 e 37; de *punição inconsistente* (prática C) – questões 3, 10, 17, 24, 31 e 38; de *negligência* (prática D) – questões 4, 11, 18, 25, 32 e 39; de *disciplina relaxada* (prática E) – questões 5, 12, 19, 26, 33 e 40; de *monitoria negativa* (prática F) – questões 6, 13, 20, 27, 34 e 41; e, por fim, de *abuso físico* (prática G) – questões 7, 14, 21, 28, 35 e 42.

Para obtenção do escore total, o *iep* (índice de estilo parental), deve-se subtrair a soma das práticas negativas das positivas, o que pode ser representado pela seguinte fórmula:  $iep = (A+B) - (C+D+E+F+G)$ . (Gomide, 2006)

### **Resultados e Discussão**

Antes da análise dos resultados, foi feita uma análise estatística referente às populações em cada instituição para verificar se havia algum tipo de discrepância em relação à caracterização dessas mulheres pelo fato de os dados terem sido coletados em três instituições distintas – cadeia, penitenciária e centro de ressocialização (na cadeia ficam os presos provisórios, que ainda não foram julgados e condenados; após julgamento os presos sentenciados vão para a penitenciária; e o centro de ressocialização consiste em uma iniciativa do governo do Estado de São Paulo no sentido de favorecer o retorno de indivíduos em situação prisional ao convívio em sociedade, SAP, 2012). A partir desta análise foi observado não haver diferenças significativas ( $p=0,073$ ,  $p<0,05^*$ ) quanto ao local no qual onde as presas se encontravam, e por este motivo os dados foram analisados como um todo.

As participantes apresentavam idade entre 18 e 43 anos (média=28, dp=3,53); e o grau de escolaridade variou entre ensino fundamental incompleto (EFM) a ensino médio completo (EMC), sendo que 33% tinham o ensino fundamental incompleto; 25%

apresentavam ensino fundamental completo (EFC); 31% o ensino médio incompleto (EMI); e por fim 11% completaram o ensino médio.

Em média, a partir da Tabela 1, a prática educativa mais utilizada pelas mães encarceradas antes do encarceramento, com seu filho, foi a *monitoria negativa*. A *monitoria negativa* se caracteriza pelo excesso de fiscalização da vida dos filhos e pela grande quantidade de instruções repetitivas e intrusivas, que não são seguidas pelos mesmos. Essa prática educativa gera ambientes familiares estressados e sem diálogo, uma vez que os filhos podem fazer uso de comportamentos agressivos para proteger sua privacidade dos pais (Gomide, 2003). Sendo assim, tal comportamento pode prejudicar a cumplicidade entre pais/filhos, tornando a relação punitiva.

Os escores das avós das crianças, mãe das mulheres encarceradas, tiveram como média predominante, também a *monitoria negativa*, e adicionalmente a *negligência*. Gomide (2006) descreve as mães negligentes como aquelas que não aceitam suas responsabilidades, sendo limitadas em competência. Nessas condições as crianças se tornam muito passivas e podem sofrer com déficits comportamentais. Além disso, a *monitoria negativa* consiste em uma prática prejudicial que pode delapidar o relacionamento dentro da família.

Ainda na Tabela 1, aplicando-se o teste de Mann-Whitney, foi possível encontrar diferenças significativas para *monitoria positiva* ( $p=0,005$ ,  $p<0,05^*$ ) e *negligência* ( $p=0,036$ ,  $p<0,05^*$ ). Esse dado denota que, para essas duas práticas parentais, há diferença de uma geração para a outra. Isto é, a mulher encarcerada teve um significativo aumento da média em *monitoria positiva* em comparação a avó, e uma significativa diminuição da média de *negligência* se comparada também à avó, significando uma melhora nessas duas práticas.

Analisando-se os dados em pares de mãe/filha (Tabela 1), pode-se perceber que houve intergeracionalidade do estilo parental, em 56% dos casos. Este dado confirma a hipótese inicial de que os estilos parentais são transmitidos de geração para geração, na maioria dos casos. Nesta situação, a transmissão ocorreu em casos de estilo parental *de risco e abaixo da média* em sua maioria, indicando a necessidade de intervenções com essas mães para que esse padrão não prossiga nas gerações seguintes. A Figura 1 a seguir apresenta a porcentagem de mulheres encarceradas que mativeram o estilo parental da avó das crianças.

**Tabela 1 – Médias e Teste de Mann-Whitney para comparação das práticas parentais entre a mulher encarcerada e avó da criança.**

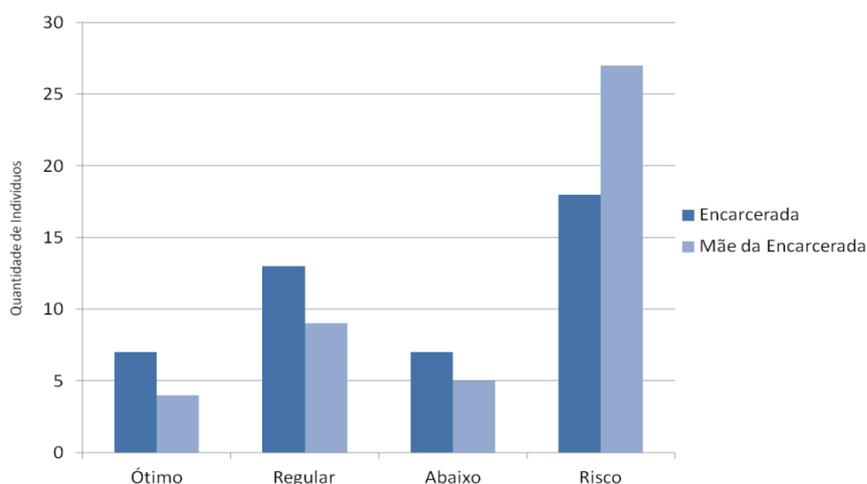
Prática Parental	Médias	Valor do teste	Valor p	
	Mulher encarcerada	Avó da criança		
Monitoria Positiva	10.578	8.111	669.0	0.005
Comportamento Moral	9.933	8.667	863.0	0.230
Punição Inconsistente	3.644	4.133	891.5	0.331
Negligência	3.156	4.667	753.5	0.036
Disciplina Relaxada	3.867	3.422	911.0	0.417
Monitoria Negativa	6.644	6.311	911.5	0.417
Abuso Físico	2.400	3.800	793.0	0.077

P=0.05

Weber, Selig, Bernardi e Salvador (2006), fazem uma ponte entre os estilos parentais e sua transmissão através das gerações. A pesquisa mediu escalas como relacionamento afetivo, envolvimento, regras, reforçamento, comunicação positiva dos pais, dos filhos, comunicação negativa, entre outros, em 21 mulheres de sete famílias distintas de classe média respeitando a linearidade trigeracional (avó/filha/neta). Os

resultados são comparados entre a primeira e segunda, segunda e terceira, e primeira e segunda gerações, e em aproximadamente 91% das variáveis houve intergeracionalidade.

Apesar de no presente estudo constatar que houve intergeracionalidade dos estilos parentais, a porcentagem de mulheres que não manteve o mesmo estilo foi expressiva (44%). Na Figura 1 temos a comparação dos escores da avó e da mãe. Nota-se que em todos os tipos de estilo parental a avó (primeira geração) tem um escore do estilo parental menor do que o da encarcerada (segunda geração), isto é corroborado pelo *teste-t* ( $p=0,010$ ,  $p<0,05^*$ ) que comprova que houve diferenças significativas entre mãe e filha, indicando que a filha tem um IEP médio maior do que o da avó, ou seja, um estilo parental melhor.



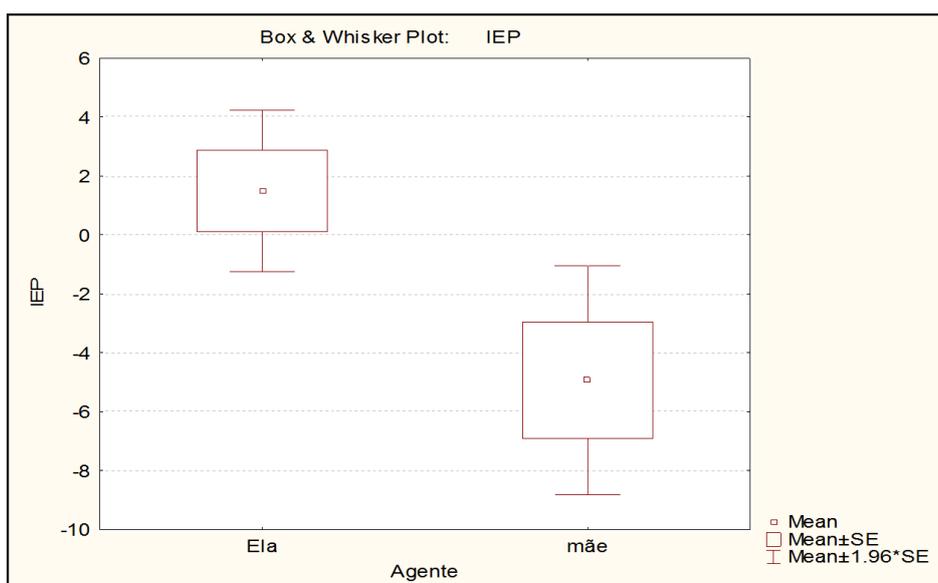
**Figura 1 - Comparação dos escores do estilo parental da mulher encarcerada e da percepção da mãe da encarcerada.**

Em seu estudo, Weber *et al.* (2006) notaram que, nos casos nos quais não houve intergeracionalidade, ocorreu uma melhora no estilo parental de acordo com o avanço das gerações. Foi sugerido pelos autores que as mudanças socioculturais pelas quais a sociedade passa ao longo dos anos, e maior divulgação de informações científicas a

respeito de educação de filhos podem ajudar na melhora do estilo parental. A mesma explicação de Weber ET all, 2006 pode ser postulada para o presente estudo.

A Figura 2 representa a distribuição da média dos escores do IEP das mulheres encarceradas e de suas mães. O quadrado central representa a média da maioria das mulheres e seu escore no IEP. É possível notar que, em média, a mulher encarcerada tem o escore do IEP entre 0-2, indicando um estilo parental *abaixo da média* em contraste já a mãe da mulher encarcerada se encontra entre -6 e -4, indicando um estilo parental *de risco*.

Sendo assim, apesar de as mulheres encarceradas terem escores totais mais altos no IEP, em média, o valor máximo alcançado por essas mulheres foi um escore *regular abaixo da média*, e suas mães alcançam um escore médio negativo, significando um estilo parental *de risco*. Mesmo havendo uma melhora no estilo parental através das gerações, essa melhora ainda não é suficiente, pois as muitas práticas negativas estão competindo com um número limitado de práticas positivas.



**Figura 2 - Média dos escores das duas gerações.**

O estudo sobre os estilos parentais característicos de famílias provenientes de contextos de alta vulnerabilidade social de Rinhel-Silva, Constantino e Rondini (2012), permite refletir sobre a importância das relações entre pais e mães e seus filhos, e o desenvolvimento de programas sociais que envolvam a orientação de pais, no sentido de criar novas práticas que visem a fortalecer os vínculos parentais de famílias sujeitas a tal contexto. Desta maneira, pode-se pensar também em intervenções com as famílias das mães encarceradas, pois, como mencionado no estudo acima, a mãe assume, atualmente, além do papel de dar afeto, também o de impor limites e regras que antes eram designados em sua maioria à figura paterna. Como as mães encarceradas já não estão presentes em uma parte do desenvolvimento dos filhos, é necessário que haja outras referências com as quais a criança possa se identificar.

A Tabela 2 a seguir apresenta a escolaridade das mulheres encarceradas juntamente ao estilo parental.

Tabela 2 – Escores do IEP versus a Escolaridade da encarcerada.

Valores do IEP/ Escolaridade	Ótimo	Regular Acima da Média	Regular Abaixo da Média	Risco
EFI	2	3	1	9
EFC	2	3	2	4
EMI	0	6	4	4
EMC	1	1	1	2
<b>Total</b>	5	13	8	19

EFI – Ensino Fundamental Incompleto; EFC – Ensino Fundamental Completo; EMI – Ensino Médio; Incompleto; EMC – Ensino Médio Completo.

Percebe-se que 9 das 45 mulheres, tinham o ensino fundamental incompleto, e são essas também que apresentam maior índice de estilo parental *de risco*. O estudo de Gomide (2009) procurou avaliar a percepção dos filhos sobre suas mães, sendo esses divididos entre filhos de engenheiras, médicas, advogadas e psicólogas. Surpreendentemente, mães com formação de nível superior e ativas no mercado de trabalho, tiveram um baixo desempenho de práticas educativas parentais quando avaliadas por seus filhos. Os resultados de Gomide (2009) mostraram que as mães, independentemente da profissão, utilizam pobremente as práticas educativas positivas (monitoria positiva e comportamento moral) e recorrem, com muita frequência, às práticas negativas (abuso físico e supervisão estressante) para tentar obter controle sobre seus filhos. Os conhecimentos, a formação profissional e maior exposição a informações, embora tenham ocorrido em níveis diferentes para cada profissão no estudo de Gomide (2009), aparentemente não foram suficientes para melhorar as práticas educativas parentais e inibir o estresse causado pela dupla jornada de trabalho e a ausência de rede de apoio.

No presente estudo 19 mães (42.2%) apresentaram um estilo parental de risco, apontando a necessidade de intervenções longas para alteração do estilo parental como sugerido por Gomide (2006). Se somarmos tal resultado com as 8 mães que apresentaram estilo parental regular abaixo da média, temos 27 mães ou 60% da amostra com estilo parental que inspira cuidados e intervenção.

Entretanto, 5 (11%) das mães encarceradas apresentaram estilo parental ótimo que somadas às 13 mulheres (28,8%) com estilo parental regular acima da média perfazem 18 (40%) das mães encarceradas com estilo parental apropriado, o que reforça a posição de Dodge & Progrebin, 2001 em repensar o estigma da mãe encarcerada como uma “má pessoa”.

Durante as entrevistas muitas das mulheres se emocionaram contando sobre o relacionamento com seus filhos ou respectivas mães, e mesmo que a entrevista tenha se dado em um contexto psicológico, isto é, ocorreu de maneira a minimizar os possíveis desconfortos, ainda assim o assunto pareceu causar algum tipo de angústia nas entrevistadas.

Sobre a questão de se utilizar entrevista como forma de coleta de dados, pode-se inferir que os resultados não sejam exatamente fiéis descrições do comportamento real das mães e avós. Uma hipótese a ser levantada é de que muitas das mulheres encarceradas deram respostas socialmente aceitas quando se tratava da maneira como elas educaram seus filhos, e por este motivo não foi encontrada uma maior transmissão intergeracional, hipótese reforçada pelo fato de o instrumento ter sido aplicado sob forma de entrevistas.

### **Considerações Finais**

Este trabalho teve como objetivo principal analisar quais práticas parentais foram mais utilizadas por mães encarceradas antes do encarceramento, e quais práticas parentais essas mães receberam de sua família de origem por sua avó materna das crianças. Obteve-se como resultado que as práticas parentais mais utilizadas foram a *monitoria negativa* para as mulheres encarceradas, e *monitoria negativa* e *negligência* para as mães das mulheres encarceradas. Além disso, foi possível constatar que houve intergeracionalidade das práticas parentais, na maioria dos casos.

Trabalhos que estudem a população carcerária no Brasil vêm aumentando, e é possível ver um avanço na literatura atual que envolve não apenas os encarcerados, mas também a família envolvida.

No entanto, o que falta é uma intervenção sistemática que lide com tal população, pois como os estudos são recentes, ainda não há dados consolidados. Nos Estados Unidos os trabalhos com encarcerados são diversos e antigos, podendo-se encontrar diferentes

modelos de intervenção. Com foco na intervenção com filhos que tem pais encarcerados, *Empowering children of incarcerated parents* (Empoderando crianças de pais encarcerados) de Burgess, Caselman e Carsey (2009) pode ser usado como referência para a população americana.

Em tal livro são descritos diferentes formas de manejar as condições em que a criança está exposta, e, baseado em estudos, as autoras dão orientações aos cuidadores sobre a melhor forma de lidar com a situação, deixando claro que não se deve mentir e a verdade deve ser sempre apresentada de um jeito que a criança possa entender o que esta se passando.

Para a população brasileira se faz necessário a criação intervenção de intervenções específicas para a realidade em nosso país. Ao responder o Inventário de Estilos Parentais as encarceradas revelaram necessidades muito maiores, que vão além do próprio encarceramento: A situação socioeconômica difícil, a questão da guarda dos filhos, relatos de violência intrafamiliar, entre outras, foram assuntos recorrentes nas entrevistas. Deve-se pensar, assim, em intervenções multidisciplinares, que não tratem apenas o problema do encarceramento, mas sim de toda a situação de risco descrita, em que tal população se encontra.

É fundamental a criação de políticas públicas, uma vez que são muitos os fatores de risco envolvidos e dificilmente uma intervenção pontual pode vir a solucionar o problema. Muitas vezes a prisão se deu pelo fato de a pessoa viver em um ambiente hostil. Outro ponto importante é que as intervenções devem servir para prevenir, criando mais fatores de proteção do que os fatores de risco existentes na vida dessas pessoas. Sugere-se a criação de redes de apoio, tanto para adultos como para as crianças, visando o entendimento da dinâmica familiar e da própria comunidade e programas de treinamento de pais que sejam baseados em evidências. As redes de apoio e proteção deveriam se configurar em vários

lugares da comunidade nas quais a pessoa está inserida, nas escolas, no trabalho, etc., para que haja condições nas quais se tenha mais oportunidades para não se envolver em comportamentos de risco.

Os resultados do presente estudo apontam que se não houver uma intervenção e quebra dos padrões da intergeracionalidade, a violência intergeracional pode crescer em altas proporções. Acredita-se então, que estes resultados ajudem a contribuir a caracterização de tal público, para que este possa ser alvo de maiores estudos futuros.

### Referências

- Bandura, A. (1977). Self-efficacy: Toward a unifying theory of behavioral change. *Psychological Review*, 84(2), 191-215.
- Brancalhone, P. G.; Fogo, J. C. & Williams, L. C. A. (2004). Crianças expostas a violência conjugal: avaliação do desempenho acadêmico. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 20(2), 113-117.
- Baumrind, D. (1966). Effects of authoritative parental control on child behavior. *Child Development*, 37(4), 887-907.
- Burgess, S.; Caselman, T. & Carsey, J. (2009). *Empowering children of incarcerated parents*. Chapin, SC YouthLight.
- Canzaro, D. & Argimon, L. I. (2010). Características, sintomas depressivos e fatores associados em mulheres encarceradas no estado do Rio Grande do Sul. *Caderno de Saúde Pública*, 26(7), 1323-1333..
- Dalley, L. P. (2002). Policy implications relating to inmate mothers and their children: Will the past be prologue? *The Prison Journal*, 82(2), 234-268.
- Dodge, M. & Pogrebin, M. R. (2001). Collateral costs of imprisonment for women: Complications of reintegration. *The Prison Journal*, 81(1), 42-54.
- Ferraro, K. J. & Moe, A. M. (2003). Mothering, crime, and incarceration. *Journal of Contemporary Ethnography*, 32(1), 9-40.
- Garcia, S. C.; Williams, L. C. A. & Brino, R. F. (2009). Risco e resiliência em escolares: Um estudo com múltiplos instrumentos. *Psicologia da Educação*, 28, 23-49.

- Gomide, P. I. C. (2003). Estilos parentais e comportamento anti-social. In: A. Del Prette e Z. Del Prette (orgs), *Habilidades Sociais, desenvolvimento e aprendizagem: questões conceituais, avaliação e intervenção* (pp 22-60). Campinas,SP: Alínea.
- Gomide, P. I. C. (2009). A influência da profissão no estilo parental materno percebido pelos filhos. *Estudos de Psicologia, 26(1)*, 25-34.
- Grotberg, E. H. (1997). *The international resilience Project*. Annual Convention, International Council of Psychologists. Recuperado em 31 de janeiro de 2013, de <http://resilnet.uiuc.edu/library/grotb98a.html>.
- Guedes, M. A. (2006). Intervenções psicossociais no sistema carcerário feminino. *Psicologia, Ciência e Profissão, 26(4)*, 558-569.
- Harris, S. M. & Dersch, C. A. (2001). "I'm just not like that": Investigating the intergenerational cycle of violence. *The Family Journal, 9(3)*, 250-258.
- Laughlin, J. S.; Arrigo, B. A.; Blevins, K. R. & Coston, C. T. M. (2008). Incarcerated mothers and child visitation: A law, social science, and policy perspective. *Criminal Justice Policy Review, 19(2)*, 215-238.
- Lei n.7210, de 11 de julho de 1984* (1984). Dispõe sobre a Lei de Execução Penal, Brasília, DF. Recuperado em 21 de janeiro de 2013, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7210compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210compilado.htm).
- Lei n.8069, de 13 de julho de 1990* (1990). Dispões sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, Brasília, DF. Recuperado em 21 de janeiro de 2013, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm).
- Maia, J. M. D. & Williams, L. C. A. (2005). Fatores de risco e fatores de proteção ao desenvolvimento infantil: uma revisão da área. *Temas em Psicologia, 13(2)*, 91-103.
- Maldonado, D. P. A. & Williams, L. C. A. (2005). O comportamento agressivo de crianças do sexo masculino na escola e sua relação com a violência doméstica. *Psicologia em Estudo, 10(3)*, 353-362.
- Mauá, F. H. N. & Baltieri, D. A. (2011). Criminal career-related factors among female robbers in the state of São Paulo, Brazil, and a presumed "revolving door" situation. *Official Journal of the Brazillian Psychiatric Association, 34(2)*, 176-184.
- Murray, J.; Janson, C. & Farrington, D. P. (2007). Crime in adult offspring of prisoners: A cross-national comparison of two longitudinal Samples. *Criminal Justice and Behavior, 34(1)*, 133-149.
- Ormeño, G. I. R. & Williams, L. C. A. (2012). Mulheres encarceradas: Baixa escolaridade como fator de risco para o ingresso na vida criminal. In: *42 Reunião Anual de Psicologia e VIII Congresso Ibero-Americano de Psicologia*, São Paulo. Resumos de comunicação científica.

- Ormeño, G. I. R.; Maia, J. & Williams, L. C. A. (no prelo). Crianças com pais ou mães encarcerados: uma revisão da literatura.
- Padovani, R. C. & Williams, L. C. A. (2011). Estilo parental de origem e ansiedade em homens com histórico de agressão à parceira. *Estudos de Psicologia*, 16(3), 263-269.
- Palusci, V. J.; Crum, P.; Bliss, R. & Bavolek, S. J. (2008). Changes in parenting attitudes and knowledge among inmates and other at-risk populations after a family nurturing program. *Children and Youth Services Review*, 30(1), 79-89.
- Pesce, R. P.; Assis, S. G.; Santos, N. & Oliveira, R. V. C. (2004). Risco e proteção: em busca de um equilíbrio promotor de resiliência. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 20(2), 135-143.
- Rinhel-Silva, C. M.; Constantino, E. P. & Rondini, C. A. (2012). Família, adolescência e estilos parentais. *Estudos de Psicologia*, 29(2), 221-230.
- Sampaio, I. T. A. & Gomide, P. I. C. (2007). Inventário de estilos parentais (IEP) - Gomide (2006) percurso de padronização e normatização. *Psicologia Argumento*, 25(48), 15-26.
- Sapienza, G. & Pedromônico, M. R. M. (2005). Risco, proteção e resiliência no desenvolvimento da criança e do adolescente. *Psicologia em Estudo*, 10(2), 209-216.
- Scherer Z. A. P. & Scherer. E. A. (2009). Concepções e vivências de mulheres encarceradas sobre a violência. *Cogitare Enfermagem*, 14(3), 435-440.
- Sistema Integrado de Informação Penitenciária (2012). *Formulário Categoria e Indicadores Preenchidos*. Recuperado em janeiro de 2013, de <http://portal.mj.gov.br>.
- Soares, B. M. & Ilgefritz, I. (2002). *Prisioneiras: Vida e Violência atrás das Grades*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Stella, C. (2009). Filhos de mulheres presas: o papel materno na socialização do indivíduo. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 9(2), 292-306.
- Weber, L. N. D., Selig, G. A., Bernardi, M. G. & Salvador, A. P. V. (2006). Continuidade dos estilos parentais através das gerações – transmissão intergeracional de estilos parentais. *Paidéia*, 16(35), 407-414.

## Apêndice



## LAPREV

Laboratório de Análise e Prevenção da Violência

Universidade Federal de São Carlos

Departamento de Psicologia

Caixa Postal 676 13.565-905 São Carlos -  
SP

Fone: (16) 3351-8745 - Fax: (16) 3351-8357

www.ufscar.br/laprev



---

## Entrevista \*

### Histórico familiar de mulheres encarceradas: Fatores de risco e proteção para os filhos.

#### *Pesquisadoras Responsáveis:*

*Psicólogas:*

**Ms. Gabriela Reyes**

**Dra. Lúcia Williams**

**Identificação da Participante:**

<b>Data:</b>
<b>Local:</b>

---

\* Entrevista adaptada de World Health Organization/ISPCAN (2006) Preventing Maltreatment: A guide to taking action evidence. Genebra: World Health Organization e Cunningham, A. & Baker, L. (2003). *Waiting for Mommy: Giving a voice to the hidden victims of imprisonment*. London, Canada: Center for Children and Families in The Justice System.

**Parte I**

**Informações Gerais**

**Primeiramente, gostaríamos de saber mais sobre você:**

1. Quantos anos você tem?

Idade:

2. Qual é a sua situação conjugal atual/seu estado civil?

Casada  Viúva  Desquitada ou separada judicialmente  Outro   
Divorciada  Solteira  União Estável/ Amasiada

3. De que cor ou raça você se considera?

Branca  Parda  Amarela  Preta  Indígena

4. Você nasceu no Brasil?

Sim  Não  Em qual cidade?  Em qual Estado?   
a. Se não, em qual país?

5. Qual o seu grau instrucional?

	Completo	Incompleto
1ª a 4ª série/Primário (Ensino Fundamental)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5ª a 8ª série/Ginásio (Ensino Fundamental)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1º a 3º colegial (Ensino Médio)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Graduação/Faculdade (Ensino Superior)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Mestrado (Pós-Graduação)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Doutorado (Pós-Graduação)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

6. Quantos filhos você tem?

Total:  Menores de 18 anos:

Meninos:

Meninas:

7. Você está ou já esteve grávida enquanto esteve presa?

Estou  Estive  Não estou nem nunca estive

8. Quantas vezes você já engravidou?

Número:

Nasceram vivos:

9. Com quantos anos teve sua primeira relação sexual?

Idade:

10. Quantos anos você tinha na sua primeira gravidez?

Idade:

Foi planejada

Não foi planejada

11. De 1 a 10, sendo 10 o máximo indique se as situações abaixo lhe dizem respeito:

	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Depressão											
Ansiedade											
Raiva Excessiva											
Pensamentos Suicidas											
Perguntar se tem problemas psiquiátricos, bebidas, etc.											
Problemas Psiquiátricos											
Uso de Bebidas											
Uso de Cigarro											
Uso de Drogas											

12. De 0 a 10, qual nota você dá para o seu estado de saúde atual?

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Por que?										

13. Como você se descreveria se alguém perguntasse sobre quais seriam suas características?


14. Cite cinco fatos ou momentos importantes que marcaram sua vida.


15. Qual foi a melhor coisa que fez na vida?


16. Qual foi a pior coisa que fez na vida?


17. Você tem amigos?

Sim

Não

Quantos?

18. Você tem contato com seus parentes?

Sim  Não  Se não, por que?

a. Se sim, quantas vezes por:  
 Semana  Mês  Ano

19. Em caso de necessidade, a quem você recorreria?

Classificação do vínculo	Nome ou Sigla/Apelido
<i>Ex. José</i>	<i>Esposo</i>

20. Você tinha moradia fixa (se não, pular para a questão 21)?

Sim  Não

a. Se sim, como era essa casa?  
 Própria  Alugada  Albergue

Número de cômodos:

Água Encanada  Rede de Esgoto  Energia Elétrica  Banheiro

b. Quais dos seguintes utensílios domésticos possuía:  
 Fogão a gás  Chuveiro  Vídeo/DVD  Geladeira   
 Liquidificador  Rádio  Ferro Elétrico  Telefone   
 Tv  Aparelho de som  Freezer  Automóvel

21. Se não tinha moradia fixa, onde morava?

Casa emprestada  Morava de favor  Morava na rua

a. Se morava na rua, fazia parte de um grupo fixo?  
 Sim  Não  Por que?

### Caracterização da Família

22. Quem morava na casa que você morava?

Classificação do vínculo	Nome ou Sigla/Apelido

23. Quantas pessoas:

Trabalham

Estudam

Contribuem para a renda familiar

24. Se você possui um(a) companheiro(a), responda as seguintes perguntas:

a. De 0 a 10, qual nota você dá para o seu relacionamento?

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

b. Quais coisas você achava boas e ruins do relacionamento de vocês?


c. Quais são os aspectos positivos do relacionamento com seu (sua) companheiro (a) de uma maneira geral e na educação de seus filhos?

Maneira geral	Na educação dos filhos

d. Quais são os aspectos negativos do relacionamento com seu (sua) companheiro (a) de uma maneira geral e na educação de seus filhos?

Maneira geral	Na educação dos filhos

**Histórico familiar de violência e de maus tratos durante os primeiros 18 anos de vida.**

25. Na sua família quando você era pequena:

a. Quais eram as pessoas que moravam com você?

Classificação do vínculo	Nome ou Sigla/Apelido

b. Onde você morava?

Casa  Casa emprestada  Morava de favor  Morava na rua

c. Se era casa, como era a casa em que vocês moravam?

Própria  Alugada  Albergue

Número de cômodos:

Água Encanada  Rede de Esgoto  Energia Elétrica  Banheiro

i. Quais dos seguintes utensílios domésticos possuía:

Fogão a gás  Chuveiro  Vídeo/DVD  Geladeira   
 Liquidificador  Rádio  Ferro Elétrico  Telefone   
 Tv  Aparelho de som  Freezer  Automóvel

26. Como você descreveria sua infância?


27. Alguma vez seus pais foram chamados pelo Conselho Tutelar?

Sim  Não  Por que?

28. Alguma vez já faltou comida para você ou seus irmãos?

Sim  Não  Por que?

29. Como foi quando sua mãe ficou grávida de você? (se não souber passar para a 30)

Tinha quantos anos:  A gravidez foi planejada  Não foi planejada

30. De 0 a 10, qual nota você dá para o seu relacionamento durante a sua infância com:

a. Sua mãe

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

i. Conte um pouco dessa relação:


b. Seu pai

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

i. Conte um pouco dessa relação:


c. Seus irmãos (indicar quantos)

Irmão	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1											
2											
3											
4											
5											

i. Conte um pouco dessas relações:


31. Como sua família demonstrava afeto/carinho?


32. Você tinha alguém em quem podia confiar ou alguém para te proteger?


33. Quando criança ou adolescente você foi separada de seus pais ou cuidadores por ele/ela ser preso(a)?

Sim  Não  Por qual motivo ele foi preso?

a. Quantos anos você tinha na época?

Idade:

b. Por quanto tempo?

Semana  Mês  Ano

c. Quem cuidou de você nesse período?

Classificação do vínculo	Nome ou Sigla/Apelido

34. Você saiu de casa?, com qual idade foi e onde foi morar?

Idade:  Local:  Com quem:

a. Se foi para se casar, quais expectativas tinha quanto ao casamento?


35. Você já morou na rua?

Sim  Não

36. Você já fugiu de casa?

Sim  Não  Quantas vezes?  Por que?   
 a. E seus irmãos?  
 Sim  Não  Quantas vezes?  Por que?

37. Você já morou em abrigo?

Sim  Não

38. Alguém da sua casa já tentou cometer suicídio?

Sim  Não  Quantas vezes?

a. Você já tentou cometer suicídio?

Sim  Não  Quantas vezes?

39. Alguém da sua casa ou da sua família que não era seu/sua cuidador(a) já foi preso(a)?

Sim  Não

Quem?	<input type="text"/>
Quantas vezes?	<input type="text"/>
Qual motivo?	<input type="text"/>

40. Alguns pais batem nos seus filhos como forma de educação. Seus pais usavam essa forma de educação?

Sim  Não

a. Se sim, quantas vezes por:

Semana  Mês  Ano

41. Alguma pessoa da sua família te chamava de nomes degradantes ou te insultava?

Sim  Não

42. Teus pais ou responsáveis já estiveram muito bêbados ou drogados a ponto de não conseguirem cuidar de você?

Sim  Não

43. Você já teve que vestir roupas sujas?

Sim  Não

44. Na sua família existia alguma pessoa que te fazia sentir importante e/ou especial?

Sim  Não  Quem?

45. Na sua família as pessoas se preocupavam umas com as outras?

Sim  Não

### Histórico de Violência Intrafamiliar

46. Na sua família quando você era pequena há ou houve pessoas com comportamento agressivo?

Sim  Não  Quem?

47. Houve algum tipo de abuso na sua família? Se sim, quem foi a vítima? E o agressor?

Sim  Não  Vítima  Agressor

48. Seu pai agredia sua mãe?

Sim  Não   
Verbalmente   
Psicologicamente   
Fisicamente

a. Ele dava puxões, tapas ou jogava coisas nela?

Nunca  Algumas vezes  Muito Frequentemente   
Uma vez  Frequentemente

b. Ele já chutou, deu socos ou arremessou algum objeto muito forte?

Nunca  Algumas vezes  Muito Frequentemente   
Uma vez  Frequentemente

c. Ele ameaçou com faca ou com arma com intenção de feri-la?

Nunca  Algumas vezes  Muito Frequentemente

Uma vez

Frequentemente

49. Sua mãe agredia seu pai?

Sim

Não

Verbalmente

Psicologicamente

Fisicamente

a. Ela dava puxões, tapas ou jogava coisas nele?

Nunca

Algumas vezes

Muito Frequentemente

Uma vez

Frequentemente

b. Ela já chutou, deu socos ou arremessou algum objeto muito forte?

Nunca

Algumas vezes

Muito Frequentemente

Uma vez

Frequentemente

c. Ela ameaçou com faca ou com arma com intenção de feri-lo?

Nunca

Algumas vezes

Muito Frequentemente

Uma vez

Frequentemente

50. Seu companheiro te agredia?

Sim

Não

Verbalmente

Psicologicamente

Fisicamente

a. Ela dava puxões, tapas ou jogava coisas nele?

Nunca

Algumas vezes

Muito Frequentemente

Uma vez

Frequentemente

b. Ela já chutou, deu socos ou arremessou algum objeto muito forte?

Nunca

Algumas vezes

Muito Frequentemente

Uma vez

Frequentemente

c. Ela ameaçou com faca ou com arma com intenção de feri-lo?

Nunca  Algumas vezes  Muito Frequentemente   
 Uma vez  Frequentemente

51. Nos seus primeiros 18 anos de vida você teve experiências sexuais com um adulto ou alguém com mais de 5 anos de diferença de idade?

Sim  Não

52. Se você manteve uma experiência sexual com um adulto ou pessoa 5 anos mais velha que você, quem foi?

a. Um parente que morava na tua casa

Sim  Não

b. Uma pessoa que não era parente, mas que morava na tua casa

Sim  Não

c. Namorado

Sim  Não

d. Um parente que não morava na tua casa

Sim  Não

e. Um amigo da família ou pessoa conhecida mas que não morava na tua casa

Sim  Não

f. Um estranho

Sim  Não

g. Alguma pessoa que deveria cuidar de você

Sim  Não

h. Alguém em quem você confiava

Sim  Não

Se Sim	A primeira vez que isto aconteceu quantos anos você tinha?	A primeira vez que aconteceu foi contra sua vontade?	A última vez que aconteceu quantos anos você tinha?	Quantas vezes aproximadamente aconteceu com você?	Quantas pessoas diferentes fizeram isso com você?	Qual era o sexo da pessoa que fez isso com você?
Tocou ou acariciou seu corpo com intenções sexuais?	Idade <input type="checkbox"/>	Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>	Idade <input type="checkbox"/>	Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>	Número <input type="checkbox"/>	Homem <input type="checkbox"/> Mulher <input type="checkbox"/> Ambos <input type="checkbox"/>
Solicitou para	Idade <input type="checkbox"/>	Sim <input type="checkbox"/>	Idade <input type="checkbox"/>	Sim <input type="checkbox"/>	Número <input type="checkbox"/>	Homem <input type="checkbox"/>

tocar o corpo dele(a) com intenções sexuais		Não <input type="checkbox"/>		Não <input type="checkbox"/>		Mulher <input type="checkbox"/> Ambos <input type="checkbox"/>
Tentou algum tipo de relação sexual (oral, anal ou vaginal)?	Idade <input type="checkbox"/>	Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>	Idade <input type="checkbox"/>	Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>	Número <input type="checkbox"/>	Homem <input type="checkbox"/> Mulher <input type="checkbox"/> Ambos <input type="checkbox"/>
Houve algum tipo de relação sexual (oral, anal ou vaginal) com você?	Idade <input type="checkbox"/>	Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>	Idade <input type="checkbox"/>	Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>	Número <input type="checkbox"/>	Homem <input type="checkbox"/> Mulher <input type="checkbox"/> Ambos <input type="checkbox"/>

53. Você considera ter sido vítima de abuso sexual quando criança?

Sim  Não

a. Se sim, esse abuso foi denunciado?

Sim  Não

Se não, por que?

54. Você já abusou sexualmente de alguém?

Sim  Não

55. Você se considera uma pessoa violenta ou agressiva?

Sim  Não

56. Tem alguma coisa que te deixa nervosa?


a. O que você faz nessas ocasiões?


### Papel de Mãe

57. Para você, qual é o dever de pai e mãe?


58. Para você, qual deve ser o papel da criança?


59. Com relação à necessidades da criança:

a. Você tinha tempo para ficar com seus filhos?

Sim  Não  Quantas horas?  Por que?

b. Você contava histórias para elas?

Sim  Não  Por que?

c. Você perguntava sobre o dia na escola?

Sim  Não  Por que?

d. As crianças ajudavam com as tarefas de casa?

Sim  Não  Por que?

e. Vocês brincavam juntos?

Sim  Não  Por que?

f. Você levava ao médico?

Sim  Não  Por que?

g. Você ia às festividades da escola?

Sim  Não  Por que?

h. Você freqüentava as reuniões da escola?

Sim  Não  Por que?

60. Quais foram os motivos que te ajudaram na maternidade?

Motivo	Ajudou
Problemas de saúde	
Família/amigos para ajudar	
Filhos com necessidades especiais	
Um parceiro agressivo	

Agressividade com/ bate nas crianças	
Dinheiro suficiente	
Não acredita que é uma boa mãe	
Ficou muito tempo trabalhando	
Brigava muito com o pai das crianças	
Morava em um bairro perigoso	
Tinha muitas responsabilidades	
Ser usuária de drogas	
Problemas com álcool	
Amar seus filhos profundamente	
Ter filhos obedientes e educados	

61. Quais foram os motivos que atrapalharam na maternidade?

Motivo	Atrapalhou
Problemas de saúde	
Família/amigos para ajudar	
Filhos com necessidades especiais	
Um parceiro agressivo	
Agressividade com/ bate nas crianças	
Dinheiro suficiente	
Não acredita que é uma boa mãe	
Ficou muito tempo trabalhando	
Brigava muito com o pai das crianças	
Morava em um bairro perigoso	
Tinha muitas responsabilidades	
Ser usuária de drogas	

Problemas com álcool	
Amar seus filhos profundamente	
Ter filhos obedientes e educados	

**Pensando o Futuro**

62. Quais são seus planos para quando sair da prisão?


63. Quando você sair da prisão, voltará a morar com seu parceiro(a)?

Sim  Não  Não sei  Por que?

64. De todas as suas preocupações, quais são as mais difíceis?


**Parte II**

**Agora, gostaríamos de saber mais sobre a situação que você está vivendo agora, do encarceramento.**

**Informações sobre a Prisão**

65. Nome e cidade da instituição em que você está no momento:

Nome  Cidade

66. Qual a sua situação judicial atual?

Provisória  Sentenciada  Ambas  Sumária  Semi- Aberto   
 Temporária

67. Você tem advogado

Sim  Não

68. Você tem defensor?

Sim  Não

a. Já conversou com ele sobre sua situação?

Sim  Não

69. Antes de ter sido presa, você já tinha visitado ou freqüentado um presídio, uma cadeia ou qualquer instituição penal?

Sim  Não  Por que?

70. Por qual crime você foi/está sendo julgada? Qual é seu artigo?


71. Quanto tempo:

Já passou desde a detenção?  Falta para cumprir a sentença?

**Informações sobre outros aspectos da sua vida que foram afetados pela prisão**

72. Antes de ser presa você teve tempo de decidir com quem deixaria suas filho(a)s?

0 - 7 dias  2-4 semanas  Nenhum   
7-15 dias  1 mês ou mais  Se nenhum, por que?

73. Você estava trabalhando quando foi presa?

Sim  Não  Renda:  Com carteira assinada  Sem carteira assinada

74. Na época em que você foi presa, como era o sustento da sua família?

Seu salário	<input type="checkbox"/>	Salário do parceiro(a)	<input type="checkbox"/>
Salários de outras pessoas	<input type="checkbox"/>	Seguro desemprego	<input type="checkbox"/>
Bolsa família	<input type="checkbox"/>	Outro(s) benefício(s) do governo	<input type="checkbox"/>
Aposentadoria(s)	<input type="checkbox"/>	Outras rendas	<input type="checkbox"/>

Se outras pessoas ou outras rendas, quais?

### Parte III

Nessa parte, queremos conhecer mais sobre a situação atual de suas filho(a)s

75. Em qual cidade seus filhos moram?

Cidade

Estado

76. A guarda dos(as) filhos(as) está legalmente com outra pessoa?

Sim  Não  Não sei  Com quem?

77. Você mantém a comunicação com seus filhos?

Sim  Não

a. Se sim, de que forma:

Carta  Filmes/Fotos  Pessoas trazem informações sobre eles   
Visitas  Telefone  Outro tipo de comunicação

78. Seus filhos te visitam?

Sim  Não

a. Se sim, quantas vezes por:

Semana  Mês  Ano

b. Se não, por quê?

Moram muito longe	<input type="checkbox"/>	Você não quer que eles te visitem	<input type="checkbox"/>
Não têm dinheiro suficiente para o deslocamento	<input type="checkbox"/>	O local de visitas não é adequado para as crianças	<input type="checkbox"/>
Quem cuida deles não acredita que seja uma boa idéia me visitar	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>
Outro	<input type="text"/>		

**Parte IV**

Por fim, queremos saber mais sobre cada filho(a) sua. Responda um questionário por filho menor de 18 anos que tiver.

**Ordem do filho, em ordem decrescente: (Filho mais velho, com até 18 anos = 1; seguinte mais novo que esse = 2, assim por diante)**

Filho:

1. Este filho é menina ou menino?

Menino  Menina

2. Quantos anos ele(a) tem?

Idade:

3. Qual é a sua relação com esse(a) filho(a):

Mãe biológica  Madrasta  Mãe adotiva

“Parente” (essa criança é filha de alguém da família)

Filha de quem(parentesco com o pai/mãe)?

Outro. Qual?

4. A gravidez desse(a) filho(a) foi planejada?

Sim  Não

5. Houve acompanhamento pré-natal?

Sim  Não  Por que?

6. Como foi o parto desse(a) filho(a)?

Normal  Cesariana  Forceps  Outros

7. Houve complicações? Descreva brevemente.

Sim  Não


8. Esse(a) filho(a) foi amamentado(a) por você?

Sim  Não

a. Se sim, quantos:

Dias  Semanas  Meses  Anos

9. Esse(a) filho(a) já esteve internado(a) por algum motivo de saúde?

Sim  Não  Não sei  Quanto tempo?  Qual?

10. Esse(a) filho(a) tem algum problema de saúde crônico?

Sim  Não  Não sei  Qual?

11. Esse(a) filho(a) recebe algum medicamento? Para que?

Sim  Não  Para que?

12. Esse(a) filho(a) morava com você quando foi presa?

Sim  Não

13. Esse(a) filho(a) conhece o pai biológico?

Conhece  Não conhece  Eu não sei quem é

14. O pai desse(a) filho(a) trabalha?

Sim  Não

15. O pai desse(a) filho(a) contribui financeiramente com o sustento dele(a)?

Sim  Não  Com quanto dinheiro?

16. Como é a relação atual entre esse(a) filho(a) e seu pai biológico?

Visita ocasionalmente       Vivem juntos       Não sei   
 Visita regularmente       Não tem contato       Outro

17. Com quem está esse(a) filho(a) no momento?

Com sua mãe       Com parentes maternos       Com o pai       Em abrigo   
 Com padrasto       Com irmão mais velho       Com filhos do pai       Outro   
 Com seu irmão       Com parentes paternos       Com amigos       Não sei

18. Numa escala de 0 a 10, você acredita que esta filho(a) está em segurança com eles?

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
<input type="checkbox"/>										
Por que?			<input type="text"/>							

19. Em quantas casas esse(a) filho(a) já morou desde que você foi presa?

Número:  Não sei

20. Seu(sua) filho(a) teve que mudar de casa para ser cuidado(a) após sua prisão?

Sim  Não  Não sei

21. Seu (sua) filho(a) teve que mudar de escola para viver com quem cuida dele atualmente?

Sim  Não  Não sei  Quantas vezes?

22. Você acompanha o rendimento escolar desse filho?

Sim  Não  Por que?

23. Seu (sua) filho(a) sabe que vocês não estão juntos porque você está presa?

Sim  Não

24. Você conversou com ele(a) depois de sua prisão?

Sim  Não  Por que?

25. Como ele se sentiu com a sua prisão?


26. O que você acredita que mais afeta na separação entre você e a sua filho(a)?


27. Qual é a sua maior preocupação relacionada a ele(a) atualmente?


### Fatores de Risco

28. Seu filho usa ou já usou drogas?

Sim  Não

a. Se sim, quantas vezes por:

Dias  Semanas  Meses  Anos

29. Seu filho já morou na rua?

Sim  Não

a. Se sim, quanto tempo?

Dias  Semanas  Meses  Anos

30. Seu filho já tentou suicídio?

Sim  Não

Se sim, quantas vezes?

31. Seu filho já fugiu de casa?

Sim  Não  Quantas vezes?

32. Identifique alguma coisa que te de orgulho dele(a), quais são os pontos fortes desse(a) filho(a)?


33. O que mais te preocupa nele (a), quais são os pontos fracos ou negativos dele(a)?


### Histórico de Violência

34. O Conselho Tutelar já foi acionado como medida protetora para este filho?

Sim

Não

Por que?

--

35. Você já esteve muito bêbada ou drogada a ponto de não conseguir cuidar dessa criança?

Sim

Não

36. Ele(a) já teve que vestir roupas sujas?

Sim

Não

37. Se seu(sua) filho(a) manteve uma experiência sexual com um adulto ou pessoa 5 anos mais velha que ele(a), quem foi?

a. Um parente que morava na mesma casa que ele(a)

Sim

Não

b. Uma pessoa que não era parente, mas que morava na mesma casa que ele(a)

Sim

Não

c. Um parente que não morava na mesma casa que ele(a)

Sim

Não

d. Um amigo da família ou pessoa conhecida mas que não morava na mesma casa que ele(a)

Sim

Não

e. Um estranho

Sim

Não

f. Alguma pessoa que deveria cuidar dele(a)

Sim

Não

g. Alguém em quem ele(a) confiava

Sim  Não

36. Você considera que seu filho foi vítima de abuso sexual?

Sim  Não

a. Se sim, esse abuso foi denunciado?

Sim  Não  Se não, por que?

37. Alguns pais batem nos seus filhos como forma de educação. Essa era uma forma de educação utilizada por você com relação a esse filho?

Sim  Não

a. Se sim, com qual frequência:

Frequentemente  Raramente  Nunca

38. Se seu(sua) companheiro(a) te agredia, essa criança assistia às agressões? Quais delas?

Sim  Não

Quais?